



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUCAS BEZERRA VILELA

**Novas configurações na política do Agreste pernambucano: leis
estaduais de emancipação (1962-1964)**

MACEIÓ-AL

2024

LUCAS BEZERRA VILELA

**Novas configurações na política do Agreste pernambucano: leis
estaduais de emancipação (1962-1964)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Dr. Anderson da Silva Almeida.

MACEIÓ-AL
2024

**Catálogo na Fonte Universidade
Federal de Alagoas Biblioteca
Central**

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

V699n Vilela, Lucas Bezerra.

Novas configurações na política do Agreste pernambucano : leis estaduais de emancipação (1962-1964) / Lucas Bezerra Vilela. – 2024.

116 f. : il.

Orientador: Anderson da Silva Almeida.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 106-109.

Anexos: f. 110-116.

1. História política. 2. Emancipação. 3. Agreste meridional - Pernambuco. I.
Título.

CDU: 94(813.4):32

Folha de Aprovação

LUCAS BEZERRA VILELA

“Novas configurações na política do Agreste pernambucano: leis estaduais de emancipação (1962-1964)”

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 28 de junho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **ANDERSON DA SILVA ALMEIDA**
Data: 12/07/2024 09:51:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida (Orientador) Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MARCELO GOES TAVARES**
Data: 10/07/2024 15:43:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo Goes Tavares (Examinador Interno) Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 **HELDER REMIGIO DE AMORIM**
Data: 05/07/2024 16:32:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Helder Remigio de Amorim (Examinador Externo) Universidade Católica de Pernambuco

MACEIÓ-AL

2024

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Thamires, que amo e que admiro e que sempre está do meu lado me apoiando e me ajudando. Por todo seu amor e carinho, passando juntos por todos os momentos, que sabe toda a trilha até chegar aqui e fez parte dela por completo. Uma pessoa dedicada e inteligente com um talento para o mundo acadêmico que é admirável.

Agradeço à minha filhinha Heloísa que traz felicidade para minha vida e me faz querer ser uma pessoa melhor a cada dia.

À minha família que sempre me incentivou a seguir no caminho da educação, principalmente minha mãe, que nunca mediu esforços, na medida do possível, para que esse caminho fosse trilhado.

À minha sogra, que sempre se preocupou e esteve presente durante o andamento do mestrado, sendo atenciosa e me incentivando a continuar.

Ao meu orientador Dr. Anderson da Silva Almeida que me acolheu e acreditou na realização desse trabalho, por toda ajuda, paciência e empatia. Muito Obrigado!

Aos integrantes da banca de qualificação e defesa, prof. Dr. Marcelo Góes Tavares, da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) e prof. Dr. Hélder Remigio de Amorim, da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) pelas leituras e importantes contribuições.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) pela bolsa que foi de extrema importância para a continuidade dessa pesquisa.

A todos os demais professores do curso, foram anos de engrandecimento acadêmico e de vida. Espero levar cada semente plantada, cada debate de textos, cada conversa com os mestres desse desafio que é pesquisar. Foi muito importante a vivência com cada um de vocês, meus agradecimentos.

RESUMO: Não é de hoje que a historiografia pernambucana contribui de forma singular na produção de conhecimento histórico sobre o Brasil Colônia e o Brasil Império, e enriqueceu o debate sobre esse período da sociedade escravista brasileira. Em contrapartida, a história do povoamento do interior do estado foi pouco estudada e debatida durante muitos anos, com poucas produções historiográficas, principalmente quando se trata do século XX. Desta maneira, a presente pesquisa tem o intuito de evidenciar o interior do estado. A partir de autores como Nunes Leal, Cristina Donner, Le Goff e Foucault, busca-se analisar em diálogo com a história política os processos de emancipação, investigando a constituição do poder local em vilas emancipadas entre os anos de 1962 e 1964, no chamado Agreste meridional, especificamente as pertencentes a Garanhuns-PE. O fenômeno de emancipação em bloco que ocorreu no estado de Pernambuco durante os anos de 1960 despertou um desejo de análise e debate acerca desse acontecimento, partindo do interior e posteriormente contextualizando com a conjuntura estadual. No entanto, existe também um contexto nacional justamente em 1964 com o encerramento do regime democrático devido ao golpe perpetrado pelos civis e militares que agrega e incorpora ainda mais elementos nestes acontecimentos. A metodologia que envolve o trabalho com fontes orais e memórias foi essencial até aqui no sentido de interpretar e ouvir as vozes de personagens que participaram ou que herdaram "memórias" sobre o processo histórico aqui investigado. Além de também, utilizar da análise documental, de registros, atas, decretos, leis e noticiários de jornal.

PALAVRAS-CHAVE: História Política, Emancipação, Agreste Meridional, Pernambuco.

ABSTRACT: It is not new that Pernambuco historiography contributes in a unique way to the production of historical knowledge about Colonial Brazil and Empire Brazil, and enriches the debate about this period of Brazilian slave society. On the other hand, the history of the settlement of the countryside of the state was little studied and debated for many years, with few historiographical productions, especially when it comes to the 20th century. In this way, this research aims to highlight the countryside of the state. Based on authors such as Nunes Leal, Cristina Donner, Le Goff and Foucault, we seek to analyze the processes of emancipation in dialogue with political history, investigating the constitution of local power in emancipated villages between the years 1962 and 1964, in the so-called "Agreste meridional", specifically those belonging to Garanhuns-PE. The phenomenon of en bloc emancipation that occurred in the state of Pernambuco during the 1960s aroused a desire for analysis and debate about this event, starting from the interior and later contextualizing it with the state situation. However, there is also a national context precisely in 1964 with the end of the democratic regime due to the coup perpetrated by civilians and the military, which adds and incorporates even more elements into these events. The methodology that involves working with oral sources and memories has been essential so far in order to interpret and listen to the voices of characters who participated in or who inherited "memories" about the historical process investigated here. In addition, it also uses documentary analysis, records, minutes, decrees, laws and newspaper reports.

KEYWORDS: Political History, Emancipation, Agreste Meridional, Pernambuco.

Lista de tabelas

Tabela 01. Vereadores mais votados em Garanhuns 1955	53
Tabela 02. Resultado da eleição para prefeito de Garanhuns em 1959.	55
Tabela 03. Resultado eleição para prefeito de Garanhuns 1963	59
Tabela 04. Vereadores eleitos em Garanhuns (1963)	60
Tabela 05. Primeira eleição para Prefeito em Paranatama (1965)	98
Tabela 06. Primeira eleição para Prefeito em Caetés (1965)	99

Lista de siglas e abreviaturas

Alepe - Assembleia Legislativa de Pernambuco

EUA - Estados Unidos da América

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDC - Partido Democrata Cristão

PRT - Partido Rural Trabalhista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

UDN - União Democrática Nacional

Ufape - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. Traçando os planos: as eleições e o processo de emancipação.....	23
1.1 - As cidades do Agreste, sua economia e características.....	23
1.3 - Vila de Caetés.....	26
1.4 - Vila de Paratama.....	27
1.5 - As características das vilas e a conjuntura da época.....	29
1.6 - A questão do município no Brasil na segunda metade do século XX.....	35
1.7 - As características das vilas pertencentes a Garanhuns.....	38
1.8 - Subprefeituras e seu papel.....	40
1.9 - Os partidos e as articulações políticas do interior.....	44
2. Emancipação dos municípios que pertenciam a Garanhuns: articulações e processos de disputa.....	53
2.1 - Os passos para a emancipação: indivíduos e partidos na representação das vilas.....	53
Tabela 01. Vereadores mais votados em Garanhuns 1955.....	53
Tabela 02. Resultado da eleição para prefeito de Garanhuns em 1959.....	55
Tabela 03. Resultado eleição para prefeito de Garanhuns 1963.....	59
Tabela 04. Vereadores eleitos em Garanhuns (1963).....	60
2.3 - Disputas internas e a influência religiosa.....	62
2.4 - O poder local constituindo-se: a emancipação das vilas.....	65
3. De vila à cidade: as mudanças em um contexto de transformações no cenário nacional.....	74
3.1 De vila à cidade: a era das emancipações.....	74
3.2 Garanhuns perde territórios e a dinâmica de poder das vilas é reconfigurada.....	75
3.3 Emancipações aprovadas: os próximos passos para a consolidação.....	80
3.4 Os novos municípios após o golpe civil-militar.....	86
3.5 Administração e manutenção dos novos municípios.....	91
3.6 O poder no novo espaço administrativo.....	94
3.7 A primeira eleição dos novos municípios.....	96
Tabela 05. Primeira eleição para Prefeito em Paratama (1965).....	98
Tabela 06. Primeira eleição para Prefeito em Caetés (1965).....	99
3.8 O município se estabelece: as des(continuidades) do novo.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	106
ANEXOS.....	110

INTRODUÇÃO

Durante minha graduação no curso de História, o que eu lia de alguns textos que contavam a história dita local, nada pareciam com aqueles que eram lidos nos livros da faculdade. Era uma história com um lado bem definido e com um aspecto de triunfo e propaganda. Isso começou a gerar dúvidas na minha cabeça, principalmente durante a disciplina de historiografia. Começar a fazer esses questionamentos e pensar a história de onde eu me criei foram o pontapé inicial de tudo.

Claro que, ao longo do tempo, fui percebendo a riqueza historiográfica que esses livros “ditos” locais poderiam proporcionar. Mas, falando especificamente daquele momento, eu estudava historiografia na graduação e falavam sobre escolas e correntes historiográficas e as formas de escrever sobre história, e aquelas histórias “chamadas” locais pareciam que não se encaixavam, pelo menos não em uma só escola historiográfica. Essas questões foram sendo pensadas ao longo da graduação.

Antes de delimitar o que seria pesquisado para o TCC, era preciso ainda cursar as disciplinas e começar a entender de fato o que era o estudo e o ensino de história, já que se tratava de uma licenciatura. Cursei graduação em Licenciatura em História na Universidade de Pernambuco - UPE, no interior de Pernambuco, mais especificamente em Garanhuns, numa universidade que anteriormente foi somente um centro de formação de professores durante muitos anos, mas hoje conta também com cursos de Psicologia e Medicina.

A minha trajetória acadêmica contou com diversas dificuldades relacionadas ao pouco investimento nos cursos de Licenciatura. Durante meu período acadêmico, não houve nenhuma admissão advinda de concursos, somente alguns contratos em um curso que tinha um déficit de professores muito grande, fazendo com que professores lecionassem desde história da Grécia antiga até Brasil colonial.

No entanto, o problema maior era justamente a falta de mais professores, pois os que ali estavam traziam importantes contribuições. Alguns deles também podem ser colocados aqui no sentido de motivação para se pensar uma história mais

interiorana. Isso porque a divisão das disciplinas seguia uma tendência natural, ou na verdade, naturalizada, de estudar civilizações europeias, algumas de outras partes, depois Brasil em sua divisão mais comum de história do Brasil Colonial, Império e República, e depois um pouco de história estadual entrelaçada com a nacional, que era voltada à monocultura de cana-de-açúcar da zona da mata de Pernambuco e da capital e sua capilaridade mais próxima.

Ao longo do curso, foi chegando o momento de escolher o tema do TCC e o orientador ou orientadora. Desde então, minha vida acadêmica foi de pensar uma história que falasse da sociedade em si e de como era organizada. Uma tendência de gostar de história social e me empolgar em lê-la. Em seguida, comecei a questionar naquele momento o motivo de ter tanto conteúdo à minha disposição na época de aluno da graduação sobre o Recife de 300 anos atrás e praticamente nenhum sobre Garanhuns e região nos últimos 50 anos. Coisas assim foram sendo levadas comigo ao longo da minha graduação.

Na disciplina de historiografia, li sobre os metódicos e sobre a ascensão dos Annales. Foi uma disciplina que marcou bastante minha formação. De início, parecia que era preciso repudiar os metódicos e interpretá-los somente como ultrapassados e datados. Fazendo uma reflexão de como eu lia inicialmente os relatos de memórias contidos em livros locais da cidade onde vivi até a fase adulta, parecia ser no mesmo sentimento. No entanto, ao longo do tempo, isso também mudou. Ambos os casos passaram a ser vistos do aspecto da historicidade; alguém com tanta afinidade com história social não poderia esquecer da sociabilidade dos indivíduos.

Sendo assim, após um aprofundamento na disciplina de historiografia, fica perceptível que aquelas histórias “locais” seriam úteis para escrever algo sobre aquela localidade, mas entendendo que elas também são histórias nacionais. E se aquelas histórias incomodavam por não se parecerem com o que de mais aprofundado era produzido pela famosa Escola historiográfica dos Annales, era preciso tentar utilizar daquele trabalho de conclusão de curso para investigar um pouco da história da cidade na qual eu morei durante toda minha formação inicial.

Após esse processo de percepção de que a história da minha cidade também poderia ser investigada e ser tema de uma pesquisa acadêmica, foi que realmente

deu-se início à minha trajetória na pesquisa da história. Daí em diante, comecei a pensar qual período histórico deveria me debruçar sobre a história da pequena cidade do interior de Pernambuco chamada de Capoeiras. Foi na busca de uma ideia que ela surgiu quando li um breve texto sobre a emancipação desta cidade ocorrida ao mesmo tempo que outras 61 cidades no mesmo mês de dezembro de 1963.

Minha orientadora, que muitas vezes em suas aulas apontava para a questão de pensar objetos de pesquisa que fossem mais relacionados ao local de origem dos alunos, foi quem me incentivou também a buscar e abraçar a história dos municípios circunvizinhos. Com esta orientação, pude ter acesso a algo que foi pouco visto durante a graduação: a história oral, ou o uso da fonte oral para a pesquisa histórica. Eu me questionava como escrever sobre o passado da minha cidade sem muito material escrito para estudar, e ela sempre me falava que eu não deveria me prender à fonte escrita. Apesar dos Annales e de tudo que aprendi em historiografia, toda a minha formação me direcionava a pensar que a fonte escrita era a única alternativa. Mas, com estudo sobre a fonte e seus métodos, foi possível recorrer a outras fontes para realizar a pesquisa.

A partir dessa trajetória, comecei a pensar em pesquisar mais sobre o interior do meu estado. Dar continuidade a esta pesquisa foi um incentivo da minha orientadora, que inclusive me indicou a UFAL para buscar realizar uma pesquisa um pouco maior sobre as leis de emancipação e de como se deu a constituição do poder local no Agreste de Pernambuco. A trajetória acadêmica me trouxe bastante a reflexão de que a história não deveria ser vista somente da metrópole. Claro que não se pode negar sua contribuição e importância, mas deveria haver um maior espaço para se estudar o interior, sua formação e sua história.

Sendo assim, o motivo social foi sendo formado, assim como também o acadêmico, para que eu me encaminhasse para pesquisar sobre a história dessas localidades, pensando o interior de uma forma que não seja caricata ou saudosista, mas que busque pensar sua formação e as formas de consolidação como localidade política ao longo do tempo. Outro aspecto muito interessante que pode surgir de uma maior produção de pesquisa sobre Garanhuns e região é um ensino de história com mais problematizações e criticidade. É muito interessante esse ciclo de

pesquisar algo e poder pensar, posteriormente, em como poderá ser utilizado na formação dos alunos desse local pesquisado.

A partir do pressuposto de que é importante pesquisar de maneira mais qualificada, de formular e pensar ainda mais a história e os acontecimentos do que foi construído socialmente e nomeado de “interior” do Brasil¹, o trabalho tem como foco a história no interior de Pernambuco, a partir da pesquisa em diversos espaços e tentando articular fontes escritas com fontes orais.

Desse modo, a presente pesquisa tem o intuito de contribuir com a historiografia, analisando o processo de constituição do poder e a formação dos municípios no Agreste pernambucano entre os anos de 1962-1964. A segunda metade do século XX é um período que ainda tem muito a oferecer para a historiografia nacional, principalmente numa perspectiva geográfica e metodológica que busque dirimir a dicotomia capital/interior.

O ponto de partida da escrita deste trabalho é utilizar de conceitos como história local – que também é nacional -, e seus termos correlatos como poder local, esse tipo de escrita sobre a localidade está presente ao longo da história. Segundo Cristina Donner (2012), tornou-se costumeiro, principalmente na Europa do século XVII, as chamadas monografias, que consistiam em relatos de certa localidade baseados no que era dito pela aristocracia local ou pelo consenso da época. Nestes relatos continham informações sobre a fundação dessas cidades envolvidas com os mitos locais. Como bem coloca Donner (2012, p. 223):

As pesquisas em história local, municipal, genealógica são uma prática antiga no Ocidente. Iniciaram com a história das famílias, dos feudos, passando para as províncias, paróquias, condados. É possível encontrar monografias e livros sobre praticamente todos os lugares da Europa e também na América. Sua temática varia de acordo com a região: na Noruega, os livros das famílias e das fazendas fazem parte da História Local juntamente com os livros das comunidades; na Inglaterra os estudos de genealogia ocupam um importante espaço [...] em alguns países europeus existem associações que promovem a História Local, em outros, as pesquisas ocorrem de maneira independente (Donner, 2012, p. 223).

¹ “Geralmente, encontramos o Agreste associado à noção do “interior”, espécie de núcleo mais duro e/ou arcaico de um Nordeste idealizado como o coração do Brasil. Entendemos que é preciso desnaturalizar este conceito (o interior) demonstrando as diversas gramáticas discursivas responsáveis pela emergência deste “lugar” e abrindo espaço para as artes do fazer e da invenção”. SILVA, Jefferson Evânio da. Religião e Política na Terra da Mazuca: Discursos, Práticas e Palanques Eleitorais (1960-1980). 2. ed. São Paulo: Editora Exemplo, 2023. p. 17.

Sendo assim, não foge à regra um historiador que estude algo relacionado a determinado espaço e utilize desse último na função que lhe for possível, seja ela fruto de uma relevância social ou institucional/pessoal. Todavia, o que faz com que a história dita local se torne peculiar, é a sua pouca interferência no âmbito nacional, visto que em um determinado território e/ou estado é formado por partes centrais e estratégicas, a exemplo da capital, e sendo outras partes desse mesmo espaço, consideradas periféricas em seu nível de importância política, principalmente.

Nessa conjuntura, os relatos locais, ao que parece, nada diferem do que podemos ver na atualidade. Contudo, trazendo para uma realidade próxima do Brasil, os portugueses tinham isso como costume, assim como a maioria das cidades de Portugal tinham uma dessas chamadas monografias como narrativas de uma dada localidade.

A característica principal desses trabalhos era a sua aproximação com o local e como esses textos penetravam na comunidade, pois continham uma narrativa agradável, parecendo mais um romance do que um texto histórico dos dias atuais (Donner, 2012). Portanto, com esse modelo de conto, era muito mais interessante conhecer o “passado local”, sendo esses, uma fonte hoje para historiadores que pretendem trabalhar com tais aspectos na história.

De acordo com Figueira e Gioia (2012), durante muito tempo na história do Brasil, as corografias - textos que falavam sobre alguma localidade do Brasil - foram o norte para investigar sobre o passado do país, no período da administração imperial. Provavelmente, esse tenha sido o momento de maior divulgação de narrativas como essas, isso porque surgiu um desejo de registro por parte da maioria das famílias aristocráticas de contar sua história e se fazer presente como verdadeiros “donos do passado” e do futuro. O que, no imaginário da época, seria algo de grande relevância para posteridade. Essas histórias eram escritas por eruditos, padres, magistrados, entre outros.

Diante disso, cada vez mais essas corografias ganharam fama na grande extensão continental do país. Um bom exemplo disso são os bandeirantes, que ainda hoje são representados no imaginário como heróis nacionais, graças ao poder da narrativa de textos como os já citados. E, nesse contexto, observamos o

quanto isso se torna naturalizado a partir do momento que, enquanto esses textos são muito difundidos nos espaços que foram produzidos, a história ainda se encontra em um processo de conceituação que continua, inclusive, até a atualidade.

Então, não houve possibilidade de se fazer presente no contexto local e regional. Pois quando a historiografia acadêmica despertou para um novo caminho, essas narrativas já estavam consolidadas, principalmente em pequenas localidades. Entretanto, vale ressaltar que essas corografias sofreram influência da escola historiográfica dita positivista², onde só as fontes escritas (formais/diplomáticas) seriam legítimas e confiáveis para se atuar com verdadeiro cientificismo (Reis, 2006).

Nesse sentido, o documento escrito “falaria por si só” e seria inquestionavelmente suficiente à história, vislumbrada por um método fortemente objetivo, mediante a neutralidade do historiador ao lidar com as fontes. A influência do positivismo é inegável, pois mesmo que esse tenha sido superado com um novo modelo de pesquisa em história nas comunidades locais, mediante o senso comum e/ou uma espécie de história amadora, as bases “positivistas” ainda prevalecem fortes.

Esses historiadores amadores têm um sentimento de pertencimento imbuído ao seu trabalho, fazendo dele um preservador de memória e promotor de identidade local. É bom lembrar que o sentimento e aquilo sobre o qual esses historiadores escrevem já existe de forma abstrata, sendo essas pessoas que possuem os meios de reunir tais sentimentos em um relato que poderá ser difundido em dada região e/ou localidade. E a história dita local, como já mencionado, e a sua influência com o positivismo que faz dela um ambiente de certezas, a partir de uma ideia de acabado, mesmo que nessas certezas estejam mais para perguntas que respostas.

² Segundo José Carlos Reis, na obra “A História entre a Filosofia e a Ciência”, o termo “positivista” para representar o modo de “se fazer história” em meados do século XIX na Europa, tendo como exemplo as influências de L. Von Ranke na Alemanha, estava mais para uma história “metódica” que propriamente “positivista”. Tal realidade se aplicava tanto na experiência da escola alemã quanto na francesa, pois ambas priorizavam o método e absorveriam apenas alguns elementos do positivismo de Comte REIS, 2006, p.14.

Vale reforçar que é com a escola dita positivista ou metódica que se inicia uma busca por uma cientificidade de fato à história, formulando métodos próprios para a pesquisa. Nesse cenário, a história seria uma ciência aos moldes das ciências exatas, e para alcançar tal objetivo seria necessário certo método de pesquisa e algumas regras para aquele que fará o trabalho.

Podemos então considerar que esse modelo contribuiu para o fazer historiográfico, justamente com a ideia de que é preciso utilizar-se de métodos para a investigação. Entretanto, não se portando como as ciências exatas, mas formulando dentro da demanda e da possibilidade que se pode na ciência humana.

Com isso, um novo olhar sobre a história se inicia, com influências do nacionalismo no final do século XIX na Europa, e esse desejo de perpetuar o sentimento nacional na história, não de forma imediata, mas continuamente. Começando assim, a ser encarado como uma ciência, onde deveria ser especialista para produzir material sobre a história (Borges, 2007).

O local, nesse contexto, fica como um tema não tratado, sendo que o importante era a abrangência de estudos sobre o nacional, e esse nacional é sim forjado em localidades. Todavia, os eventos considerados mais importantes e/ou precursores da história eram identificados em espaços determinados por sua relevância política/econômica. Observa-se que as concepções no campo de conhecimento da história, por longas datas, tiveram (e ainda podem ter) que atender demandas nacionais.

Nesse sentido, muitas vezes foi naturalizado que as partes tidas como centrais num território político/administrativo são designadas como mais importantes quando focados e materializados no âmbito de história nacional; enquanto outras localidades que não interferem nesse âmbito central são identificadas como periféricas, sem proeminências. São partes locais, regionais, enfim, marginais. Desta maneira, é como se a história somente emanasse neste centralismo espacial, nesta espécie de epicentro dos eventos que detém a relevância do verdadeiro cenário dos acontecimentos, com fundo nacional/centralista.

Diante disso, deu-se prioridade às fontes e a suposta neutralidade do historiador, mas como já observado, se o historiador somente copia o que ele tem de documentos, somente estará reproduzindo uma versão do passado que

naturalmente não tem compromisso com a análise e o fazer historiográfico, fazendo com que somente se perpetue um dado discurso.

Isso será observado com mais aprofundamento em uma nova escola historiográfica que surgiu no início do século XX e que tem mais ligações com o fazer historiográfico atual, que é a escola (alguns autores preferem grupo ou movimento dos Annales, ao invés de escola) francesa dos Annales. A partir de sua atuação, houve uma reconfiguração do conceito de história e de passado, que abrirá novos caminhos na produção historiográfica.

Com os Annales, a fonte mudou de condição, passando a ser considerada apenas um dos elementos importantes para a produção historiográfica, dando ao pesquisador/historiador o protagonismo de interpretar a fonte e de pontuar problemas. Isso acontece pela grande discussão acerca da neutralidade do historiador, sendo essa um objetivo dos metódicos; já que para os historiadores da Escola de Annales passa a ser algo ponderado, considerando que a história não é pronta como pensava os metódicos, e resta ao historiador fazer questionamentos às suas fontes para formular uma história-problema. Sendo assim, a história passaria a ter um maior compromisso com o esclarecimento e debate do passado, e não somente com a mera descrição do resultado da pesquisa (Burke, 1997).

Nessa linha de abertura para novas possibilidades para o estudo do passado, que não somente foca no contexto nacional como antes visto, a história, com a perspectiva cultural e social, ganha força. Logo na década de 1970, inicia-se um novo campo de análise histórica denominada micro história, um jeito novo de apreciar fontes e de fazer pesquisa, como descrito da seguinte forma por Levi:

A micro história como prática é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental [...] cuja análise não é uma ciência experimental tateando leis universais, mas uma ciência interpretativa em busca de significado (Levi, 2011, p. 139-140).

Sendo assim, observamos que tabus impostos e que parecem soar como normais ainda hoje já foram quebrados quanto à análise e trabalho do historiador que tem atuação fundamental para chegar à “história problema” proposta pelos historiadores da Escola de Annales. Nessa perspectiva, desenvolveu-se uma abordagem microscópica em relação ao balanço das fontes e o que elas podem

proporcionar. Levi (2011, p. 143) afirma que: “os fenômenos previamente considerados bastante descritos e compreendidos assumem significados completamente novos, quando se altera a escala de observação.” Portanto, a proposta da história reduzindo a sua escala de observação é encontrar novos problemas “esquecidos” ou passados despercebidos por outros historiadores, utilizando de métodos, mas levando talvez com mais prioridade o olhar de análise e observação do pesquisador. A seguir, trecho retirado de Burke (2011, p. 07-08) referente a essa nova história;

Mais ou menos na última geração, o universo dos historiadores se expandiu a uma velocidade vertiginosa. A história nacional, dominante no século XIX, atualmente tem que competir com a história mundial e a história regional (antes deixada a cargo de “antiquários” amadores) para conseguir atenção. [...] A história social, por exemplo, tornou-se independente da história econômica apenas para se fragmentar, como alguma nova nação, em demografia histórica, história do trabalho, história urbana, história rural e assim por diante.

Normalmente, a nova história implica em expandir seus campos de atuação e de pesquisas e não está de forma total presa a apenas uma forma de produzi-la. E isso não significa que esteja acabada, mas que tem condições de se reinventar e dialogar com todos os campos do saber, mesmo que algumas vezes seja duramente criticada: a história enquanto ciência, está em constante mutação. E na forma de produção em micro história Levi (2011, p. 156) diz que: “O leitor é envolvido em uma espécie de diálogo e participa de todo o processo de construção do argumento histórico”.

Sendo assim, uma pesquisa voltada para Garanhuns e os territórios que pertenciam a ela, em um contexto reduzido metodologicamente, pode ser pertinente para a análise dessa conjuntura em que novos municípios surgiram a nível estadual e nacional também, mas mantendo a perspectiva a qual se propõe de fazer uma história com olhar na localidade. Neste sentido, por se tratar de um tema com um recorte temporal acessível do ponto de vista de encontrar personagens e testemunhas do mesmo, trabalhar com a memória em diálogo com a história, revelou-se um importante caminho teórico-metodológico para a presente pesquisa.

Sabendo-se que é a partir dos vestígios do passado que se pode desenvolver a pesquisa histórica, cabe-nos destacar a memória (mais especificamente a coletiva) como um compartilhamento de lembranças e discursos acerca do passado. Segundo

Le Goff, a memória se comporta como um olhar para o passado, ancorado nos interesses e visões de mundo do presente, sem muito senso crítico e sem método. Sendo então um tipo de fonte ao qual se dispõe para uso da história, mas não a história em si (Le Goff, 2012).

Ainda sobre a memória, Maurice Halbwachs (2006) diz que são construções socialmente coletivas, pois determinam o que é memorável e os lugares onde esta será preservada. Portanto, mais uma vez, vemos que a memória está ligada aos grupos sociais à medida que é compartilhada coletivamente, não somente com o armazenamento de informações do indivíduo em sua particularidade.

Todavia, a socialização da mesma, ao qual recebeu o nome de memória coletiva, só é possível se houver compatibilidade indenitária entre a memória socializada e os indivíduos com suas próprias memórias individuais, como é destacado a seguir:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (Halbwachs, 2006, p. 39).

Sendo assim, a memória coletiva é fundamentalmente dependente do indivíduo, ou seja, da reminiscência individual, para que então, a partir disso, se possa formar identidade com outros indivíduos. Logo, esses dois tipos (individual/coletiva), mantêm uma interdependência à medida que as lembranças de uma pessoa entram em contato com as de grupos, coexistindo ao longo da vida dos sujeitos.

A questão da memória é muito importante, pois é necessário que haja uma clareza quanto à sua distinção com a história, enquanto ramo do saber. Quando nos referimos à semelhante questão, vemos, novamente em Le Goff (2012) que a memória tem um elemento afetivo muito forte e normalmente atende a demandas do presente. Já a história seria uma reconstrução do passado que deve ser feita de forma crítica e com o respaldo teórico e metodológico, sujeita ainda às análises de outros acadêmicos da área. Portanto, a memória vista aqui é tida como elemento auxiliar para produção historiográfica.

Nesse sentido, a memória não teria como, sozinha, suprir o desejo de entendimento do passado, pois diferente da forma popular que esta tem, a história requer preparo e pesquisa. Pois, pela natureza da memória de estar no campo da seletividade narrativa e desordenada, a história tem o papel da busca constante da cientificidade, onde tenta organizar e analisar para, posteriormente, apresentar seus resultados e servir como material de análise para outros historiadores.

Então, dentro da História, a memória é um tipo de vestígio e não pode ser encarada como um discurso histórico, que segundo Marc Bloch (2006) as ações humanas são vestígios e o historiador não se limitará a papéis. Então, já trazemos aqui a memória como ela é mais associada na atualidade; como uma fonte histórica, como um vestígio. E, sobre a objetividade, no que diz respeito ao trabalho historiográfico, Le Goff afirma que “a objetividade histórica, objetivo ambicioso, constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações sucessivas e acumulação de verdades parciais”. (Le Goff, 2012, p. 34).

Sendo a história uma investigação, uma espécie de inquérito a partir de problemas e questões e que esse trabalho requer métodos, é crucial que se faça, nessa busca, indagações e formulações que gerem debates, e que seja como a própria história é, algo cronologicamente constante.

É importante ressaltar também, que a própria memória tem ligação com o poder, não à toa que histórias de sociedades morrem junto a suas aristocracias (Le Goff, 2012). Ou seja, além da posse do poder administrativo, quem fica à frente do poder executivo municipal carrega toda uma carga de memória que será, como vimos antes, o norte da narrativa do passado local. Portanto, é importante, para uma pesquisa, entender que existe um lugar de memória na localidade que está ligada ao poder.

Como bem afirma Le Goff (2012, p.477) “devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos Homens. [...] a função da História não é glorificar o passado, ela serve para analisar e entender”. Dessa forma, a História enquanto disciplina de estudo, tem que buscar essa análise, e não simplesmente levar toda aquela carga local como algo que está acabado, mas pelo contrário, está em (re)construção.

É interessante notar que a memória transcende o próprio indivíduo, e traz à tona aspectos familiares, dos grupos de convivência, das instituições e etc., e todos esses elementos são características que envolvem a história local e as constituem (Bosi, 1998, p. 20). Desta maneira, para além do seu uso metodológico, a memória dentro da sociedade é aquilo que está ligado à socialização dos indivíduos em sociedade e do ponto de vista local, é o que tem como ponto de ligação entre as pessoas que convivem em um mesmo espaço que forma aquele local. Portanto, observar como se estabeleceu a memória coletiva de determinado espaço geográfico também pode ser interessante para as análises da história desses municípios.

Tendo em vista também que a historiografia do fim do último século e início do século XXI trouxe mudanças que diversificaram questões como análise e a própria fonte utilizada pelo historiador - mas sem perder o rigor teórico e metodológico - nos voltamos para a história oral, veremos que existe ainda uma desconfiança acerca desse campo e também representa uma forma relativamente nova enquanto método e que, naturalmente, sofre bastante críticas.

Inicialmente, é preciso entender do que se trata, primeiro que deve haver uma distinção de tradição oral e fonte oral: a primeira se configura como testemunho oral transmitido verbalmente de uma geração para outra ou mais; já a fonte oral, é a reminiscência pessoal, sendo essa a que traz experiências de vida do informante e não passa de geração em geração (Gwyn Prins *apud* Van Vansina, 2011).

Logo, a fonte oral está ligada com a memória coletiva e, simultaneamente, com a memória individual, mas diferente da tradição oral no próprio sentido da palavra, não está ligado a uma prática cultural onde o indivíduo compartilha suas memórias. É então nesse cenário onde se enquadra o ofício do historiador, que passa a explorar essas memórias para uso historiográfico, e sendo essa reminiscência pessoal, caberá o tipo de oralidade que será trabalhado aqui a partir da abordagem metodológica da história oral.

Trazendo para uma definição da história oral, Joutard afirma se tratar de um método de pesquisa baseado no registro de depoimentos orais concedidos em entrevistas (Joutard, 2006 *apud* Pierre Wallot, 2006). E, nesse sentido, é importante explicitar que a história oral por muito tempo sofreu forte resistência no meio

acadêmico, por isso, muitas produções foram feitas inclusive por pessoas que não estavam envolvidas com os métodos históricos como jornalistas, por exemplo. Somente no fim do século XX, ela começa a adentrar no espaço acadêmico da História, e se faz presente nas discussões. Essa característica diz respeito às primeiras gerações de historiadores orais. Ainda segundo Joutard:

De fato, essa nova geração desenvolveu uma nova concepção muito mais ambiciosa: não mais se trata apenas de uma simples fonte complementar do material escrito, e sim “de uma outra história”, afim da antropologia, que dá voz aos “povos sem história”, iletrados, que valoriza os vencidos, os marginais e as minorias, operários, negros, mulheres. Essa história se pretende militante e se acha à margem do mundo universitário (ou é por esse rejeitada) (Joutard *apud* Pierre Wallot, 2006, p. 45).

Desta forma, e devido a isso, a história oral recebeu muitas análises negativas durante muito tempo e esteve ligada a grupos militantes que defendiam essa história “vista de baixo” e outro que via ali uma fonte potencial, mas que era muito crítico de uma história “espontânea”. Após certo tempo, na historiografia desenvolve-se o interesse de utilizar a oralidade como fonte e, partindo disso, a mesma começa a ganhar certo espaço. Algo que é decorrente de um crescente número de eventos e de interesse dos historiadores.

No entanto, é justamente com a memória que a história oral se aproxima da história geral. Isso se concretiza devido alguns acontecimentos no mundo como a bomba atômica no Japão, a descolonização e guerra na Argélia, entre outros eventos. Desta forma, a história oral foi marcando terreno na historiografia. O curioso é que os desafios ainda existem, mas em meio a toda essa realidade, a história utilizando-se da memória e da oralidade como fonte e objeto pode trazer bons frutos para a historiografia. Para Prins: “A força da história oral é a força de qualquer história metodologicamente competente. Vem da extensão e da inteligência com que muitos tipos de fonte são aproveitados para operar em harmonia”. (Prins *apud* Vansina, 2011, p.196).

Então, é demonstrado aqui que mesmo com esses desafios enfrentados pela história oral, faz parte de seu desenvolvimento, assim como ocorreu (e ocorre) com a fonte escrita. Reforçamos aqui que é preciso que a oralidade seja encarada como fonte e possa ser problematizada, assim como a fonte escrita também é. Pois, ainda segundo Prins: “Uma visão muito confiável de fontes escritas sem suporte,

combinada com demasiado respeito para com os historiadores, pode ser uma combinação igualmente enganadora” (Gwyn Prins *apud* Van Vansina, 2011, p. 188).

Desta maneira, para conseguir entender as questões relacionadas à constituição do poder local e todo o desenrolar da política local no interior, a presente pesquisa tem seu **primeiro capítulo** intitulado *Traçando os planos: as eleições e o processo de emancipação*. Nele, é abordado questões acerca da forma organizativa da política neste local, mapeando o cenário político e introduzindo os personagens da política institucional e como se perpetuavam, ou não, no poder. Este capítulo é voltado, também, para ambientar o leitor ao meio e contexto do tema que está sendo analisado na dissertação.

O segundo capítulo discorre sobre o objetivo principal da pesquisa, que é o de fazer essa discussão acerca da constituição do poder local em municípios em processo de emancipação. Para tanto, o **capítulo** intitulado *Emancipação dos municípios que pertenciam a Garanhuns: articulações e processos de disputa*, se propõe a investigar desde a configuração das vilas (1962) que anseiam por emancipação, até a obtenção de êxito (1963), discutindo as fontes encontradas e fazendo a análise das fontes advindas das pesquisas semiestruturadas e dos diários oficiais com a exposição e a análise das mesmas.

Tentando abranger os aspectos que envolvem o acontecimento, o trabalho conta com um **terceiro capítulo**, de *De vila à cidade: as Mudanças em um contexto de transformações no cenário nacional*, para abordar aspectos que envolvem o pós emancipação, de como personagens e grupos interessados e envolvidos que se articularam para a manutenção ou aquisição do poder a partir do que estava posto na realidade daqueles novos municípios. Assim, busca-se refletir sobre aspectos históricos, políticos e sociais dos mesmos, de como estavam materialmente; de suas condições para se manterem como municípios independentes; e de como passaram a figurar na relação com cidades vizinhas e com os grupos da cidade a qual pertenciam.

1. Traçando os planos: as eleições e o processo de emancipação

1.1 - As cidades do Agreste, sua economia e características

A região Agreste de Pernambuco teve dezenas de novos municípios a partir dos acontecimentos do mês de dezembro de 1963³. Pode-se delimitar esta região constituindo-se de cinco cidades como as maiores na época, tendo diversas vilas integradas a seus limites. São elas: Garanhuns, Caruaru, Águas Belas, São Bento do Una e Bom Conselho. Boa parte dos novos municípios emancipados pertenciam a uma dessas cidades. Isso envolve questões relacionadas a território que passa um pouco pela seara da geografia e de como se pensa a questão de um espaço social que está sendo habitado.

Falando especificamente sobre o município de Garanhuns-PE, que fica cerca de 230 km da capital Recife, é um município brasileiro do Estado de Pernambuco que, segundo dados do IBGE⁴, foi fundado em 10 de Março de 1811 por uma carta régia, que inclusive gera um debate imenso na cidade, já que a carta denomina vila de Garanhuns.

No entanto, os defensores da data como fundação do município - como o professor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), Marcos Renato⁵ - afirmam que no século XIX, o termo vila ainda tinha uma conotação diferente, sendo que a vila de São Paulo com data de fundação no ano de 1554 é usada até hoje pela cidade para comemorar a fundação da mesma e, com o surgimento da República, é que se passa a considerar a instauração da cidade somente após sua emancipação política.

Todavia, a data de comemoração da fundação da cidade de Garanhuns foi sofrendo modificações de acordo com o prefeito que assumia. Geralmente, afirmando que somente em 4 de fevereiro de 1879, com a elevação de cidade, é que

³ No mês de dezembro de 1963, diversos projetos de lei foram aprovados na Assembléia Legislativa de Pernambuco-ALEPE, em reuniões que aconteceram até próximo dos feriados de fim de ano, que serão melhor abordados no capítulo II deste trabalho.

⁴ Cidades e Estados do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE 2023. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/Garanhuns/historico. Acesso em: 15 abril. 2023.

⁵ DATA MAGNA: Professor da Ufape escreve carta defendendo 10 de março de 1.811 como data de fundação de Garanhuns Disponível em: <https://www.vecgaranhuns.com/2021/03/10-de-marco-carta-ao-presidente-do.html> Acesso em: 13 junho 2024.

seria possível determinar como ano de fundação de Garanhuns. Sendo nesta ou na outra data o que se percebe é que o território do qual faz parte é habitado desde os tempos de Brasil colônia (Honorato, 1863 *apud* Silva, 2020).

Em um texto sobre a história de Garanhuns de um autor chamado Alberto Leite Cavalcanti (1983)⁶, ele destaca que a cidade de Garanhuns foi fundada por Simôa Gomes, uma filha de uma indígena com um fazendeiro local, que era dono da sesmaria da qual Garanhuns fazia parte nos anos de 1600. Existe, na verdade, um grande mito fundador como em qualquer outro local, o de Garanhuns é envolvendo a referida personagem. No entanto, o que o próprio autor afirma também é que a sesmaria que abrangia o território de Garanhuns pertenceu a um dos filhos de Domingos Jorge Velho, o responsável por acabar com o quilombo dos Palmares, cujo nome era Miguel Coelho Gomes, sendo este o pai de Simôa Gomes, e pela proximidade (cerca de 100 km de distância entre Palmares e Garanhuns) existe uma relação entre o fim do quilombo dos Palmares e o povoamento dessa região no entorno entre Alagoas e Pernambuco.

Portanto, nota-se quão longínquo é o povoamento da região chamada de Agreste meridional, na qual fica Garanhuns, que é uma das primeiras cidades da região e que já teve sob sua tutela várias vilas que nos dias atuais são cidades emancipadas. Devido a essa questão geográfica da época, muitos dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principalmente os populacionais, irão apresentar um quantitativo populacional expressivo de Garanhuns naquele momento. Inclusive, um que chamou atenção foi o censo de 1961 sobre os cinco municípios mais populosos de Pernambuco e Garanhuns constava, naquele ano, com mais de 100 mil habitantes. Ao que tudo indica, devido à extensão que compunha o município de Garanhuns naquela época, antes das vilas de Caetés e Paratama se emanciparem.

Todavia, algo que parece pertinente e que foi citado anteriormente para falar da formação do que hoje é conhecido como Garanhuns, é o território e de como ele vai sendo constituído ao longo do tempo. Neste caso, o território é um conceito que merece ser destacado.

⁶ CAVALCANTI, Alberto Leite. **História de Garanhuns**. Garanhuns-PE. Centro de Estudos de História Municipal, 1983, p. 25.

No que se refere ao conceito de território, é importante destacar as contribuições de Milton Santos (2006), em que o território se entende como toda extensão espacial apropriada ou usada. Este, como parte utilizada, transcende os humanos chegando até aos outros animais como área de vivência e de reprodução, sendo que a territorialidade humana implica também em uma preocupação com o destino, a construção do futuro, o que entre os seres vivos é privilégio do ser humano⁷. E nesse segmento sobre território utilizado, Santos afirma que:

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas. É desse modo que se pode dizer que espaço é sempre histórico (Santos, 2006, p. 248).

O que então pode ser trabalhado dessas afirmações para a regionalidade, dentro do próprio conceito de território, seria o que caracteriza o espaço físico com a ação humana desempenhada no mesmo. E aqui a geografia traz um sentido humano para o que antes era entendido apenas como físico. Portanto, estudar um determinado período histórico é também entender a transformação feita numa dada localidade em que as ações acontecem, e o local deixa de ser apenas instrumento de passividade e passa a ser coautor do desenrolar histórico⁸.

Além disso, a localidade pode ser compreendida como uma forma de organização do espaço, resultante das múltiplas interações entre sociedade e natureza em uma determinada região. Isso implica na existência de elementos culturais, econômicos, políticos e sociais que caracterizam essa localidade e as tornam o que elas são. No entanto, essas interações humanas nesses territórios não estariam isentas de relações de poder como destaca Foucault (2007, p. 89) “Pois bem, vejamos o que são essas metáforas geográficas. Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”.

⁷ E complementa que; “pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9o ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p.19.

⁸ Segundo Quanini “Hoje, a história não é mais uma ciência apenas dos homens, mas também dos lugares, onde há acontecimentos históricos (e, por outro lado, [...] a geografia não é somente ciência dos lugares, mas também e, sobretudo, dos homens)”.

O autor destaca que o território na perspectiva histórica não pode ser encarado como um conceito distante das análises historiográficas, pois, existe neste território uma relação de dominâncias, normas, e leis e dentro desse território existem sujeitos em interação social e estas estão sujeitas a uma relação que envolve poder.

1.3 - Vila de Caetés

É interessante analisar a fundação e desenrolar da instauração desses locais, pensando nestes como espaços de relações de seres humanos que fazem e são feitos daquele espaço no qual habitam. Percebe-se que a fundação dessas vilas que viriam a se emancipar na segunda metade do século XX ocorre geralmente na região Agreste entre o fim do século XIX e início do século XX, como aparece relatado nas memórias de Cícero Silva⁹, morador local, sobre a antiga vila de São Caetano:

Miguelzinho Quirino vindo de Brejão e vindo de Correntes eles fundaram isso aqui, tinha 5 ou 4 casas, 8 ou 10, em 1902 [...] E aí fizeram a igreja de São Caetano, criaram a padaria, criaram a farmácia [...] Luz não existia, água não existia¹⁰.

Nota-se que Cícero fala da criação de farmácia e padaria, sendo Caetés inserida em uma localidade com passagens para o sertão e mais adiante a importante Serra do Catimbau. Sendo assim, esse tipo de estabelecimento poderia ser importante dado ao fato de que Caetés está inserido nesse local que representava uma passagem entre pessoas que transitavam por lá.

Diante disso, é possível notar também que a concepção de um fundador é muito difundida para descrever as vilas e cidades de modo geral, e com a então vila de São Caetano não foi diferente. Em alguns textos da prefeitura da atual cidade de Caetés, assim como também no IBGE, é possível identificar este mesmo discurso de que o fundador da vila é Miguel Quirino, o que não descarta a possibilidade de outras pessoas terem iniciado sua vida naquela região também. Até porque, somente um indivíduo não compõe um agrupamento que constitui um povoado, mas

⁹ Entrevista concedida por SILVA, Cícero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

¹⁰ Entrevista concedida por SILVA, Cícero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

como a cultura histórica no dia-a-dia costuma individualizar os acontecimentos, se atribui a alguém que deu esse pontapé inicial.

Portanto, pessoas de outras localidades migravam para outras áreas da região visando melhorias, terras mais férteis e oportunidades em um local que ainda não tinha se estabelecido como um território ocupado. O entrevistado ainda afirma que essas famílias vindas de outras localidades começaram a ter influência, de início, não política, mas sim na igreja, organizando a festa do padroeiro local, São Caetano, e aos poucos foram se estabelecendo “tomando conta do cartório e etc.”. Considerando que a cidade de Garanhuns era um território imenso quando se inicia o agrupamento de pessoas no que viria a ser a vila de São Caetano, então esta é composta por pessoas relacionadas à região sob influência de Garanhuns, mas que estava administrativamente pouco assistida se tratando do início do século XX.

1.4 - Vila de Paranatama

Existe também a antiga vila denominada Serrinha do Catimbau, nome dado devido à parte do seu território estar inserido no Vale do Catimbau. Mas, que teve ainda o topônimo de Itacoatiara antes de ser nomeado de Paranatama, esta vila também pertenceu a Garanhuns, como destaca Santos (2017):

Paranatama antes da condição de vila ser oficializada era chamada de Serrinha do Catimbau, por conta de seus acidentes geográficos e devido a Serra do Catimbau que compõem seu território. Quando a condição de vila foi decretada pela lei nº 92, de 31 de março de 1938, a vila passou a ser denominada Itacoatiara, em homenagem aos antigos habitantes da região que eram de origem indígena. Itacoatiara, esse nome significa: Pedra pintada, e faz referência às figuras rupestres encontradas em diversas rochas da região e muitas datando mais de 6000 anos atrás, a mais conhecida é a Pedra do navio, que avistada de longe tem formato de navio e contém diversas figuras rupestres (Santos, 2017, p.14).

Neste caso, Paranatama é um local que, ao que tudo indica, teve uma história de povoamento longínquo e pré histórico¹¹, além de também indígena, tendo sido

¹¹ O termo Pré-História foi criado em 1851 e utilizado para se referir ao período da vida humana que antecede a invenção da escrita. Já a proto-história refere-se ao período em que certas culturas ou regiões, embora não possuam registros escritos próprios, são mencionadas em textos de culturas contemporâneas que já utilizavam a escrita. Nessa época as sociedades agrárias acumularam os primeiros elementos para a futura aplicação da escrita. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/divisao-da-historia> Acesso em: 15 jun 2024.

nomeada em duas oportunidades como nomes indígenas, primeiro Itacoatiara e posteriormente Paranatama.

Ainda sobre a origem de Paranatama, é possível ser destacado na fala de João Ferreira¹² sobre a nomenclatura e os primeiros habitantes do que viria a ser a vila:

Aqui... Paranatama, quando o povoado chamava-se Serrinha do Catimbau, depois mudaram para vila do Itacoatiara, tendo como chefe daqui o Capitão João Marcos [...] e esses Capitães eram de título comprado [...] e depois lá pra 1950 aqui passou a ser distrito de Garanhuns... passou a ser vila Paranatama.

Desta maneira, assim como os relatos sobre a vila de Caetés, existe também uma história de fundação. Neste caso, baseada nestes capitães de título comprado que começaram a povoar aquela região e se estabelecer no local. Existe um imaginário envolto a Paranatama devido a memória coletiva, por muito contada e que a fez a vila se tornar uma localidade famosa, pelo fato de no imaginário popular ser conhecida como o único lugar que expulsou o famoso cangaceiro Lampião nos tempos do cangaço¹³:

Existem dois fortes discursos sobre Paranatama, o primeiro deles nasce em 1935, e reflete o lado violento do município, uma vez que os paranatamenses expulsaram o grupo de cangaceiros mais violento dos sertões, enfatizado por Brito (2015), em que é feita uma emboscada muito bem trabalhada pelos moradores, para derrotaram o grupo de Virgulino (Lampião), que saem do município com Maria bonita baleada e ameaçando se vingar, entretanto, a promessa de vingança, não é cumprida, e Paranatama, que na época era apenas uma vila chamada de Serrinha do Catimbau, se sagra vitoriosa, e com fama de violenta, já que foi uma das poucas vilas que conseguiram espantar o bando que amedrontava os sertões. (SANTOS, 2017, p.20).

Nota-se que, a partir da memória coletiva desse ocorrido e de todo o mito envolto ao famoso cangaceiro lampião, a vila recebe a alcunha de ser um local violento, algo que não foi possível encontrar em bibliografia, mas se dá de forma empírica no modo com que se constrói os discursos dos entrevistados sobre esta fama.

¹² Entrevista concedida por FERREIRA, João. Entrevista IV. [03. 2023] ao autor, Paranatama, 2023.

¹³ PEREIRA, M. C. C. .; RESES, E. S.. Mulheres e violência no cangaço: breve história de vida de Maria Bonita e Dadá. Linguagem: Estudos e Pesquisas, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 61–70, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/71659>. Acesso em: 14 jun. 2022.

Importante destacar que o passado rememorado das cidades está muito ligado às memórias dos seus habitantes e especificamente a grupos dominantes daquela localidade, que geralmente conseguem levar a narrativa de fundação da cidade como uma história oficial dessas localidades, como destaca Hélder Amorim (2011, p.33): “A necessidade de buscar uma origem para os núcleos urbanos levou muitos memorialistas a criarem “mitos fundadores” que pretendiam preencher a lacuna de um tempo.” Portanto, a povoação de um local e sua história de fundação está muito ligada a como as memórias foram sendo passadas pelas gerações e como os personagens das localidades utilizam delas para construir as narrativas dessa origem, e as vilas de Caetés e Paranatama seguem esse roteiro, a partir do momento que a origem dessas localidades é narrada levando em conta algumas famílias que são destacadas como povoadores dessas localidades.

1.5 - As características das vilas e a conjuntura da época

Existe um grande debate acerca do poder local no Brasil em torno do conceito de coronelismo, isso porque existe na verdade pouco consenso do que veio a substituí-lo nas pequenas localidades. Desta maneira, autores como Carvalho (2004) afirmam que houve uma coexistência do coronelismo com clientelismo, já Leal (2012) defende que ele foi, aos poucos, sendo substituído pelo clientelismo ou pelo mandonismo, ou até mesmo por ambos. Mas, o que se percebe é que o período que engloba o pós-guerra no Brasil até o fim do século XX, no aspecto de relações de poder, é tema de muitos debates e poucos consensos.

Todavia, a descentralização do poder, em teoria, deveria representar uma maior eficiência na obtenção de melhorias que atendessem as especificidades de determinada localidade. Como destaca Santin e Marcante:

Portanto, como este poder é descentralizado e exercido em um âmbito espacial limitado, ele está mais atento às necessidades e interesses deste lugar e, conseqüentemente, as decisões que partem desses indivíduos ou instituições que então exercem o poder serão mais adequadas e harmônicas com aquela realidade (Santin; Marcante, 2014, p. 176).

Contudo, como vimos em Bourdieu (2009), o poder se torna concentrado de tal forma, devido a fatores econômicos, políticos e culturais, que a maioria da

população fica alheia às decisões. Assim, cria-se um monopólio de poder em torno dessas poucas pessoas, muitas vezes de um núcleo familiar. Portanto, a ideia de descentralizar o poder e possibilitar uma abertura para cada local ter seu representante em pequenos centros urbanos, por um lado tem este aspecto, mas por outro representa um espectro menor de concentração de poder em um espaço reduzido.

Se tratando do interior de Pernambuco nesta época, e com essa nova forma de lidar com a organização de poder, e as transformações que o país vinha enfrentando após o período do chamado Estado Novo, fizeram com que as lideranças que surgiam nos distritos passassem a buscar formas de estabelecer um poder local próprio sob essa nova condição de um federalismo municipalista, visando a emancipação.

É preciso, portanto, delimitar conceitualmente que na segunda metade do século XX o Brasil era um país com desenvolvimento de uma indústria nacional deslocada para o Sudeste e que boa parte dos municípios do Nordeste eram pequenos e dependiam da agricultura. Como destaca Gomes Junior (2016):

A começar pelo fato de que quase 70% dos nordestinos em 1960 ainda vivia em zona rural, enquanto que no Brasil como um todo, essa mesma taxa já estava aproximadamente em 55%. Em virtude disso, 64% da população economicamente ativa do Nordeste trabalhava no setor primário da economia, o que conferia à região a singela distribuição - não compatível com a sua extensão territorial e população – de 15,9% da renda nacional no início da década de 1960 (Gomes Júnior, 2016, p. 35).

Essa concentração rural no Nordeste e também no estado de Pernambuco demonstra que relações de poder mais fincadas em uma espécie de coronelismo tardio poderiam continuar ocorrendo. O debate sobre o exato fim do sistema coronelista é muito longo e não cabe no momento. Mas, como um conceito historicamente construído, é possível que não tenha simplesmente acabado de um momento para outro, e sim, se entrelaçado com novas formas de constituição de poder que variam em cada local ao longo do tempo¹⁴.

¹⁴ Sugere-se a leitura de: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O teatro das oligarquias: Uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. e SILVA, Jefferson Evânio da. Religião e Política na Terra da Mazuca: Discursos, Práticas e Palanques Eleitorais (1960-1980). 2. ed. São Paulo: Editora Exemplo, 2023.

Portanto, a presente pesquisa se propôs a investigar os acontecimentos através de entrevistas com os moradores locais, com o intuito de diversificar o material de análise e trazer no trabalho a participação de quem pertence aos locais pesquisados. Assim, serão apresentados os relatos dos mesmos ao longo das páginas que se seguem. Entre os entrevistados, está Ivo Amaral, ex-prefeito da cidade de Garanhuns (1977-1982 e 1989-1992). Ivo foi um político tradicional do município que exerceu dois mandatos e tinha como padrinho político o também ex-prefeito Amílcar da Motta Valença.

Durante a entrevista, Ivo Amaral relatou que a cidade de Garanhuns foi produtora durante os anos 1960 de café, algodão, mamona, milho e feijão e que boa parte dessas características da produção não existem mais.

O município de Garanhuns nos anos 1960 era um grande produtor de café, algodão, mamona, milho e feijão... hoje praticamente café foi exterminado, algodão também, mamona não se fala mais... apenas o município de São João é grande produtor de feijão e o distrito de miracica produz feijão, milho... o distrito de iratama é produtor de frutas e verduras e (o distrito de) São Pedro que é um distrito de pecuária, pequenas fazendas e produtor de leite.¹⁵

Desse modo, é importante observar, a partir da fala de Ivo Amaral, que os destaques de produção e movimentação da produção agrícola do município de Garanhuns é a cidade São João, que já foi vila de Garanhuns. E ele cita também os atuais distritos, mostrando que esses territórios que compõem um município como as vilas e distritos têm características rurais e de produção para abastecimento do município sede.

O ex-prefeito Amílcar Valença era um fazendeiro com produção de leite e queijos no distrito de São Pedro, como foi relatado por José Henrique de Barros¹⁶. Assim, demonstra que o poder no município de Garanhuns esteve ligado, também, a esse caráter agrário do país, e do Nordeste mais especificamente, tendo ainda nessa época pessoas com poder político que tinham alguma ligação com o campo.

¹⁵ Entrevista concedida por AMARAL, Ivo. Entrevista V. [06. 2022] ao autor, Garanhuns, 2022.

¹⁶ BARROS, José H. Quem foi Amílcar da Mota Valença? Disponível em: <https://garanhunsinstituto.blogspot.com/2016/05/ha-101-anos-nascia-amilcar-da-mota.html> Acesso em: 14 jun. 2023.

Já o entrevistado Cícero Silva, morador da antiga vila de São Caetano, diz que a vila, atual Caetés, tinha desde aquela época como maior produção rural a mandioca, o milho e o feijão. Ele ainda cita a situação econômica da população:

Passou a ser cidade e era uma cidade pobre, muito pobre, pobre que só Jó [...] Por que a produção de Caetés o que é? É mandioca, milho, feijão, já a bacia leiteira é muito pequena porque é muito pouca terra, fazendeiro é muito pouco... já Capoeiras a bacia leiteira é 10 vezes mais do que a gente, porque as terras lá são diferentes e o criatório lá é muito grande... e tem muitas vacas e em Caetés não cabe esse criatório porque é muita gente e pouca terra¹⁷

Percebe-se na fala de Cícero Silva que no panorama sobre as produções agrícolas de Caetés, enquanto vila de Garanhuns, não havia algo que a destacasse em comparativo com outras. Na fala de Ivo Amaral ele não dá destaque para as vilas de Caetés nem Paranatama, priorizando citar vilas que produziam para além do feijão e do milho. Algo interessante de notar também na fala de Cícero Silva é como ele tenta deixar claro que na vila de Caetés prevalecia o minifúndio, onde somente se aplicava uma agricultura de subsistência com grandes dificuldades para os moradores da vila e de seus arredores.

Um fato importante de se destacar é que não há dados censitários dessas vilas especificamente, já que as mesmas pertenciam a Garanhuns e faziam parte do senso da mesma. No entanto, é possível se ter uma dimensão básica com base na literatura local, como no livro de Alberto Leite Cavalcanti (1983) e nos relatos orais acerca das culturas empregadas nas vilas:

A principal fonte de riqueza dos nossos primitivos povoadores era a pecuária, criação de gado vacum e cavalos ajudada pela cultura do algodão, exportado em rama, limitando-se a produção de gêneros alimentícios ao consumo local. O algodão, que ainda continua como uma das principais fontes de renda do município, passou a ser exportado em pluma, com uso de máquinas descaroçadoras, de começo com o funcionamento manual e depois com a adaptação engrenagem bolandeira (Cavalcanti, 1983, p. 261).

Assim, é possível notar quando o autor fala sobre a agricultura em Garanhuns em tempos mais longínquos e que a variedade de produções era maior. Alberto Cavalcanti também citou o café e o trigo, mas estas plantações estariam mais associadas ao século XIX, quando o território de Garanhuns era ainda maior.

¹⁷ Entrevista concedida por SILVA, Cícero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

Com isso, é possível ter uma dimensão do papel que Garanhuns teve na região Agreste do estado de Pernambuco, sendo a origem de boa parte dos novos municípios nos arredores. Percebe-se, assim, a partir dos relatos e dos dados censitários, que essas vilas tinham uma relação muito forte com o mundo rural. Havia criação de animais, muitas vezes no quintal das casas, e também alguns pequenos comerciantes que se deslocavam para comprar produtos nas cidades, inclusive Garanhuns, para revender na vila da qual fazia parte.

Este cenário foi descrito por Rafael Brasil¹⁸, recapitulando, em que afirma que seu avô Luiz Pereira Júnior veio de outra vila próxima do sertão onde era um pequeno produtor de algodão e passou a comercializar produtos que comprava na cidade de Garanhuns, na vila de Caetés. Dessa forma, é possível inferir que consistia em uma economia voltada para a subsistência e o pequeno comércio, como algumas das características relacionadas ao interior de Pernambuco no contexto da presente pesquisa.

Nas vilas com pouca infraestrutura e saneamento básico, como pode ser ilustrado na fala de Rafael Brasil¹⁹ em alusão a praça principal da vila de Caetés: “aqui era só essa rua de terra da igreja e dos boxes” Muitas pessoas migravam para outras regiões, assim como também a seca fazia com que houvesse migração para as vilas em busca de melhorias. Como o exemplo de relatos de moradores como Maria Ferreira, que veio da zona rural para a vila em busca de melhores condições de vida.

Tendo em vista que as vilas pertenciam ao município de Garanhuns e que este tinha como função ser o responsável pela administração das mesmas, é interessante buscar compreender como se dava alguns aspectos da vida neste município. Em relação à educação, vale destacar que até o fim da década de 1960 o município de Garanhuns ainda não tinha um ginásio municipal para ofertar um ensino público para a população. Isso pode ser observado em uma fala do vereador Uzuae Canuto do município no ano de 1957, quando o mesmo trata do assunto na reunião legislativa na Câmara de Vereadores de Garanhuns:

[...] lembrou que muitas cidades por aí tem o seu ginásio, e esta possibilidade era, portanto, a maneira mais fácil de poder melhorar esta

¹⁸ Entrevista concedida por BRASIL, Rafael. Entrevista IV. [05. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

¹⁹ Entrevista concedida por BRASIL, Rafael. Entrevista IV. [05. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

triste situação, terminou frisando que esta Casa tinha o dever de tudo fazer neste sentido, para ser possível que antes do Sr. Prefeito concluir seu mandato tenha dotado nossa cidade deste importante melhoramento.²⁰

É importante observar que, naquela época, já existiam na cidade de Garanhuns, três colégios privados de cunho religioso, sendo eles o Santa Sofia, Diocesano (ambos de designação católica) e o Colégio Presbiteriano XV de Novembro. Segundo dados do IBGE²¹ no setor de estatísticas do século XX, no estado de Pernambuco existiam apenas quatro colégios do tipo ginásial. A partir dessas informações, é possível perceber que a educação, em Garanhuns e em suas vilas, era voltada para uma parcela muito pequena da população. Se o município sede não dispunha de um ginásial, as vilas tão pouco tinham o primário.

Sobre a educação nas vilas nas décadas 1950 e 1960, de acordo com Alves (2010), para se estudar era preciso se deslocar para a residência de uma das poucas professoras que davam aula do primário e eram pagas pelo governo, mas que era um ensino muito básico somente para aprender o elementar da língua portuguesa e algumas operações matemáticas. Em seu estudo sobre a formação do Município de Caetés, Alves (2010) traz a fala de uma entrevistada que foi professora neste período:

A depoente Beatriz Bezerra Barros chegou a Vila Caetano em 1943, sendo professora do lugar por mais de 40 anos, ensinou nos sítios Pedra Grande, Barriguda, Macambira, entre outros. Enfrentou muitas dificuldades na infância e quando se casou com o senhor Ramiro Luiz da Silva, decidiu: “Peguei uma trouxa, botei na cabeça e uma sacola e vim [...] O importante é sossego [...] Vamos morar no Caetano, pra nois beber água do cacimbo...” (Alves, 2010, p.33).

Diante da fala, é possível inferir que a professora tinha como função levar seu trabalho de lecionar para a Vila e para a zona rural nos arredores da mesma. Desta forma, o ensino domiciliar parecia ser algo bem convencional na época.

No que se refere à educação, em mais uma fala na câmara dos vereadores de Garanhuns, o vereador Elias de Barros declamou em 1957:

²⁰ CRISTINO JUNIOR, Pedro. E. R. **Política, religião e educação:** relações de poder em Garanhuns (1955-1967) Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2016, p. 91.

²¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 1951 a 1960. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao> Acesso em: 02 jun. 2023.

O [...] que no orçamento vigente tinham sido incluídas 40 bolsas escolares que naturalmente era alguma coisa, e que no próximo ano se poderia duplicar esta importância [...] Adiantou que num Município como o nosso que provavelmente se arrecadará no corrente ano quantia aproximadamente dos vinte milhões, uma iniciativa que tornasse possível a fundação de um ginásio municipal, não era impossível, tudo era questão de boa vontade e iniciativa.²²

O vereador cita bolsas escolares que na época eram um subsídio oferecido pelo município em parceria com as escolas particulares, destinado a pessoas que não podiam arcar com os custos educacionais. O número de 40 bolsas também vale o destaque, sendo que supria muito pouco o contingente populacional do município.

Estes dados ajudam a mensurar a conjuntura e características da cidade e das vilas na época e são importantes para entender as demandas dessas vilas e de como a cidade sede se comportava do ponto de vista administrativo com as vilas.

1.6 - A questão do município no Brasil na segunda metade do século XX

A ideia de município no Brasil tem conotações diferentes de outros países do mundo. Em alguns países, existe uma divisão de poderes diferenciada, onde vários municípios estão submetidos aos chamados condados, caso que ainda ocorre nos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo. Mas, se tratando do Brasil, o município tem a seguinte definição:

Município (Brasil) - O município é a única unidade de governo local no Brasil, compreendendo, sob um só governo, tanto as comunidades urbanas quanto a zona rural dentro de seu território. A sede do governo municipal tem o nome de cidade. (Melo, 1960, p. 07).

Portanto, o município abrange uma região que não se limita apenas à área urbana, mas inclui também toda a zona rural delimitada geograficamente. A sede do município, situada na cidade, é responsável por administrar essa região, que engloba tanto a zona urbana quanto a zona rural

Desta forma, com o passar do tempo, a vila se estabelece e politicamente passa a integrar de forma administrativa a cidade de Garanhuns como uma vila

²² CRISTINO JUNIOR, Pedro. E. R. **Política, religião e educação: relações de poder em Garanhuns (1955-1967)** Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2016, p. 91.

deste município, mas sem ter ainda neste período alguma força, tanto local, como de conjuntura estadual ou nacional, para tentar uma emancipação; principalmente porque, durante o Estado Novo, a maioria dos prefeitos eram nomeados e com pouco ou nenhuma ligação local, geralmente subordinados aos interesses do executivo estadual ou nacional.

Houve durante o fim dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, uma maior abertura para um federalismo descentralizado, como aponta Bezerra (2016). A Constituição de 1946 expressou uma orientação descentralizadora, pois ampliou o poder e as responsabilidades das esferas subnacionais, o que afirmou um federalismo do tipo cooperativo, estabelecendo a repartição de compromissos e obrigações entre os diferentes níveis governamentais.

Com essa nova forma de lidar com a organização de poder, as lideranças que surgiam nos distritos poderiam passar a buscar formas de estabelecer um poder local próprio sob essa nova condição visando a emancipação. Administrar um novo município muitas vezes era muito mais palpável para as lideranças dos então distritos, do que tentar ganhar força política dentro de um município sede.

Deste modo, o fenômeno de emancipação política analisado na presente pesquisa, parece ter sido um movimento nacional, e que a partir desse novo segmento de pensar as localidades e sua governabilidade após 1945, fez surgir um grande contingente de novos municípios:

No decorrer desse período, excetuando-se os anos de 1950 e 1956, quando não foi criado nenhum município, foi acrescentado à malha existente um total de 2221 novos municípios, ou uma média de 117,20 por ano, muito superior aos períodos anteriores (média de 18 de 1931 a 1945 e de 13 por ano de 1890 a 1930). Ao final desse período, a própria malha brasileira havia sofrido um acréscimo de 134% sobre o total dos municípios existentes anteriormente. Houve, entretanto, um enorme desequilíbrio entre o número de municípios criados a cada ano. Em alguns deles, como é o caso do ano de 1947, foi criado um único município e, no outro extremo, no ano de 1962, foram criados 430 municípios (Cigolini, 2014, p.s/n).

Sendo assim, no período citado pelo autor, que vai de 1946 até 1964, houve um aumento na média nacional de criação de municípios. É interessante notar que em período próximo ao ano onde ocorreu as emancipações das vilas de Garanhuns, em 1962 no nível nacional houve a criação de 430 novos municípios, indicando que existia um movimento que estava acontecendo em todo território nacional e, Pernambuco, ao ser palco dessas emancipações, estava inserido nele.

Nota-se um número muito elevado de criação de municípios que ultrapassa 2 mil em todo o País. Realmente é um período em que houve um verdadeiro movimento municipalista no Brasil. Ainda sobre esta questão, Nunes (2017) também chama atenção para o número de municípios criados após 1945:

No início da década de 1960, ainda sob a égide da Constituição de 1946, ocorreu um grande surto emancipacionista no Brasil, que resultou em um crescimento relativo de 42,9%, passando de 2.766 municípios em 1960 para 3.952 em 1970. Ocorre que a maior parte dessas emancipações ocorreu antes da chegada dos militares ao poder, que impuseram forte regulamentação às emancipações (Nunes, 2017, p. 13).

O autor destaca que em 10 anos houve mais de mais de mil novos municípios emancipados no Brasil, justamente entre a década de 1960 e 1970, que está dentro do recorte da presente pesquisa. É notório destacar também que após 1964, com o fechamento de regime que o Brasil atravessou após o golpe, as emancipações passam a ser controladas.

Ainda sobre essa conjuntura de emancipações, Bezerra (2016) destaca mais um número interessante sobre o período:

Na segunda metade do século XX, a história do país foi marcada por uma redefinição nas políticas de emancipação distrital, diante da intensa criação de municípios, com a conseqüente fragmentação dos limites internos dos estados brasileiros, a qual rebateu sobre a sua organização administrativa. No plano nacional, das 5.507 localidades existentes, foram criadas nesse período 3.617, o que perfaz um total de pouco mais de 65% das prefeituras aqui instaladas. (Bezerra, 2016, p. 97).

Portanto, na segunda metade do século XX, 65% dos municípios do país foram criados. Isso reforça a ideia de que após 1946, coincidindo com a nova constituição, houve uma maior abertura para tais práticas Bezerra (2016) argumenta neste sentido:

Os municípios constituídos nos anos 1950 e 1960 foram tangenciados pela ordem relativa à experiência liberal-democrática que sucedeu à deposição de Getúlio Vargas em 1945. Nessa conjuntura, a Constituição de 1946 expressou uma orientação descentralizadora, uma vez que ampliou o poder e as responsabilidades das esferas subnacionais, afirmando um federalismo do tipo cooperativo, em que se estabeleceu uma repartição de compromissos e de obrigações entre os diferentes níveis governamentais. (Bezerra, 2016, p. 98).

Desta maneira, os acontecimentos que se sucedem na emancipação de municípios no Estado de Pernambuco estão inseridos num contexto que envolve uma conjuntura nacional de pensamento voltado para um federalismo descentralizado, que concede aos estados mais autonomia para decidirem sobre suas formas de divisões políticas e, é dentro deste contexto que se insere a cidade de Garanhuns e as vilas às quais pertenciam a mesma.

Isto fica ainda mais evidente ao se analisar o artigo da constituição de 1946 que designava as funções dos municípios:

Art. 79 – Compete ao Município:

- a) prover sua administração;
- b) decretar e arrecadar tributos e aplicar suas rendas;
- c) organizar seus serviços públicos.

Art. 80 – São órgãos da administração do Município:

- I – a Câmara Municipal, composta de Vereadores, com funções legislativas;
- II – o Prefeito Municipal, com funções executivas.

Art. 81 – Os Municípios da mesma região poderão agrupar-se para a instalação, exploração e administração de serviços comuns.

Art. 82 – Além das rendas ou taxas sobre atos de sua economia, de seus bens e serviços, compete ao Município as decorrentes dos impostos:

- I – predial e territorial urbano; II – de licenças; III – de indústria e profissão;
- IV – sobre diversões públicas (BRASIL, 1946, art. 79-82).

Neste sentido, as atribuições que os municípios recebem a partir da Constituição de 1946, parecem ser anteriormente designadas apenas ao governo do estado. Sendo assim, representou um avanço para a ideia de administração municipal e uma descentralização do poder.

1.7 - As características das vilas pertencentes a Garanhuns

É pertinente, portanto, entendermos um pouco melhor como era a situação econômica daquelas vilas e a conjuntura do momento que favoreceu suas emancipações, como também o papel delas, sendo pertencentes às suas respectivas cidades, visto que grande parte das pequenas cidades tinham a maioria de sua população vivendo na zona rural.

Em Garanhuns não era diferente. Grande parte dos munícipes vivia na zona rural, e essas pequenas vilas não tinham mais que poucas dezenas de casas, segundo relatos locais que faço referência ao longo deste trabalho.

Em entrevista concedida para essa pesquisa, Maria Ferreira²³, viúva do primeiro prefeito da cidade de Caetés, ao relatar sobre a situação da então vila de São Caetano, afirma que “Só tinha essa avenida, eu penso que se contassem as casas tinha 20... parece que era 23 casas, não chegava a 30 não”. Portanto, ao que indica, poderia ser uma localidade muito ligada à vida no campo diretamente na vila, possivelmente com alguns moradores tendo quintais com criação de animais como galinhas, porcos e cabritos.

É preciso ainda compreender os mecanismos de ascensão e consolidação de poder durante o período da década de 1960, em que começam a surgir elementos indiciários nas eleições do executivo municipal, conforme destacado em Matta (2013), tais como as campanhas eleitorais, as propagandas, os jingles e etc., que não excluem a mesma camada social que antes protagonizava o poder. Ela só terá que aprimorar as formas de consegui-lo na nova conjuntura política que se apresentava.

Desta maneira, estar no comando do executivo de um município significava formar uma rede de alianças, que incluía tanto grupos econômicos, como apoio de setores da igreja católica, já que esta tinha um papel de influência muito forte na população, como destaca Cristino Júnior (2016)²⁴, em um trabalho que trata da conjuntura política da cidade de Garanhuns na época delimitada no presente estudo.

Questionado sobre a situação da antiga vila São Caetano, renomeada posteriormente de Caetés, Cícero Silva afirma que “trouxeram umas pessoas para contar as casas, deu 23”²⁵. Essas contagens eram feitas para avaliar a viabilidade da emancipação. Percebe-se que se tratava de um pequeno vilarejo que em condições normais não seria elegível para o *status* de município.

Seguindo a descrição da vila, o morador afirma que “a vila era composta por minifúndios e sua principal produção até hoje é a mandioca, em alguns momentos tinha boas plantações de milho”²⁶. Portanto, trata-se de uma região constituída por pequenos agricultores de subsistências sem grandes ocorrências de conflitos de

²³ Entrevista concedida por FERREIRA, Maria. Entrevista II. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

²⁴ CRISTINO JUNIOR, P. E. R. **Política, religião e educação**: relações de poder em Garanhuns (1955-1967) Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2016.

²⁵ Entrevista concedida por SILVA, Cícero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

²⁶ Entrevista concedida por SILVA, Cícero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

terra, como em outras regiões do estado. Ao menos isso é o que pôde ser interpretado a partir da concepção do entrevistado Cícero Silva. Existiam também as profissões ligadas a comércios e serviços, tais como alfaiates e pequenos comerciantes, indivíduos que eram requisitados dada à escassez, naquela localidade, de pessoas que exercessem tais ofícios. A senhora Maria Ferreira²⁷, moradora local da antiga vila de São Caetano, relata essa questão:

Ele era alfaiate e aplicava injeção, depois uma mulher veio me pedir para aplicar injeção, eu disse que não sabia, ela insistiu e eu apliquei comparando minha veia para achar a dela. Daí em diante nunca errei uma aplicação e comecei trabalhar num posto de saúde da vila.

Desta maneira, percebe-se que a situação dessas vilas, ao que tudo indica, era de uma localidade com poucos recursos e muito dependente de alguma benesse da cidade da qual faziam parte. E, no sistema de governança brasileiro, os benefícios sempre vinham em troca de boas votações, e geralmente os alvos eram esses cidadãos com o mínimo de recursos financeiros e precárias condições de sobrevivência dentro de suas localidades.

1.8 - Subprefeituras e seu papel

Após a elaboração da nova Constituição de 1946 e o fim do chamado Estado Novo, retornaram as eleições para prefeitos e vereadores nas cidades brasileiras. Havia também votação para subprefeito das vilas. Já que não existia nenhum orçamento previsto a ser destinado para tais cargos, sua função era aumentar a participação de pequenas localidades, visando atender suas demandas e melhorar a participação de todos os entes da federação.

Sendo assim, no ano de 1955, na eleição municipal de Garanhuns, houve eleições para subprefeitos nas vilas que pertenciam a esse município. Segundo os dados do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco²⁸, a vila de São Caetano teve Luiz Quirino dos Santos com 357 votos pelo Partido Rural Trabalhista (PRT) e José Francisco dos Santos pela União Democrática Nacional (UDN), com 227 votos. Já

²⁷ Entrevista concedida por FERREIRA, Maria. Entrevista II. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

²⁸ Pernambuco T.R.E eleição municipal de 1955. Disponível em: [Relatório Final das Eleições de 1955_1957 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco \(tre-pe.jus.br\)](https://relatoriofinaldas Eleicoes de 1955_1957 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (tre-pe.jus.br)) Acesso em: 04 abril. 23.

na vila de Paranatama, Inácio Bezerra de Assunção alcançou 211 votos e foi o único candidato pelo PRT.

Desta forma, levando-se em conta que não era permitido o voto de analfabetos de forma oficial (ou pelo menos de quem não conseguisse assinar a ata da eleição de maneira prática) - segundo a constituição vigente naquela época - sugere-se que a participação política fosse bem reduzida. Como pode ser observado a partir de um trecho da Constituição Federal de 1946²⁹, que ainda era vigente durante o período estudado na presente pesquisa:

Art. 131. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei.

Art. 132. Não podem alistar-se eleitores:

I - os analfabetos;

II - os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

III - os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Parágrafo único. Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Pode-se identificar, a partir desses resultados eleitorais e do contexto da Constituição da época, qual a dimensão do público votante dessas vilas. É possível também perceber quais partidos políticos estavam adentrando na política local dessas vilas, percebe-se que o PRT³⁰ teve representantes nas duas vilas e, tendo em vista que a cidade de Garanhuns tinha seis vilas como parte de seu território, somente em uma o vencedor para o cargo de subprefeito não era do PRT, sendo este da União Democrática Nacional (UDN)³¹. Isso demonstra que esse partido se

²⁹ Câmara dos deputados. **Legislação.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 10 nov. 2023.

³⁰ Partido político de âmbito nacional criado em 1948 para suceder ao Partido Republicano Democrático (PRD). Foi extinto em 1958, quando seus membros fundaram o Partido Rural Trabalhista (PRT). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PRT>. Acesso em: 15 jun. 2024.

³¹ A União Democrática Nacional, fundada a 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se

interessou em lançar candidaturas para estes representantes de vilas, enquanto outros não tiveram o mesmo interesse.

No entanto, geralmente esses cargos não tinham valor, tanto para quem o exercia, como para o prefeito que não ostentava qualquer poder ou função. No entanto, ainda assim era um cargo que dava um *status* de líder comunitário para quem o exercia e neste sentido poderia render ganhos políticos, mesmo que em medida menor. Geralmente o cargo mais importante para uma liderança de vila era mesmo o de vereador municipal, isso se observa pelo fato que entre as lideranças de vila que haviam sido vereadores pelo município sede, estes conseguiam se eleger ou apoiar os vencedores após a emancipação. Chegou-se a essa constatação a partir da análise dos nomes das atas das eleições municipais e de subprefeitos³² e dos nomes dos primeiros prefeitos destas antigas vilas, disponíveis no livro de posse das respectivas prefeituras municipais de Caetés e Paranatama. Como pode ser ilustrado na fala de Josimário Wanderley:

Quando têm distrito a que são vinculados a sede do município, então eles ficam como... como... como o político responsável né? Aquele que resolve tudo, aquele que comanda, aquele que diz o que vai fazer, o que não vai fazer [...] E ficou como responsável político dominante na época, foi um político dominante aqui no distrito, aqui na vila [...] Ele tinha a pretensão de ser o virtual prefeito, quando... quando a vila se emancipasse, que por traz disso já existia um grande interesse [...] E ele foi lutando por isso³³.

Desta maneira, o subprefeito de um distrito ou vila tinha como função ser o representante formal da localidade. Em um relato de um político que exerceu este cargo na época em uma vila chamada de Capoeiras, que fica próxima à vila de São Caetano, mas que pertencia a outra cidade, ele afirmou que:

Pela nova lei que criaram, cada distrito tinha direito a um subprefeito. Nesse caso, Capoeiras já era distrito, porque passou em 1901 ne, [...] cargo decorativo, nem mandava nem fazia nada, nem tinha dinheiro, nem salário,

essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>

Acesso em: 15 jun. 2024.

³² Pernambuco T.R.E eleição municipal de 1959. Disponível em: <https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleic-oes-de-1959-1960-1962> Acesso em: 04 abril. 2023.

³³ Entrevista concedida por WANDERLEY, Josimário. Entrevista V. [05. 2010] entrevistador: Giselda Alves, Caetés, 2010.

nem coisa nenhuma, era só cargo decorativo. Não sei porque o meu patrão João Borrego me escolheu pra ser o candidato a subprefeito [...] em 1947 eu fui eleito subprefeito do distrito.³⁴

Dessa forma havia, ao menos pela lei, uma representatividade na comunidade para que este subprefeito fosse o responsável por liderar a vila ou distrito, mas que aparentemente na prática não existia uma atenção às demandas reivindicadas. Ainda segundo o entrevistado, Zezinho Borrego:

Comecei a ver as necessidades de Capoeiras e comecei a levar pra São Bento, mas nenhuma foi atendida, o principal na época era a água [...] comecei a dar parece que duas ou três viagens a São Bento para pedir ao prefeito que fizesse um melhoramento na água: uma cacimba de cimento pra que o povo se abastecesse, ele nunca ligou.³⁵

Diante disto, o que parece é que o subprefeito possibilita também ser uma abertura para essas vilas e distritos reivindicarem melhores condições para sua população diante do município sede e, talvez por isso, as subprefeituras fossem mais de interesse das lideranças dessas vilas para se fazerem presentes e mostrarem que estavam à frente do jogo político nestes locais.

Em contrapartida, seria de menos interesse para as lideranças da cidade sede dessas vilas e distritos que poderiam entender esses cargos como mais uma demanda de reivindicações que poderia vir a ser colocada no jogo político, onde o ganho para essas lideranças talvez não fosse tão interessante. Esses cargos, que existiam no interior de Pernambuco, foram importantes tanto para criar um ambiente de liderança para figuras locais, como também, ao que aparenta, ser uma maneira de mostrar que existia participação popular no poder republicano pós Estado Novo, mesmo que não fosse tão efetivo.

Na cidade de Caetés, segundo relato de Cícero, morador local, houve grandes disputas para ser subprefeito na então vila de São Caetano. Questionado sobre isso, ele afirmou que:

Tinha Sergio Ivo Neto que era da subprefeitura aqui, ele e depois Antônio de Souza até vir a briga política que Antônio de Souza foi do outro lado da política lá em Garanhuns [...] o 'outro' assumiu lá e tirou o subprefeito daqui aí ficou Antônio de Souza e ficou a briga Antônio de Souza com os 'tuta' até

³⁴ Entrevista concedida por ALMEIDA, José Soares de. Entrevista I. [07. 2018] ao autor, Capoeiras, 2018.

³⁵ Entrevista concedida por ALMEIDA, José Soares de. Entrevista I. [07. 2018] ao autor, Capoeiras, 2018.

chegar a deputado estadual Aluísio Souto Pinto que era deputado estadual da época aqui, se elegeu em Garanhuns, ele é de Brejão [...] eles começam fazer a briga pra tomar o poder do subprefeito.³⁶

Observa-se que, apesar de se tratar de um cargo aparentemente sem significância local para a vila de São Caetano, ganhou importância devido às disputas na cidade de Garanhuns. Ou seja, se tornou um cargo pretendido por figuras políticas da vila e seus respectivos apoios vindos de Garanhuns. Ainda segundo o entrevistado, essas disputas chegaram a ir para tribunais estaduais para que se conseguisse substituir o subprefeito. Inclusive, esses fatos ocorreram alguns anos antes do processo que resultaria na emancipação da então vila de São Caetano.

A partir disso, percebe-se que, dependendo da conjuntura política nas disputas pelo controle da subprefeitura, existia a possibilidade de acirramentos pelas lideranças locais junto às lideranças das cidades sede que tivessem alguma inserção nas vilas e distritos em busca de votos. Portanto, a subprefeitura, mesmo não sendo um cargo com orçamento previsto para gerir e mesmo com um prefeito não sendo remunerado como era o vereador, ainda assim existia uma disputa de poder no interior e no exterior da vila.

1.9 - Os partidos e as articulações políticas do interior

Durante os anos de 1950 e 1960, os partidos com mais influência no interior eram o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Com base no relatório das eleições municipais no estado de Pernambuco e no município de Garanhuns em 1955³⁷, se observa a maioria dos votos do executivo e legislativos para os referidos partidos. Tendo ainda o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Progressista (PSP), Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Republicano Trabalhista (PRT) como as agremiações que conseguiam um contingente de votos que lhes garantiam algumas cadeiras legislativas.

Segundo Josineide Bezerra, Cittadino afirma que "essas agremiações acomodavam setores da intelectualidade liberal, da elite burocrática e das camadas

³⁶ Entrevista concedida por SILVA, Cícero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

³⁷ Pernambuco T.R.E eleição municipal de 1955. Disponível em: <https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleic-oes-de-1954-1955> Acesso em: 19 jul. 2023.

médias, abrigando, ainda, os grupos familiares tradicionais, que sempre exerceram o comando político municipal" (apud Cittadino, 1998, p. 33-36). Bezerra contextualiza essa afirmação em seu trabalho, destacando a dinâmica política entre o PSD e a UDN no estado da Paraíba durante o período de 1945 a 1964 (Bezerra, 2009, p. 99).

Neste sentido, dado que apesar das diferenças e adaptações que estes partidos poderiam exercer em cada parte do território nacional em suas diversas variações, de modo geral é possível que eles representassem o que foi descrito pelo autor acima. Sobre a questão partidária no Brasil, um grande marco que merece ser destacado ocorreu em 1945, com o que ficou conhecida como "Lei Agamenon" conforme é mencionado por Lucília Delgado (2003):

No dia 28 de maio de 1945, foi publicado um decreto lei que ficaria conhecido por "Lei Agamenon". Pela primeira vez na história republicana adotou-se como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação partidária seu caráter nacional. Essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos consecutivos alimentou o poder das oligarquias estaduais. (Delgado, 2003 p. 134).

Sendo assim, o Brasil passa por uma transição importante, dado ao fato que os partidos agora necessitam, a partir de 1945, a ter um contingente nacional para poder atuar, fazendo com que os partidos de dominância somente regional fossem sendo substituídos pelos de caráter nacional, tendo estes que se tornarem mais coesos e se reinventarem.

No entanto, o poder local pós 1945, apesar dessas mudanças institucionais poderiam ser marcadas por conflitos e embates. Durante os anos 1950, as eleições municipais na cidade de Garanhuns eram marcadas por muita violência, como destaca Cristino Junior (2016) sobre a eleição de 1955, onde lideranças da UDN passaram a apoiar o candidato do PSD contra o candidato do próprio partido. Isso desencadeou conflitos que atingiram também as vilas, ocorrendo incidentes nas vilas de São Pedro e Paranatama³⁸.

Nota-se que as vilas são chamadas a tomar partido nesses embates e escolhem seus lados e participam também da disputa municipal antes de iniciarem seus confrontos internos como municípios independentes. Algo que ocorre também

³⁸ CRISTINO JUNIOR, Pedro. E. R. **Política, religião e educação: relações de poder em Garanhuns (1955-1967)** Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2016, p. 146.

é a participação política de personagens residentes nas vilas que se candidataram para o cargo de vereador no município sede.

Percebe-se isso na eleição municipal de 1955³⁹ em Garanhuns, onde um dos candidatos eleitos para o cargo de vereador foi Luiz Pereira Junior, um político influente na vila de São Caetano, sendo ele o pai do primeiro prefeito eleito no que viria a ser o município de Caetés. Ele se elegeu pelo PRT com 441 votos.

É possível notar que, para a época, foi uma votação expressiva para um candidato a vereador tendo sua base eleitoral em uma vila e não na cidade sede. Para se ter uma ideia, o candidato mais votado, Petrônio Fernandes da Silva, também do PRT, obteve 639 votos. No entanto, é possível que parte desses votos de Luiz Pereira Júnior também tenham sido obtidos no município de Garanhuns.

Algo que merece destaque é o fato de uma liderança de vila concorrer também com políticos da cidade sede que tendem a buscar votos nas vilas, fazendo com que nem sempre os moradores das vilas votassem em políticos com maior presença local. Desta forma, nota-se que existia uma volatilidade em relação aos votos dados às lideranças de vilas.

Analisando o resultado da votação para subprefeito no mesmo ano em que Luiz Pereira Júnior se elegeu vereador, tem-se que o total de votos na vila de São Caetano foi de 584, enquanto no candidato a vereador Luiz Pereira Júnior, foi de 441, tendo uma diferença de 143. Levando-se em consideração também que, possivelmente, nem todos os 441 votos foram somente de residentes da vila⁴⁰. Portanto, existem variantes com diversos fatores, mas ao que tudo indica, boa parte destas votações se destinavam à liderança com mais enraizamento local. No entanto, havia exceções que poderiam ocorrer por forças externas e pela não afinidade com a liderança local.

Sobre a composição partidária das lideranças das vilas pertencentes à cidade de Garanhuns, a ex-primeira dama, Maria Ferreira, da antiga vila de São Caetano, fala sobre os partidos existentes na vila e sobre o partido do primeiro prefeito da

³⁹ Pernambuco T.R.E Eleição municipal 1955. Disponível em: [Relatório Final das Eleições de 1955_1957 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco \(tre-pe.jus.br\)](https://www.tre-pe.jus.br/relatorio-final-das-eleicoes-de-1955-1957) Acesso em: 04 abril. 2023.

⁴⁰ Pernambuco T.R.E Eleição municipal 1955. Disponível em: [Relatório Final das Eleições de 1955_1957 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco \(tre-pe.jus.br\)](https://www.tre-pe.jus.br/relatorio-final-das-eleicoes-de-1955-1957) Acesso em: 04 abril. 2023.

cidade: “tinha o PSD e a UDN. Ele vence a eleição pelo PSD, a UDN era de gente mais baixa”⁴¹. Não dá para entender o sentido da expressão utilizada por ela no final da fala. Contudo, compreende-se que pode tanto ser por questões de inimizades políticas, como por *status* social das pessoas da UDN na vila.

Com isso, a composição político-partidária nas vilas era a de seguir as composições das majoritárias da cidade a qual pertenciam. É importante fazer um adendo de que as disputas entre UDN e PSD, ao que parece, tinham mais a ver com disputas de grupos políticos no seu aspecto de afinidade com aquelas pessoas ou grupos, do que por questões ideológicas.

Percebe-se, portanto, que existem disputas pelo poder local que vão além da simples disputa por ideais ou de concepção de mundo, sendo bem comum políticos em diversos partidos terem pontos de vista que convergem. Mas, no aspecto de disputa por influência local, entravam em um acirramento. Isso pode ser possível de se observar na disputa da eleição municipal de Garanhuns em 1955 em um levantamento feito por Cristino Junior (2016, p.146), onde ele afirma que houve dissidentes do PSD que apoiaram o candidato da UDN, e vice-versa, para a eleição municipal. Mostrando que, muitas vezes, o que importava eram as afinidades políticas e pessoais e não o regimento partidário num segmento ideológico que existisse no mesmo.

Portanto, as disputas vão se desenrolando no cenário municipal e distrital nas vilas e isso implica o entendimento de questões importantes no âmbito teórico, como é o caso do poder local, de como ele é compreendido e dos debates que se travam sobre o tema. Tudo isso serviu para auxiliar na análise sobre os acontecimentos envolvendo as disputas locais na cidade de Garanhuns e nas vilas que a esta pertenciam.

Dito isto, o poder local é bastante identificado em nossa história nacional, como o poder municipal. Na literatura sobre o assunto, Nunes Leal (2012) encarregou-se de analisar o desenvolvimento dessa expressão da conjuntura política nacional nas relações que ligaram (e ligam) politicamente o governo central às suas ramificações periféricas, entretanto, não menos importantes. Sendo assim, a partir de uma densa análise que compreendeu desde o Brasil Império até meados do

⁴¹ Entrevista concedida por FERREIRA, Maria. Entrevista II. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

século XX, Leal (2012)⁴² associou a gênese do poder local às práticas coronelistas nas localidades provinciais e, posteriormente, na administração municipal.

Desta maneira, o poder local no Brasil na maior parte do século XX esteve associado à influência do que foi teorizado como coronelismo e mandonismo local. No entanto, o debate se torna mais acirrado acerca do que veio a substituir ou não esses fenômenos no âmbito local, já que geralmente o coronelismo é associado à primeira metade do século passado, e é preciso entender como se configura esse Brasil na segunda metade do século XX e quais os mecanismos de consolidação de poder passam a ser utilizados.

Seguindo nesta perspectiva, o trabalho de Vilela (2008) tenta fazer um importante contraponto à ideia de um coronelismo prolongado, numa tentativa de complexificar os conceitos e abordar o Agreste pernambucano, no período posterior ao chamado “Estado Novo”:

Avessos a tais determinismos, ou engessamentos, procuramos elaborar uma outra compreensão sobre a presença e atuação desses atores sociais no cenário da política brasileira. Nossa perspectiva consta, essencialmente, em demonstrar como Francisco Heráclio do Rêgo, no período compreendido entre 1945 e 1955, é capaz de transitar politicamente no município de Limoeiro e circunvizinhos, assim como no estado de Pernambuco. Ou seja, buscamos analisar um conjunto de discursos e práticas agenciadas estrategicamente por este líder e seus partidários dentro de uma rede complexa de favores, alianças e compromissos políticos. Discursos e práticas as quais entendemos como fundamentais para sua construção de líder político. Em nossa escrita houve constante esforço, talvez nem sempre bem-sucedido, em não inserir as ações de Francisco Heráclio no que conhecemos como coronelismo, ou em qualquer semelhante definição. (Vilela, 2008, p. 159).

O poder local ganha novos elementos, e a dinâmica das relações outrora existentes passam a ser ressignificados e transformados. Sobre o exercício de poder, Pierre Bourdieu (2009) discute como se dá a participação política em meio à forte centralização de tal habilidade nas mãos de uma minoria:

[...] a concentração de capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto, mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes (Bourdieu, 2009, p. 164).

⁴² LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7o edição. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

Neste caso, percebe-se uma relação direta entre o restrito acesso a posses e meios para uma maior participação política. Desta maneira, na esfera local/municipal, enquanto espaço com suas respectivas demandas, requer um certo perfil da comunidade para que se possa exercer de fato uma maior participação. Entretanto, tais meios são impossibilitados devido à força exercida por um número limitado de indivíduos na execução e representação do poder político local.

Além da questão da participação, temos ainda uma reflexão acerca de que a política é também poder e/ou está categoricamente ligado a ele, pois é da política que se faz a institucionalização de poderes divididos em cargos administrativos a partir de representatividade. No entanto, é importante levar em consideração que existe um certo grupo social que detém o controle de mecanismos que levam e assegura o poder dito representativo, como situa Bourdieu (2009, p. 166):

Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controlados elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem (Bourdieu, 2009, p.166).

Esse corpo de profissionais é quem, certamente, tem esse capital simbólico⁴³ para apropriar-se melhor de um espaço designado ao poder no local, e isso já foi mencionado em outros trabalhos⁴⁴, onde é destacada essa questão do carisma do governante local, como algo importante para uma maior aceitação e elevação do mesmo ao poder administrativo local. Sendo assim, como foi dito na citação acima, a população não tem outras opções que não aquelas, pois não possuem os poderes simbólicos para serem uma das forças em concorrência, ficando sujeito à ordem já estabelecida.

Entretanto, sabendo que tal realidade se expressa em um espaço delimitado e relativamente pequeno, nos vem à mente um passado em que os governos de

⁴³ Tal conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu serve para designar certas diferenças de poder existentes na sociedade, com quais algumas pessoas ou instituições podem persuadir os demais de suas ideias. Essa capacidade diz respeito ao conhecimento, prestígio ou reconhecimento de que gozam pessoas e instituições que tornam suas mensagens e discursos mais eficazes e convincentes. Acumulado desde o nascimento, o capital simbólico atribui autoridade aos que possuem. (GARCIA, 2013). BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

⁴⁴ Referimo-nos aqui a autores como Raymundo Faoro (1977) e Nunes Leal (2012).

idades pequenas, principalmente, eram governados por um mesmo monopólio que o descrito anteriormente, sendo que bem mais restritivo e familiar, identificado em um momento de nossa história nacional como coronelismo. É sabido que tal realidade não existe mais atualmente, talvez não como se remete ao século passado. Contudo, ditou regras durante muito tempo de nossa história política brasileira, como afirmou Victor Nunes (2012, p. 63):

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. É claro, portanto, que os dois aspectos — o prestígio próprio dos “coronéis” e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga — são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do “coronel” — firmada na estrutura agrária do país —, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída.

Vemos então, que este envolveu um peculiar sistema de reciprocidade no âmbito da administração e representação estatal. Trazendo para o pensamento de Bourdieu (2009), esses que detém o monopólio são, dessa forma, os preservadores de sua hegemonia, e eles fazem isso utilizando de acordos recíprocos tanto entre os próprios políticos, como entre o mandatário local e o povo, que de certa forma fica envolvido pelo interesse de subsistir.

Na busca pela compreensão de como a configuração política local funcionou no Brasil, em momentos dos séculos XIX e XX, nos faz entender um fator que parece ser determinante, que é a ideia de prestígio social e de um certo perfil de quem governa, ou seja, detém o poder local. Algo que manifestou essa questão de domínio local foi o coronelismo, mas este perdeu terreno por justamente existir uma certa manifestação estatal no interior. Todavia, a base do coronelismo sempre foi o clientelismo, caracterizado pela reciprocidade nas relações políticas. Desta forma compreendemos que isso não foi extinto na política local e se faz presente com um certo destaque.

Remetendo-se ao período pesquisado, observamos que essa troca de favores não escapa ao analisar as interações locais com o governo estadual, tendo como peculiar a forma deste obter alguns benefícios, onde era preciso prestígio entre os

políticos da capital. Leal (2012) coloca que o estado precisa ficar ligado ao local, pois é de lá que sai o maior contingente de votos. Desta forma, o voto é uma mercadoria muito bem explorada em uma troca de interesses que visa o poder em múltiplas dimensões, tanto para o político local, como para o que almeja cargos estaduais e federais.

Tendo em vista que, para poder participar da política institucional, é preciso que o indivíduo compreenda seu funcionamento e o estabelecimento das ações e regimentos que ela possui. Bourdieu (2009, p.166) enfatiza que “se a técnica do jogo do xadrez não existisse, eu não poderia ter a intenção de jogar o xadrez. Se posso ter em vista a construção de uma frase, é porque sei falar a língua em questão”.

Sendo assim, as vilas poderiam representar esse espaço de poder que não ficariam vagos e personagens podem surgir para compreender esse jogo político e participar dele. Como afirma Massey (2011, p. 01) “O lugar do vazio é a negação da política”, pois existem sempre interesses e conflitos que rodeiam os meios sociais.

Desse modo, para um pequeno comerciante ou pequeno agricultor com mais meios que outros, a ideia de entrar para a política e disputar o protagonismo nesses territórios tem uma atratividade muito alta, assim como, também aquela pessoa da cidade sede que já é vereador ou pensa em ser, busca nas vilas uma oportunidade de ocupar um espaço menos congestionado que na sede do município onde já se tem estabelecido um poder, possivelmente com mais robustez e de maior concorrência.

No Agreste pernambucano, como destacado anteriormente, havia algumas cidades com dezenas de habitantes e algumas vilas que as pertenciam. De modo geral, como se percebe nos relatos de moradores locais, a economia local era baseada em agricultura familiar e pequenos comércios. Portanto, quem possuía qualquer pequeno negócio local teria os tais meios suficientes para participar do jogo da política institucional. Neste sentido, a dinâmica parece ser diferente do poder convencional nas grandes metrópoles onde somente quem tivesse grandes posses conseguiriam exercer a função de classe dominante.

Neste sentido, o pequeno comerciante, um agricultor com mais meios e que conseguia ter alguma produtividade, ou alguém que vinha diretamente do meio político, parecem ser os perfis de lideranças locais que iniciam a atuar como

lideranças e obter ganhos políticos que fazem com que o poder local comece a se configurar nessas vilas e distritos, que geralmente eram menores que bairros, comparando com as cidades sede.

Isso fica claro traçando o perfil descrito dessas lideranças. Rafael Brasil⁴⁵, morador da cidade de Caetés e filho do primeiro prefeito da cidade, nos relatou que “O meu bisavô plantava algodão no sertão, em Santo Antônio do Tará, [ele] já tinha descarocadeira mecânica em 1910 e levava de burrinho pra Pesqueira pra vender em Recife de trem, né”. Isso demonstra a atividade agrícola e comercial como o que levava algumas famílias locais a ter um pouco mais de meios para em algumas gerações posteriores conseguirem adquirir mecanismos que os levassem a ingressar na política local.

Outro caso que ilustra bem como eram os meios de subsistência no Agreste pernambucano, em meados do século XX, é o relato de dona Maria Ferreira, moradora da antiga vila de São Caetano, que fala de sua profissão inusitada: “Formaram um posto de saúde (na vila). É de Garanhuns esse posto [...] e meu marido aprendeu a aplicar injeção”⁴⁶. Nota-se que, como não existia profissional na vila para exercer tal profissão, quem aprendesse o ofício conseguia, através disso, se destacar na vila.

Portanto, tornando-se o “enfermeiro” da vila, o personagem político em questão tornou-se prefeito interino da cidade após a emancipação. Detalhes como estes são importantes para perceber justamente que a dinâmica do poder numa pequena localidade é diferente dos grandes centros urbanos, onde geralmente o poder estava concentrado somente nas mãos dos mais poderosos e com maior aporte financeiro.

Em pequenas vilas, destacar-se em um setor considerado comum em outros locais poderia estar à frente no sentido de tornar-se um representante político local. No entanto, outros fatores como amizades com famílias mais abastadas, dentre outros, não podem ser descartados como facilitadores na consolidação de um representante local. No próximo capítulo, abordarei com mais profundidade o processo de emancipação das vilas e as articulações políticas em torno dele.

⁴⁵ Entrevista concedida por BRASIL, Rafael. Entrevista IV. [05. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

⁴⁶ Entrevista concedida por FERREIRA, Maria. Entrevista II. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

2. Emancipação dos municípios que pertenciam a Garanhuns: articulações e processos de disputa

2.1 - Os passos para a emancipação: indivíduos e partidos na representação das vilas

Para compreendermos como se deu a emancipação dos municípios aqui mencionados, é importante destacar a eleição municipal de 1955, que auxilia no mapeamento político da cidade e de suas vilas. Segundo dados estatísticos do IBGE voltados para o século XX, a cidade de Garanhuns, em meados de 1950, tinha uma população de 100 mil habitantes e contava com 13 cadeiras legislativas em sua Câmara Municipal⁴⁷. Estes dados incluem quatro vilas que posteriormente se tornaram cidades. Sendo elas: Caetés, Paranatama, Brejão e São João.

No ano de 1955 aconteceu a eleição municipal e, segundo dados levantados por Cristino Junior (2016), o PRT elegeu a maior bancada com sete eleitos, seguindo-se pela UDN com 4 eleitos e PSP e PDC com um eleito cada. Personagens como Luís Pereira Junior da vila de Caetés, João Bezerra Sobrinho de Paranatama e Aloísio Souto Pinto - sendo que este posteriormente seria o autor do projeto de emancipação de Caetés e Paranatama -, foram eleitos neste pleito de 1955. Pode-se observar com mais detalhes estes dados a partir da tabela abaixo sobre a eleição municipal de 1955 na cidade de Garanhuns:

Tabela 01. Vereadores mais votados em Garanhuns 1955

Vereadores	Votos em nº	Votos em %
Petrônio Fernandes da Silva (PRT)	639	6,79%
Amilcar da Mota Valença (PRT)	580	6,16%
José Cardoso da Silva (UDN)	545	5,79%
Elias da Silva Barros (PRT)	520	5,52%
João Bezerra Sobrinho (PRT)	482	5,12%
Antonio Sarmiento de Pontes (PRT)	444	4,71%

⁴⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 1951 a 1960. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao> Acesso em: 02 jun. 2023.

Luiz Pereira Jr. (PRT)	441	4,68%
Aloísio Souto Pinto (UDN)	333	3,54%
Uzaze Canuto (UDN)	329	3,49%
José Augusto Pinto (PRT)	315	3,35%
Pedro de Souza Lima (UDN)	314	3,33%
Francisco Epaminondas de Barros (PRT)	277	2,94%
Raymundo de Oliveira Cavalcanti (UDN)	255	2,71%

Fonte: Pernambuco T.R.E eleição municipal de 03-10-1955 e 14-04-1957.

É possível notar uma votação expressiva para o PRT e a UDN sendo somente destes partidos a maioria dos vereadores eleitos, o que pode mostrar uma certa hegemonia de ambos no município. Como citado anteriormente, a partir deste pleito, se tem nomes de personagens que serão melhor analisados para entender como estes, dentro do contexto local, influenciaram para que houvesse a emancipação nos anos seguintes das vilas de Caetés e Paratama.

Luiz Pereira Junior, citado anteriormente, é um indivíduo ligado à vila de Caetés, mas que teve consecutivos mandatos como vereador no município sede Garanhuns. Ele se elegeu com 441 votos, o que para a época, foi uma votação expressiva, que por seu local de influência ser a vila de Caetés, é possível que a maior parte do contingente de votos seja da referida vila.

Outro nome para ser destacado é o de João Bezerra Sobrinho, citado por José⁴⁸ quando perguntado sobre vereadores de Garanhuns que exerciam o mandato mas eram da vila de Paratama:

Lembro, desde que era povoado, era João Bezerra Sobrinho se elegeu muitas vezes [...] ele era irmão de Inácio Bezerra, o vice de Inácio Bezerra na segunda eleição dele era o filho de João Bezerra, Osvaldo Bezerra de Assunção, foi quem terminou o mandato.

Desta forma, o político João Bezerra foi se tornando uma pessoa cada vez mais consolidada dentro da vila de Paratama, e ao que parece antes mesmo desta se tornar cidade. Assim, João Bezerra acabou ganhando muitos mandatos

⁴⁸ Entrevista concedida por FERREIRA, João. Entrevista IV. [03. 2023] ao autor, Paratama, 2023.

como vereador de Garanhuns. José também citou Inácio Bezerra, que mais à frente veremos que foi o primeiro prefeito de Paratama, quando esta conseguir sua emancipação, e seu vice sendo seu sobrinho, mostrando que a família Bezerra esteve à frente da administração de Paratama.

Interessante analisar esse aspecto familiar em torno da relação de poder na vila de Paratama, e de como a história da mesma pode ser analisada em cada especificidade, na sua composição e seu desenrolar. Ela se faz nestes aspectos, na composição do poder, na formação de um padrão como a sucessiva vitória em eleições para vereador, até seu nome ser facilmente associado à governança. Sobre a história local, Pascal afirma o seguinte:

Uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome campo (Pascal, *apud* Gonçalves, 2007, p.175).

Desta maneira, as especificidades de cada local também o constituem e essa investigação histórica, quando se aproxima deste local, é que possibilita que sejam feitas análises para se adentrar na realidade do seu passado. Sem isso, uma vila ou um campo, como na citação acima, seria somente visto na forma superficial. Portanto, a eleição de 1955 foi trazida na presente pesquisa justamente para poder analisar a trajetória levada para se alcançar a emancipação e de como esses personagens que se colocam como líderes locais atuavam antes das vilas se tornarem municípios.

Ainda sobre a Eleição de 1955, é válido destacar Aloísio Souto Pinto da UDN, que apesar de ter menos votos que Luiz Pereira Junior e João Bezerra Sobrinho ambos do PRT, no próximo pleito, o de 1959, como é possível observar na tabela abaixo, se torna o prefeito de Garanhuns:

Tabela 02. Resultado da eleição para prefeito de Garanhuns em 1959

CANDIDATOS	votos
------------	-------

Aloísio Souto Pinto-UDN-PTB-PSP	7904
Abdias de Noronha Branco-PTN	4223
Votos em branco	481
Votos nulos	117
Total	12725

Fonte: Pernambuco T.R.E eleição municipal de 02/08/1959.

Percebe-se que Aloísio Pinto conseguiu uma votação expressiva em uma coligação, enquanto seu adversário, disputando pelo Partido Trabalhista Nacional-PTN, sem alianças formais, ficou em segundo lugar. Algo que chama atenção é Aloísio Pinto ter tido 333 votos como vereador e, apenas três anos depois, ter liderado a eleição do município. Algo interessante de notar são estas coligações partidárias que passam, cada vez mais, a se tornar habituais nas eleições por todo o Brasil e demonstram também as estratégias de cada partido visando a conquista do poder:

Com base nas regras estabelecidas em 1946 surgiram pequenos e grandes partidos os quais, individualmente, ou através de alianças interpartidárias, passam a disputar o voto do eleitorado. Enquanto grandes partidos como PSD (Partido Social Democrata), e a UDN (União Democrática Nacional) apresentavam-se individualmente ou coligados a pequenos partidos, outros, como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro), a partir de um determinado momento, passaram a compor o que ficou conhecido na história como “frentes oposicionistas” ou “frentes de esquerda” (Santos, 2009, p.01).

Em consequência disto, os partidos vão adaptando suas estratégias para atrair o eleitorado. Como visto na citação acima, os partidos intermediários, que geralmente almejavam maior crescimento, buscavam formar frentes de oposição como a que ficou conhecida como Frente do Recife, que elegeu Pelópidas Silveira para a prefeitura do Recife, em 1955 (Santos, 2009, p. 03).

No interior de Pernambuco, o PSD, desde o Estado Novo, se postava como o partido dominante, isso porque o político chamado Agamenon Magalhães, governador, pode ser considerado como o “Vargas de Pernambuco” por ter governado o estado e ter tido maior dominância no mesmo período que Vargas 1937-1945 (Santos, 2009).

Essa predominância do PSD, ao menos entre 1955 e 1962 em Garanhuns, se mostrou um pouco menor, tendo o PRT como maior vencedor de eleições⁴⁹. No entanto, não se pode afirmar que o PSD não era influente na cidade e nas vilas já que demonstrava muita força no estado.

Entretanto, o surgimento destas frentes interpartidárias, de acordo com Santos (2009), possibilitou que outros partidos se articulassem para governar. De acordo com o mesmo autor, enquanto na cidade do Recife formava-se uma coligação entre o Partido Socialista Brasileiro (PSB) - tendo como um dos principais personagens Miguel Arraes, o PTB e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) obtendo êxito na capital em 1955 - na cidade de Garanhuns foi a UDN que venceu as eleições. (Santos, 2009 p.06).

Sobre os partidos, é importante ressaltar que de acordo com Motta (1999) ideologicamente é difícil encontrarmos distinções entre UDN, PSD e PRT, existindo algumas como o fato do PSD está mais ligado ao mundo rural enquanto a UDN à zona urbana, apesar de não ser uma regra, sendo estas distinções encontradas mais no âmbito pessoal entre os membros que compõem estes partidos Motta (1999, p. 76). É possível identificar distinções ideológicas mais claras em partidos mais à esquerda como PCB e PSB tendo estes mais influência política na capital enquanto que no interior como em Garanhuns os partidos mais à direita dominavam, esse panorama fica evidente quando Mendonça Santos (2009) analisa a eleição estadual de 1958 que teve a chamada frente do Recife coligada:

Realizadas as eleições e apurados os votos, constata-se a vitória de Cid Sampaio. Pela primeira vez naquele período democrático, Pernambuco teria um governador que não integrava os quadros do PSD. Os números presentes na tabela anterior sugerem que, com 79,04% dos votos alcançados na capital, o apoio dos partidos que formavam a Frente do Recife tenha sido fundamental para a conquista do governo de Pernambuco. Já os votos obtidos no interior do estado, demonstram o equilíbrio de forças existente entre a UDN e o PSD nessa região. (Santos, 2009, p. 23).

No que se refere aos partidos e ideologias, de acordo com René Rémond, conforme citado por Bernstein:

⁴⁹ Pernambuco T.R.E eleição municipal de 03/10/1955, 02/08/1959 e 18/08/1963.

Mais próxima de nós, a publicação em 1954 da obra de René Rémond, *La droite en France*, marca uma virada nos trabalhos sobre a história das forças políticas, abandonando deliberadamente a crônica factual para enfatizar o peso de uma ideologia através de todo o período contemporâneo. Aliás, as edições sucessivas da obra iriam permitir ao autor, pelo confronto da sua grade de explicação com a evolução dos últimos 30 anos, controlar a validade de sua hipótese sobre a existência não de uma direita, mas de uma pluralidade de, direitas. (Rémond, 1954 *apud* Bernstein, 2003, p.59).

Desta maneira, é possível enquadrar partidos como UDN, PSD e PRT dentro destas pluralidades de direita, e suas continuidades e o peso de uma ideologia conservadora brasileira nestes partidos ao longo do século XX, como aponta Motta (1999, p. 76). As vilas, possivelmente, embarcaram neste aspecto a partir do momento da penetração destes partidos em seus territórios, que poderiam vir através das eleições ao longo dos anos ainda enquanto as vilas tinham este *status*.

No que diz respeito à eleição de vereadores no ano de 1959⁵⁰ em Garanhuns, novamente o vereador João Bezerra Sobrinho ligado à vila de Paratama venceu, renovando seu mandato. No entanto, o que chama atenção é que Rafael Brasil Pereira também alcançou êxito, sendo este filho de Luiz Pereira Júnior⁵¹, que havia vencido em 1955. Pode-se perceber que tanto na vila de Caetés, como na vila de Paratama, os laços familiares vão começando a encabeçar os aspectos de representatividade nas vilas, o que pode ter facilitado as articulações com outros personagens políticos para que se efetivasse a emancipação.

Portanto, pelo exposto até o momento, nota-se que ao longo dos anos começou a se consolidar no interior das vilas uma “cultura do voto”. Assim, as vilas começam a protagonizar para algumas figuras locais a possibilidade de atuarem politicamente no município sede, mas que devido a vida destes representantes estar ligada às suas localidades, mesmo sendo vereador por Garanhuns, é possível que prevalecesse a ideia de que são muito mais representantes da sua localidade do que representantes da câmara de vereadores da cidade sede. Como pode ser ilustrado na fala de Josimário Wanderley:

⁵⁰ Pernambuco T.R.E Eleição municipal 1959. Disponível em: <https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleic-oes-de-1959-1960-1962> Acesso em: 04 abril. 2023.

⁵¹ Entrevista concedida por AMARAL, Ivo. Entrevista V. [06. 2022] ao autor, Garanhuns, 2022.

Naquele tempo, como até hoje acontece isso muito também, esse pessoal quando tem o poder na mão, aí eles [...] quando têm distrito a que são vinculados a sede do município, então eles ficam como... como... como o político responsável né? Aquele que resolve tudo, aquele que comanda, aquele que diz o que vai fazer, o que não vai fazer [...] E ficou como responsável político dominante na época, foi um político dominante aqui no distrito, aqui na vila [...] Ele tinha a pretensão de ser o virtual prefeito, quando... quando a vila se emancipasse, que por traz disso já existia um grande interesse [...] E ele foi lutando por isso.⁵²

O entrevistado cita justamente esta ideia de que o vereador do município sede poderia ser visto na vila como o seu representante, enquanto que na cidade de Garanhuns poderia ser visto como um vereador dentre tantos outros. Vale destacar na fala de Wanderley que, na visão dele, as intenções do próprio Luiz Pereira Junior, do qual ele se refere sem citar seu nome no trecho destacado, atuava no sentido de ser o representante eventual na ocasião da vila de Caetés se tornar um município.

Para analisar de forma mais abrangente o cotidiano representativo das vilas, mostra-se pertinente debruçar-se sobre as eleições municipais de 1963. Nestas como pode-se ver abaixo o candidato Amílcar Valença vence:

Tabela 03. Resultado eleição para prefeito de Garanhuns 1963

CANDIDATOS	votos
Amílcar da Mota Valença-PSD	6.368
Petronio Fernandes da Silva-PTB-UDN	4.815
Votos em branco	251
Votos nulos	190
total	11.624

Fonte: Pernambuco T.R.E eleição municipal de 18/08/1963.⁵³

Desta forma, no ano de 1963 o PSD voltou a protagonizar uma chapa majoritária em Garanhuns, com Amílcar Valença, e se consagrou vencedor. Todavia, chama atenção o fato de Garanhuns ter tido três prefeitos diferentes em um intervalo

⁵² Entrevista concedida por WANDERLEY, Josimário. Entrevista V. [05. 2010] entrevistador: Giselda Alves, Caetés, 2010.

⁵³ Pernambuco T.R.E Eleição municipal 1963. Disponível em: <https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleic-oes-de-1963-1964-1965-1966> Acesso em: 10 ago. 2023.

de oito anos. Não se descarta a possibilidade de, mesmo sendo personagens diferentes, alguns deles se apoiarem de forma mútua, demonstrando que as forças políticas do município não conseguiam se articular em torno de uma figura em específico.

Nota-se ao longo das três eleições expostas até o momento que a UDN participou ativamente das majoritárias em todas. Isso demonstra a força política deste partido no município de Garanhuns, que apesar de não vencer em algumas delas, somente o fato de ter articulação política para lançar candidaturas consecutivas demonstra isso.

Com relação às eleições para a vereança do ano de 1963, tem-se os seguintes resultados:

Tabela 04. Vereadores eleitos em Garanhuns (1963)

Candidatos	votos
PTB – Hermínio Sampaio de Melo	701
PTB – Jaime Alves Pinheiro	391
PTB – José Guilherme da Rocha	355
PTB – Álvaro Tenório	334
PSD – Levino Epaminondas de França	776
PSD – Ivo Tinô do Amaral	745
PSD – Elias da Silva Barros	575
PDC – José Francisco dos Santos	414
PDC – José Inácio Rodrigues	311
PDC – Paulo Faustino de Albuquerque	211
UDN – João Bezerra Sobrinho	564
UDN – Rafael Brasil Pereira	459

Fonte: Pernambuco T.R.E eleição municipal de 18/08/1963⁵⁴.

⁵⁴ Pernambuco T.R.E Eleição municipal 1963. Disponível em: <https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleic-oes-de-1963-1964-1965-1966> Acesso em: 10 ago. 2023.

É possível observar que o político João Bezerra Sobrinho, da vila de Paratama, na eleição de 1955 se candidatou pelo PRT, já nas eleições posteriores de 1959 e 1963 disputou as eleições pela UDN, e obtendo o êxito em três eleições consecutivas com uma votação consolidada, com 482 votos em 1955, 464 em 1959 e 564 em 1963. Dessa maneira, ele formou uma base sólida na vila à qual pertencia e por um partido que, como citado anteriormente, vinha sendo rotineiro nas eleições majoritárias do município sede.

Outro ponto a se destacar, foi mais uma vitória eleitoral de Rafael Brasil Pereira, filho de Luiz Pereira Júnior, ambos da vila de Caetés. Demonstrando também nesta vila uma consolidação familiar no poder representativo antes da mesma alcançar sua emancipação. Como destacado por Monteiro (2018, p.219) “As famílias do poder, quase sempre, agem de forma orgânica e em rede.” Desta forma, sendo do núcleo familiar ou também no envolvimento de amizades, essa rede pode-se tornar cada vez mais articulada.

Percebe-se o nome de Ivo Tinô Amaral dentre os vereadores eleitos em 1963, mesmo ano em que Amílcar Valença saiu-se vencedor da majoritária, este já tendo exercido mandato de vereador, o que confirma a aliança política entre ambos, no decorrer dos anos seguintes, na cidade de Garanhuns, e demonstra que essas redes de alianças iam além do laço familiar entre os envolvidos. Portanto, levando-se em consideração todo período de recorte da presente pesquisa, percebe-se que cada vez mais nomes específicos vão se tornando costumeiros nas atas eleitorais, e estes sendo das vilas que estavam prestes a atingir suas respectivas emancipações.

Entretanto, algo que pode surgir de questionamento é de como se constituem essas redes de poder em torno desses personagens locais, de como eram vistos pela população local e qual sua articulação com uma instituição que historicamente esteve ligada ao poder no Brasil, que é a Igreja Católica. Principalmente em um contexto histórico em que o Brasil vivia, com ebulições políticas que culminaram no golpe de 1964.

2.3 - Disputas internas e a influência religiosa

Não obstante, é importante refletir sobre as disputas internas que poderiam ocorrer nas vilas. A partir do momento em que familiares passam a representar com mais força sua localidade, abre-se um espaço para a cobrança por parte dos moradores ou de pessoas que tivessem qualquer interesse em representá-los. Sobre a representação diretamente na vila, Cícero Silva diz o seguinte:

A oposição que teve aqui foi no começo pra subprefeitura porque o subprefeito que vem de lá foi indicado por um prefeito de Garanhuns aí... ninguém arrumava nada aqui, então vem indicado [...] porque ninguém ajeitava outra pessoa daqui [...] tomando conta da subprefeitura com o povo daqui ninguém aceitava⁵⁵.

Portanto, de acordo com o que foi relatado acima, na visão do morador da vila de Caetés na época, os prefeitos de Garanhuns buscavam interferir na decisão do subprefeito da vila de acordo com as mudanças que eventualmente ocorressem no município sede e de acordo com os apoios nas eleições municipais.

Desta maneira, os personagens que disputavam o poder nas vilas poderiam se favorecer politicamente das mesmas na medida que seus apoios à majoritária vencessem na cidade sede, fazendo com que sua força política local aumentasse ainda mais. Em contrapartida, conseqüentemente, no caminho oposto, quem apoiasse o candidato derrotado na sede poderia sair enfraquecido politicamente na vila.

Para ilustrar como ocorre a perseguição política no município de Garanhuns e como esta interferia na vida das vilas, a UDN denunciou após as eleições presenciais que uma professora da vila de Paranatama estava sendo perseguida por ter votado no opositor do presidente da República eleito naquele ano, Gaspar Dutra:

Rogo a V. Excia. A fineza de determinar providências junto ao Excelentíssimo Interventor Federal neste Estado, em nome do Comité da U.D.N., aqui, afim de por termo às mesquinhas perseguições promovidas pelo prefeito de Garanhuns, contra nossos correligionários. O prefeito vai remover a professora pública municipal do distrito de Paranatama, Hermenegilda Sales, há 14 anos em exercicio ali, para Itacatu, pelo simples

⁵⁵ Entrevista concedida por SILVA, Cícero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

fato de ter declarado que votou no brigadeiro. Verdadeiramente aflitiva é a situação de vários udenistas aqui [...]. (Diário de Pernambuco, quinta-feira, 28 de fev. de 1946)⁵⁶

Desta forma, as perseguições dentro da vila poderiam ocorrer tanto em eleições municipais como nas gerais, e com isso, uma simples escolha de um cidadão da vila poderia se tornar uma rusga política entre os partidos que disputavam mais ativamente a administração municipal. Desse modo, transformando a escolha em um candidato, numa decisão de cunho pessoal que poderia acarretar em perseguições e levar o cidadão a ter que ir para outra vila por conta desta escolha.

Entretanto, se faz pertinente analisar o quanto a influência religiosa interfere no poder local, principalmente porque, como já mencionado, todas as escolas do município de Garanhuns estavam vinculadas à alguma igreja em uma época em que o voto era somente permitido para pessoas alfabetizadas. Como pode ser observado quando o vereador Raimundo de Moraes, em 1957, protestou na Câmara de Vereadores de Garanhuns contra o voto de analfabetos:

[...] esta pretensão era um atentado à consciência cívica da nacionalidade, salientando que diante disso não valia mais a pena se fazer o sacrifício de educar nossos filhos, uma vez que os analfabetos têm o mesmo direito que os alfabetizados. Ressaltou o perigo para a democracia que ora estávamos vivendo, quando aparecia projetos desta natureza por aqueles que tinham o dever de zelar pelo aprimoramento dos regimes democráticos⁵⁷.

Como o conceito de analfabetismo poderia ser manipulado ao simples fato de não saber assinar o nome, não é descartado a possibilidade de mesmo as pessoas votantes não saberem ler e interpretar o que liam, reduzindo o termo analfabeto ao simples fato de não saber votar, dada a ligação que o analfabetismo teve com a questão do voto ao longo de séculos no Brasil⁵⁸. Além do que, ser alfabetizado ou

⁵⁶ CRISTINO JUNIOR, Pedro. E. R. **Política, religião e educação**: relações de poder em Garanhuns (1955-1967) Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2016, p. 140.

⁵⁷ CRISTINO JUNIOR, Pedro. E. R. **Política, religião e educação**: relações de poder em Garanhuns (1955-1967) Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2016, p. 80.

⁵⁸ Evolução do Voto no Brasil. Disponível em: <https://www.tre-mt.jus.br/institucional/memoria-eleitoral/evolucao-do-voto> Acesso em: 06 ago. 2023.

atingir degraus posteriores da educação formal, era algo reservado a grupos econômicos mais favorecidos.

Tratando-se da relação existente entre lideranças locais e a igreja, Cicero Silva aborda essa questão quando trata da ocupação inicial da vila de Caetés: “Eles, antes de tudo, invés deles fazer [...] entrarem pra política, eles geralmente entram logo na política, eles não foram pra política, eles foram pra igreja, fazer a festa de São Caetano, aquela coisa toda”.⁵⁹ Portanto, ao tratar das primeiras lideranças da vila de Caetés, o entrevistado expõe em sua fala que no início da vila quem se interessava em representá-la começa a formar laços com a igreja católica e a ajudar nas festividades religiosas do padroeiro São Caetano.

É preciso contextualizar que o período em questão e a forma como o clero agia na cidade de Garanhuns, de acordo com Cristino Júnior (2016), se assemelha ao que Mainwaring (2004) cunhou de neocristandade, sendo esta uma tendência da Igreja Católica com traços de anticomunismo, anti modernidade e antiprotetantismo (Mainwaring, 2004 *apud* Cristino Júnior, 2016). Sobre esta influência na cidade de Garanhuns, Erinaldo Cavalcanti (2009) cita um jornal em circulação no município na época pesquisada que pertencia à diocese, chamado de O Monitor:

Em 1933 começava a circulação do semanário O Monitor na cidade de Garanhuns. Ele tinha circulação regular sendo composto e impresso em oficina própria, mecânica e moderna, sendo o único jornal existente nesta cidade. É seu diretor o esforçado Cônego Tarcísio Falcão¹⁵⁹. Inicialmente, o jornal pertenceu à diocese de Garanhuns, sendo por extensão um poderoso veículo de divulgação dos princípios defendidos por aquele órgão religioso. Foi durante algum tempo o principal periódico da cidade, chegando a ser o único jornal em circulação de Garanhuns. [...]. Deixou de pertencer à diocese em 1963, quando foi comprado por Amílcar da Mota Valença, ao se eleger prefeito da cidade no dia dezoito de agosto daquele ano. (Cavalcanti, 2009, p.77).

Observa-se que com um semanário em mãos, a igreja tinha um importante mecanismo de influenciar a opinião pública no município de Garanhuns, além de ter uma grande incidência educacional no município junto a igreja presbiteriana. Desta forma, tanto no município sede como nas vilas, havia uma organização do poder que

⁵⁹ Entrevista concedida por SILVA, Cicero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

perpassa pela igreja. Aquelas lideranças com boas relações com a igreja poderiam também receber um maior destaque.

E dentro de um contexto mais abrangente que envolvia a Guerra Fria, a igreja atuava como um “filtro de cristãos corretos” para os eleitores:

O Jornal O Monitor chamava a atenção para a importância do voto na construção de uma sociedade melhor, justa, digna e cristã segundo um conjunto de valores preconizados pela Igreja Católica e verbalizados nas páginas daquele semanário. Para ele, “cada voto mal dado é mais uma bomba que você atira para a destruição da civilização cristã! E cada voto bem escolhido é mais uma pedra que você coloca para a construção de um mundo melhor” (Cavalcanti, 2009, p.77).

As páginas do jornal O Monitor serviam como um guia ideológico da igreja para seus fiéis, e recapitulando o fato de que somente alfabetizados poderiam exercer o voto, tendo assim, um público alvo evidente.

2.4 - O poder local constituindo-se: a emancipação das vilas

Foi possível até o presente momento mapear as redes de poder que passaram a consolidar-se nas vilas que pertenciam a Garanhuns. Faz-se necessário mencionar que as vilas de Brejão e São João foram desmembradas do município de Garanhuns no ano de 1958⁶⁰. Estas emancipações ocorreram apenas cinco anos antes das conquistadas por Caetés e Paranatama:

PROJETO N. 164

EMENTA: — Cria o município de Brejão.

A Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco:

DECRETA:

ART. 1º — Fica criado o município de Brejão, desmembrado do município de Garanhuns.

ART. 2º — O novo município terá por sede o atual Distrito do mesmo nome, e, por limites, os que o separam atualmente dos demais distritos de Garanhuns e dos Municípios que lhe são limítrofes.

Nota-se que Garanhuns tinha até 1958 a vila de Brejão como parte de seus limites territoriais, demonstrando que o movimento de emancipação ocorreu

⁶⁰ PERNAMBUCO. Lei nº 3337 e Lei nº3280. Disponível em: <https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/home?diario=MQ%3D%3D> Acesso em: 06 ago. 2023.

anteriormente às que estão sendo pesquisadas. Outro território desmembrado de Garanhuns foi o de São João, como pode ser observado no texto a seguir:

1958 — PARECER N. 368

A Comissão de Redação de Leis, tendo presente o projeto n. 111, já aprovado em 3ª e última discussão, é de parecer que se lhe dê a seguinte redação final:

EMENTA: — Cria o Município de São João desmembrado do de Garanhuns;

A Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

DECRETA:

ART. 1º — Fica criado o Município de São João, desmembrado do Município de Garanhuns.

ART. 2º — O novo Município terá por sede o atual Distrito do mesmo nome, e, por limites, os que o separam atualmente dos demais distritos de Garanhuns e dos Municípios que lhe são limítrofes.

ART. 3º — A presente Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.

Portanto, a emancipação de Brejão e São João, representam os primeiros desmembramentos de vilas pertencentes a Garanhuns no século XX, e podem ter servido como incentivo para as demais. Diversos fatores podem ter contribuído para que muitos municípios passassem a cogitar suas emancipações, dentre elas está o próprio crescimento das mesmas, as conjunturas políticas da época e o contexto em que se inseriram. Sobre isto, pode ser pertinente o relato de Rafael Brasil:

A conjuntura política [...]. Que Caetés foi emancipada, foi justamente no primeiro governo de Arraes. Arraes ganhou a eleição muito apertada de Cleófas, né? O primeiro triunfo da esquerda, digamos assim, do Estado. E ele queria ampliar, digamos assim... ampliar os aliados né, o número de votos né. Teve um projeto que transformou os distritos de Garanhuns, as pequenas vilas, de uma só vez né. Viraram cidades. Foi o caso de Caetés, Capoeiras, São João, Paranatama. [...] Essas cidades, que foram todas elas emancipadas, evidentemente que toda emancipação tem os políticos, tem o objetivo político né.⁶¹

Desta maneira, o entrevistado faz uma análise de que o crescente número de emancipações poderia ser resultado de articulações políticas do governador Miguel Arraes, na busca por consolidação do poder no estado. No entanto, dentro do contexto local, principalmente no município de Garanhuns, havia poucos ganhos a

⁶¹ Entrevista concedida por BRASIL, Rafael. Entrevista VI. [05. 2010] entrevistador(a): Giselda Alves, Caetés, 2010.

curto prazo. Já que pelo que foi visto, partidos considerados oposição ao governo Arraes pareciam dominar as votações nas vilas que viriam a ser emancipadas de Garanhuns.

No contexto da vitória eleitoral de Miguel Arraes que representava o ápice do que ficou conhecido como frentes de oposição no estado, como destacado por Santos (2009), a ideia de aprofundar a influência no interior parece plausível. No entanto, o movimento de emancipação de diversos municípios foi um fenômeno que transcendeu as fronteiras de Pernambuco. Isso pode ser observado no trabalho de Bezerra (2009), que analisou o que ela chamou de surto emancipatório no estado da Paraíba, onde argumenta que o fenômeno foi nacional.

Todavia, essas emancipações estão conectadas também com o fato de ao decorrer dos anos que sucedem 1945 o Brasil ter passado por um período de eleições constantes e isso pode ter gerado estímulos emancipatórios, como destaca Bezerra (2009):

Nesse roteiro descentralizador, entre os estímulos às emancipações, está a retomada dos processos eletivos em todo o País, para o Legislativo e para o Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal. As eleições daí consequentes, marcadas por disputas eleitorais mais competitivas, estavam vinculadas a partidos políticos nacionalmente constituídos, destacando-se entre eles a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). (Bezerra, 2009, p. 99).

Contudo, ainda sobre a emancipação da vila de Caetés Rafael Brasil continua:

Então foi justamente nessa época, pegando essa brecha, que meu pai, que já era vereador de Garanhuns, e que interessava em fazer Caetés uma cidade né. Caetés era uma vila... ele era um líder político... Então como ele era uma pessoa muito ligada a Caetés, junto com seu Zé alfaiate... as pessoas que moravam aqui na época. E a transformação da vila numa cidade realmente trouxe possibilidade de Caetés crescer, se desenvolver né⁶².

⁶² Entrevista concedida por BRASIL, Rafael. Entrevista VI. [05. 2010] entrevistador(a): Giselda Alves, Caetés, 2010.

Diante disso, Rafael Brasil Pereira, que se elegeu por dois mandatos consecutivos antes da emancipação da vila de Caetés e tinha como padrinho político o seu pai, Luiz Pereira Junior, foi, portanto, um político tradicional de Caetés antes mesmo de sua fundação como cidade. Assim, infere-se que ele obteve este posto através do seu pai, e este possivelmente através de seu poder econômico, que se destacava diante de uma vila em que havia muitas dificuldades, como já destacado por outros entrevistados.

No mesmo sentido, Paratama tinha João Bezerra Sobrinho com três mandatos consecutivos e com votações sólidas em todos eles. As articulações políticas poderiam ir além dos limites do município, uma vez que Garanhuns representava uma região populosa para a época, devido ao seu número de vilas. Proporcionando, assim, a possibilidade de políticos da cidade buscarem uma vaga na Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco.

De tal forma que, segundo dados das eleições gerais de 1962 em Pernambuco,⁶³ Aloísio Pinto, que havia vencido as eleições municipais em Garanhuns em 1959, venceu para o cargo de deputado estadual de Pernambuco. Por sua aproximação política tanto com Luiz Pereira Junior como com João Bezerra Sobrinho, as articulações entre eles vão em sentido de gerar ganho político para ambas as partes em 1963:

Os deputados começaram a apresentar projetos, criando, transformando distritos em municípios. Como Garanhuns tinha um deputado estadual, por nome Aloísio Souto Pinto, muito amigo do Rafael Brasil Pereira, eles queriam que Caetés ficasse independente, quer dizer, fosse criado e transformado em município. Ai ele apresentou dois projetos de lei, na Assembleia Legislativa do Estado, no mês de setembro de 1963, criando os municípios de Caetés e Paratama, ambos pertenciam a Garanhuns. Aí o projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, como outros projetos em 1963, num dia só, no dia 20 de dezembro de 1963, o então governador do Estado, Miguel Arraes de Alencar, assinou trinta e nove leis, criando trinta e nove municípios pernambucanos, entre eles Caetés. Dia 20 de dezembro, tá no diário oficial do estado⁶⁴.

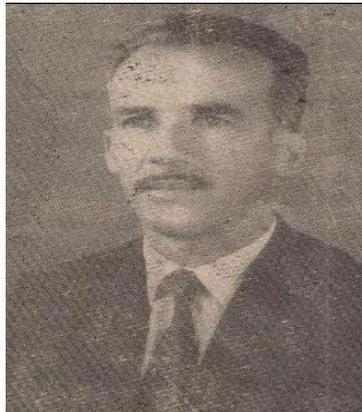
Portanto, a emancipação política se deu através da articulação de Aloísio Pinto da UDN, que abriu mão da reeleição no município de Garanhuns em 1963 para

⁶³Pernambuco T.R.E eleição Federal de 1962. Disponível em: <https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleic-oes-de-1962> Acesso em: 11 jun. 2023.

⁶⁴ Entrevista concedida por SILVA, Luiz Gonzaga da. Entrevista VII. [05. 2010] entrevistador(a): Giselda Alves, Caetés, 2010.

concorrer ao cargo de deputado estadual. Isso implicou na vitória do opositor Amílcar Valença, para o cargo de prefeito do município no referido ano.

Foto 1. Aloísio Pinto



Fonte: <https://terradomagano.blogspot.com/2012/06/ruas-de-garanhuns.html> Acesso em: 14 jun 2024.

Foto 2. Amílcar Valença e Ivo Amaral



Fonte: <https://robertoalmeidasc.blogspot.com/2021/05/o-legado-de-amilcar-da-mota-valenca-que.html> Acesso em: 14 jun 2024.

Essas informações são pertinentes, pois, tanto João Bezerra Sobrinho, como Rafael Brasil Pereira, eram ambos da UDN. Então, a aliança política com Aloísio Pinto era também uma aliança partidária, enquanto que Amílcar Valença era do PSD:

O prefeito de Garanhuns era Amílcar da Mota Valença não queria de jeito nenhum que Caetés ficasse independente de Garanhuns, quis entrar na justiça, mas era uma lei estadual, a justiça achou por bem de manter a lei estadual, Caetés continuou município⁶⁵.

Nota-se que, como UDN e PSD disputavam o poder na cidade de Garanhuns e tendo o primeiro um deputado estadual e outro o prefeito da cidade, essa disputa municipal vai atingir a vila que almeja sua emancipação, tendo uma disputa que, segundo o relato acima, existiu da parte da oposição do PSD representado por Amílcar Valença um questionamento da emancipação, no entanto, ao que tudo indica, tinha um sentido maior de disputa pela influência tanto do PSD como da UDN na vila. Isso fica mais evidente quando Cícero Silva expõe que:

Zé de Alfaiate foi o primeiro prefeito [...] o prefeito interino era indicado pela comarca de Garanhuns, enquanto não chegava a eleição né, até ter a eleição [...] depois de Zé Alfaiate como a oposição ganhou lá em Garanhuns, Zé Alfaiate sai porque a prefeitura tirou ele em Garanhuns e colocou o tenente Diocleciano Soares da Rocha e ficou prefeito interino [...] pra ele ser interino até a eleição [...] ele era prefeito interino mas disputou a eleição contra Rafael⁶⁶.

Desta maneira, analisando a atitude de Amílcar Valença, desde que o projeto de lei que concedia a emancipação de Caetés e Paranatama, ele não parece ter questionado o mérito das vilas de se emanciparem. Todavia, este queria atrapalhar as articulações políticas de Aloísio Pinto, seu adversário político na cidade de Garanhuns, na tentativa de diminuir sua influência naquelas vilas.

Interessante notar que a indicação do prefeito interino foi motivo de disputa, tendo sido indicado dois nomes. Entretanto, sobre a emancipação das vilas de Caetés, como mencionado pelos entrevistados acima, elas ocorreram no ano final do ano de 1963 junto a diversas outras emancipações⁶⁷:

⁶⁵ Entrevista concedida por SILVA, Luiz Gonzaga da. Entrevista VII. [05. 2010] entrevistador(a): Giselda Alves, Caetés, 2010.

⁶⁶ Entrevista concedida por SILVA, Cícero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

⁶⁷PERNAMBUCO. Lei nº 4944 e Lei nº 4987. Disponível em: <https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#/home?diario=MQ%3D%3D> Acesso em: 06 ago. 2023.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS

1963 – PARECER N. 558

AO PROJETO N. 574

EMENTA: – Cria o Município de Paranatama.

O projeto n. 574, de autoria do ilustre deputado Aloísio Souto Pinto, cria o município de Paranatama: atende às exigências constitucionais e legais estabelecidos para a criação de município;

Contando com uma população de 15.630 habitantes, 276 (duzentos e setenta e seis) prédios de alvenaria, renda tributária de Cr\$ 359.435,30 (trezentos e cinquenta e nove mil

LEI Nº 4987 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1963

Cria o Município dos Caetés.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º – Fica criado o Município dos Caetés, desmembrado do Município de Garanhuns, cuja a sede será do atual distrito do mesmo nome, que fica elevado à categoria de Cidade.

Percebe-se que no texto de lei que emancipa Paranatama é mencionado um quantitativo populacional de 15.630 habitantes, que possivelmente leva em conta a camada territorial completa do novo município e não somente a parte urbana da nova cidade.

É notável também a menção da autoria do projeto de emancipação, Aloísio Pinto, que confirma o que foi relatado nas entrevistas orais, tendo este deputado como um personagem político que tinha influência nas vilas de Caetés e Paranatama. O prefeito interino de Paranatama foi Inácio Bezerra irmão de João Bezerra Sobrinho, que acumulava três mandatos como vereador de Garanhuns.

Já em Caetés, existia essa disputa entre Zé Alfaiate, aliado político de Rafael Brasil e seu pai Luiz Pereira Junior, e o tenente Deocleciano Soares que, segundo Cícero Silva, não tinha nenhuma relação com a vila e foi indicado pelo prefeito de Garanhuns para tentar obter alguma influência na vila.

A informação de que houve mais de uma indicação para prefeito interino em Caetés foi relatada por Luiz Gonzaga da Silva⁶⁸:

⁶⁸ Entrevista concedida por SILVA, Luiz Gonzaga da. Entrevista VII. [05. 2010] entrevistador(a): Giselda Alves, Caetés, 2010.

Caetés teve seu primeiro prefeito, na pessoa de um tenente reformado da polícia militar de Pernambuco, o tenente Diocleciano Soares Rocha. Mas como Diocleciano era do PSD e Rafael era da UDN, Rafael lutou para derrubar o tenente Diocleciano do cargo de prefeito. Em face da influência política e da aproximação de Rafael Brasil que era vereador de Garanhuns e o pai, o finado Luiz Pereira Junior, todos dois eram vereadores representantes do então distrito de Caetés na câmara de vereadores de Garanhuns. Então Rafael consegue com Paulo Guerra que dispensasse, demitisse o tenente Diocleciano, chamado, conhecido como Dioclécio, do cargo de prefeito de Caetés. Aí Diocleciano saiu e o governador do estado pediu a Rafael que indicasse outro cidadão que tinha farmácia aqui, José Francisco da Silva, Zé Alfaiate [...]. Aí seu Zé Alfaiate foi prefeito até quando houve eleição, isso foi em 64.

Portanto, nota-se que a conjuntura política nacional com o golpe de 1964 parece ter sido fator importante para que o grupo político de Rafael Brasil conseguisse sair vitorioso para a indicação do prefeito interino de Caetés. Além disso, tanto Aloísio Pinto, como seus aliados eram da UDN e adeptos ao regime que se instaura no Brasil, dado ao fato do mesmo ter sido o prefeito de Garanhuns após o golpe de 1964⁶⁹

Contudo, o período de fechamento de regime que o Brasil enfrentava mostrou-se favorável aos personagens das vilas. Pois, em ambos os casos, estes não questionaram a tomada de poder pelos militares em 1964 e mantiveram suas influências com ainda mais força amparados pelo regime de exceção em que o país enfrentava. Interessante perceber as reações que a população teve em relação à emancipação. Sobre isso, Augusto Luiz⁷⁰ afirma que:

A minha sogra dizia vão... vai passar a cidade aqui em Caetés é... pra acabar com a pobreza, é... pra acabar com os pobres né. [...] ela tinha um medo [...] a maioria tinha medo né [...] eu tinha também, que nesse tempo eu era tolo demais né.

Desse modo, de certa maneira a população pensava acerca disso como algo que poderia vir somente para piora da situação, tendo pouca fé nas instituições políticas e representativas. O trecho acima demonstra justamente um sentimento de que essas disputas políticas não vinham para trazer algo positivo para a população, e caso houvesse, seriam do ponto de vista negativo.

⁶⁹ Pernambuco T.R.E eleição municipal de 1968. Disponível em: <https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleic-oes-de-1968> Acesso em: 11 jun. 2023.

⁷⁰ Entrevista concedida por SILVA, Augusto Luiz da. Entrevista VIII. [05. 2010] entrevistador(a): Giselda Alves, Caetés, 2010.

Diante disso, a emancipação política de Caetés e Paratama ocorreu no estado de Pernambuco em uma conjuntura conturbada em que Miguel Arraes em uma coligação que tinha desde conservadores a comunistas o apoiando. Em contrapartida, um fechamento de regime iniciou no ano seguinte e mudou os rumos das configurações políticas locais.

Assim, algumas questões podem ser levantadas. Como foi a primeira eleição municipal no contexto do golpe civil-militar de 1964? Qual a realidade política e as condições administrativas para se governar esses novos municípios? Estas e outras indagações surgem a partir do que foi exposto até o momento e faz-se necessário debruçar sobre as mesmas.

3. De vila à cidade: as mudanças em um contexto de transformações no cenário nacional

3.1 De vila à cidade: a era das emancipações

Nos capítulos anteriores, foi possível perceber como se caracterizava os municípios do Agreste pernambucano que pertenciam à cidade de Garanhuns e suas trajetórias até a conquista de suas emancipações políticas e a composição do que viria a ser o novo município.

No entanto, para melhor entender as relações de poder, é preciso debruçar-se sobre os acontecimentos após a aprovação das leis estaduais de emancipação que possivelmente representou uma grande transformação em diversos aspectos políticos e econômicos do Estado de Pernambuco na década de 1960, pois foram 61 novos municípios criados.

Recapitulando algumas questões expostas anteriormente, o Brasil na segunda metade do século XX tinha passado por uma reformulação institucional com a instauração de um regime mais fechado em 1937 no que ficou conhecido como Estado Novo, segundo Elane Peixoto (2014):

O primeiro governo Vargas (1930-1945) representou o início de uma forte intervenção estatal na economia e a adoção de um projeto de reforma e modernização administrativa do Estado, que não se restringia à escala nacional, alcançando os municípios em diversas questões. Vale ressaltar que esse período foi também de profunda centralização do poder nas mãos do executivo federal e de cerceamento de liberdades individuais, sociais e partidárias, caracterizando um momento na história do Brasil, como a literatura costuma chamar, de “modernização conservadora”. (Peixoto, 2014, n.p).

Em seguida, no contexto político de uma abertura parcial a partir de 1945 que culminou numa nova Constituição, em 1946, e isso repercutiu na forma de tratar a questão municipal no país também:

À medida que o país marchava novamente para a normalidade constitucional, uma intensa campanha municipalista era levada a efeito tanto fora como dentro da Assembléia Constituinte. Como consequência dessa campanha, foram inscritos na nova Constituição tantos dispositivos em favor

da autonomia política e financeira dos municípios que muitos dizem ter havido uma verdadeira revolução municipalista no Brasil, a partir de 1946. (Mello, 1960 p.60).

Deste modo, a nova forma de lidar com a administração municipal foi materializada na constituinte de 1946 em uma conjuntura de mudanças institucionais que se seguia após quinze anos de governo Vargas em que o município era administrado diretamente pelo interventor estadual colocando somente algum subordinado a ele na sede.

Portanto, a instância de poder administrativo municipal começa a ganhar força com as transformações que vinham ocorrendo na institucionalidade brasileira, mas territórios distritais dentro dessa nova lógica continuariam subordinados ao município sem poder de independência administrativa:

O Município brasileiro compreende tanto as zonas rurais como as comunidades urbanas que se encontram dentro de suas fronteiras [sic], isto é, ambas constituem uma única unidade governamental. O município pode ser subdividido em distritos, mas a organização distrital brasileira carece presentemente de qualquer importância como fator relevante no governo local, por isso que a administração distrital não passa de mero prolongamento da administração municipal, já que os distritos "não têm sombra de governo local". (Mello, 1960 p.62).

Nesta perspectiva, as mudanças que ocorrem na nova constituinte trazem uma abertura para que os municípios possam ter mais autonomia. Em contrapartida, aqueles territórios mais rurais ou ligados ao campo continuariam dependentes de alguma instância governamental que, neste caso, seria um município próximo que tivesse tal autonomia.

A contextualização da conjuntura nacional é importante para melhor situar os acontecimentos que se seguiram e para compreender que o movimento emancipatório em massa vinha ocorrendo desde o fim da década de 1940 no contexto apresentado acima.

3.2 Garanhuns perde territórios e a dinâmica de poder das vilas é reconfigurada

A cidade de Garanhuns foi perdendo parte do seu território ao longo do século XX com as emancipações das vilas que pertenciam a ela. Ao tratarmos sobre as emancipações que ocorreram nos anos 1960, é interessante trazer um curioso relato existente no Diário de Pernambuco feito por um suplente de deputado estadual:

O deputado (suplente) José Cardoso, que ao iniciar-se o próximo mês, com a vaga aberta do PTB com a saída do dep. Murilo Costa Rêgo, será titular da cadeira por mês e meio, é de opinião que Itacatu, em Garanhuns, tem mais possibilidades de ser Município que os dois outros Distritos de Caetés e Paratama, cujas emancipações são advogadas e patrocinadas, em projetos de lei, pelo dep. Augusto Novaes. Mas como não é separatista deixará a outro a tarefa. (Diário de Pernambuco, 11 de setembro de 1960, p. n.p).

Portanto, parece pertinente notar que é citado um deputado chamado Augusto Novaes, sendo este um deputado federal no exercício de 1963 a 1967⁷¹. Contudo, como foi visto, o projeto de lei estadual tinha como autor Aloísio Pinto, então deputado estadual. Portanto, a atribuição da lei para este político de nível nacional demonstra ao menos que essas emancipações poderiam receber a chancela política de políticos com um alcance nacional e não somente estadual.

Algo que chama atenção é que segundo esse suplente, a vila de Itacatu (São Pedro) tinha muito mais requisitos para se tornar cidade do que as outras vilas e o único motivo para isso não ir adiante seria o fato dele não ser “separatista”, inferindo-se que o momento estava tão propício que bastava algum político buscar apoio com algum deputado que conseguiria levar adiante a emancipação de uma vila.

Com isso, no fim do ano de 1963, Garanhuns sofre uma reconfiguração territorial e administrativa perdendo duas vilas do seu território que passa a contar somente com Itacatu (São Pedro), Miracica e Iratama. Administrativamente, o fato de não ter que arcar com as despesas de dois territórios parece ser positivo para a sede. No entanto, como consequência, há diminuição populacional e queda de repasse dos recursos federais. Existe menção a essa perda populacional no Diário de Pernambuco sobre discussões de pautas dos parlamentares na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe):

O dep. Aloísio Pinto esclarece que não tem fundamento os cálculos do dep. Antonio Neves, dando Garanhuns como possuindo mais de 100 mil

⁷¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131192/biografia>. Acesso em: 10, mar. 2024.

habitantes. Houve equívoco de cálculo, pois com a emancipação de Caetés e Paranatama, Garanhuns passou a ter 80 mil habitantes. (Diário de Pernambuco, 12 de agosto de 1966, p. n.p).

Percebe-se que o parlamentar utiliza de números exatos para facilitar sua retórica, mas não se sabe ao certo o tamanho dessa diminuição populacional após as emancipações, no entanto serve para se ter uma dimensão. E a partir dessa reconfiguração os novos municípios precisam de algum tempo para a instalação do município de fato, como a construção da sede do poder executivo e do judiciário.

A emancipação política das vilas pertencentes a Garanhuns poderia ser um anseio das lideranças locais, mas também de lideranças do município sede. Isso pode parecer contraditório pelo fato do município sede que perderia influência e dominância, mas é o que demonstra o material que foi analisado na presente pesquisa, que envolve o personagem Aloísio Pinto, este foi prefeito da cidade de Garanhuns como demonstrado no capítulo anterior e posteriormente foi eleito deputado estadual representando Garanhuns na Alepe.

Portanto, para melhor compreender como atuava o prefeito e por conseguinte o parlamentar Aloísio Pinto, é interessante trazer de um noticiário do Diário de Pernambuco, de 16 de dezembro de 1961, em uma ocasião em que ele, reunido com seu grupo político, foi até a sede do governo do estado:

O prefeito Aluizio Pinto, de Garanhuns, acompanhado dos vereadores Hermínio Sampaio (Itacatú), Rafael Brasil Pereira (Caetés), João Bezerra Sobrinho (Paranatama) e José Guilherme da Rocha (Santa Quitéria) foi recebido, ontem, pelo governador Cid Sampaio. Foram hipotecar-lhe solidariedade política, na próxima sucessão estadual, e protestar contra a agitação comunista observada por ocasião de manifestações na praça da Independência. Também esteve presente o sub-prefeito de Iratama, sr. Manoel dos Santos Correia. Esses vereadores manifestaram apoio à candidatura do sr. Aluizio Pinto a deputado estadual. (Diário de Pernambuco, 16 de dezembro de 1961, p. n.p).

Desta forma, observa-se que existe uma rede de sustentação política em torno de Aloísio Pinto, e este consegue reunir e ter o apoio de todos os representantes das vilas pertencentes a Garanhuns na época. Esta visita ao governador representa uma forma de declarar suporte da sua base política a Cid Sampaio e uma forma de ganho político de todos os envolvidos na visita, principalmente o próprio Aloísio Pinto que iria disputar uma vaga na Alepe. Outro fato que chama atenção é que essa comitiva viajou de Garanhuns até Recife, cerca

de 232 Quilômetros para repudiar manifestações comunistas que ocorreram no Recife, demarcando bem suas posições como anticomunistas.

Com isso, é possível ter um panorama geral de como agia e o que pensava essa rede política que atuava em Garanhuns e nas suas vilas, e de como tinham uma organização que fazia com que viajassem em comitiva buscando integrações que lhe dessem mais poder.

Sendo assim, a rede de apoio que Aloísio Pinto formou em Garanhuns e nas vilas ocorre anos antes das emancipações e mostram que a atuação e estratégia política do mesmo visava os votos das vilas para um cargo que ultrapassa as fronteiras de Garanhuns, o de deputado estadual, e para esta pretensão, ter apoio político do máximo de localidades era uma forma de atingir o quantitativo de votos necessários para lograr êxito na pretensão do então cargo.

Dito isto, Aloísio Pinto, já no cargo de deputado estadual no ano de 1964 e sendo figura atuante na emancipação das vilas de Paranatama e Caetés após conseguir aprovar a emancipação das respectivas vilas -, ainda sem ter sido acontecido a primeira eleição dos novos municípios -, começa a construir laços duradouros com Caetés e Paranatama:

Projeto de lei do sr. Aloísio Pinto, apresentado ontem à Assembleia Legislativa, autoriza o Executivo a aplicar Cr\$ 5 milhões na construção de um grupo escolar no município de Caetés. Noutro projeto de lei, o sr. Aloísio Pinto autoriza o Executivo a aplicar o crédito de Cr\$ 6 milhões na construção de um posto de saúde no município de Paranatama. (Diário de Pernambuco, 24 de setembro de 1964, p. n.p).

Desta maneira, pode-se perceber que o deputado estadual Aloísio Pinto tenta criar a infraestrutura que os novos municípios precisavam como a construção de grupo escolar e de posto de saúde e, ao mesmo tempo, almeja continuar mantendo sua influência política nessas localidades que já não fazem mais parte do meio político da cidade de Garanhuns, mas que por ele ser um deputado estadual fazia todo sentido manter essa influência caso tentasse renovar seu mandato.

Nota-se, que os interesses políticos do deputado estadual Aloísio Pinto com as emancipações eram claros. Ele consegue na Alepe aprovar as emancipações e, com isso, reforça e consolida seu nome nestas vilas e estas lhe retribuem com os votos que ele precisa para manter seus trabalhos na vida política. Uma coisa que

chama atenção é a confiança que este político tem em relação à influência do mesmo para obter votos em várias regiões no entorno de Garanhuns:

Seguiu, ontem, para Garanhuns o deputado Aloísio Pinto, a fim de iniciar e dinamizar a campanha do sr. João Cleofas à deputação federal. Ali chegando convocará o diretório da UDN local para que faça um pronunciamento regimental a favor daquela candidatura. Garante, contudo, que a UDN dos municípios de Cortês, Paratama, Brejão e São João votará maciçamente no sr. João Cleofas, pois apreciável é o seu lastro eleitoral naqueles novos municípios. (Diário de Pernambuco, 15 de maio de 1965, p. n.p)⁷².

Percebe-se que o deputado Aloísio Pinto confiava muito na sua influência política para obter os votos nas bases para ajudar a eleger o deputado federal João Cleofas, provavelmente visando apoios mútuos em outras eleições. É interessante notar como esses apoios mútuos vão se tornando determinantes para resultados eleitorais dos grupos envolvidos. Sobre esse aspecto, Pierre Bourdieu (2009) destaca o que ele chama de institucionalização do capital político:

A delegação do capital político pressupõe a objetificação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em máquinas políticas, em postos de instrumentos de mobilização e sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias. Ela é própria de empreendimentos políticos já com muitos anos, que acumularam um importante capital político objetivado em forma de postos no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos de poder local ou central e em toda a rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose com esses organismos. (Bourdieu, 2009, p. 194).

Portanto, a rede de apoios que Aloísio Pinto forma em torno de si e que garante vitórias eleitorais para todos que estão ligados a ele, contribui para a edificação e consolidação do capital político que ele construiu ao longo dos anos. Fica evidente, assim, seus objetivos com as emancipações políticas de Caetés e Paratama, que é o de manter força política nos novos municípios, os quais,

⁷² [Até 1965 o regime civil-militar ainda não tinha dissolvido os partidos políticos, tendo a UDN sua atuação até o] Ato Institucional [Nº2] editado pelo presidente Humberto Castelo Branco no dia 27 de outubro de 1965. Estabeleceu, entre outras medidas, a eleição indireta para a presidência da República e a dissolução de todos os partidos políticos então existentes. Previa ainda que o presidente, após ouvir o Conselho de Segurança Nacional, poderia decretar o estado de sítio por 180 dias sem consulta prévia ao Congresso Nacional. Deu origem ao bipartidarismo, com a criação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/ato-institucional-ndeg-2> Acesso em: 15 jun. 2024.

mesmo saindo do seu núcleo eleitoral, poderiam lhe render retornos em nível estadual.

Para ilustrar ainda mais como funcionava essa rede de apoios, é interessante analisar o resultado da referida eleição de 1965 em que Aloísio Pinto prometeu um bom contingente de votos para o candidato João Cleófas:

De Garanhuns chegou o deputado Aloísio Pinto informando que as chuvas prejudicaram o comparecimento dos eleitores rurais ao pleito para deputação. Contudo, o sr João Cleofas obteve em Paranatama 399 votos contra 4 dados ao sr. Ferreira Lima; em Caetés, obteve 418 votos contra 5 de Ferreira Lima; em Brejão, 317 votos a Cleofas contra 41 a Ferreira Lima e em Garanhuns Cleofas foi sufragado 3447 vezes contra 1179 a Ferreira Lima. (Diário de Pernambuco, 11 de junho de 1965, p. n.p).

Desta maneira, realmente a votação para o grupo político de Aloísio Pinto foi um sucesso, com uma esmagadora maioria de votos favoráveis ao candidato que ele apoiou para deputado federal, mostrando a sua força política na região. Vale destacar que a cidade de Brejão, citada na matéria, foi emancipada em 1959 e pertencia a Garanhuns, mostrando que a influência de Aloísio Pinto nas antigas vilas de Garanhuns era expressiva.

3.3 Emancipações aprovadas: os próximos passos para a consolidação

Como já dissemos em capítulos anteriores, o contexto do fim de 1963 e início de 1964 marca um período que ficou marcado pelo golpe de 1964 e o fechamento de regime e instauração de uma ditadura. Neste aspecto, a inserção de Garanhuns nesta conjuntura se dá com um fato curioso relatado por Cícero Silva⁷³:

Esse prefeito interino foi para o poder indicado pelo [...] indicado pelo juiz de Garanhuns da comarca de Garanhuns enquanto chegasse a eleição, até ter a eleição e sair os candidatos [...] depois de Zé Alfaiate como a oposição ganhou em Garanhuns com Aloísio Pinto, Zé Alfaiate sai porque a prefeitura tirou ele em Garanhuns e colocou tenente Deocleciano Soares da Rocha e ficou prefeito interino também [...] e disputou a eleição com Rafael (Brasil) e perdeu.

Observa-se que após o decreto que cria o município e sendo este efetuado em período que antecede as eleições municipais, teria a possibilidade de se nomear

⁷³ Entrevista concedida por SILVA, Cícero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

um prefeito interino que ocuparia o cargo até que se realizasse a primeira eleição municipal. No entanto, o entrevistado afirma que até a nomeação deste interino gerou disputas e que a cidade de Garanhuns, por razões diversas, tentava influenciar na nomeação de quem ocupava aquele cargo.

Mesmo que perdendo território, a cidade de Garanhuns na figura da oposição a Aloísio Pinto teria buscado ganhar influência na ex-vila Caetés, visando possivelmente ganhos políticos para o fortalecimento dessa oposição. Neste sentido, no caso da cidade de Caetés, tem-se registrada a nomeação do tenente Deocleciano no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, como foi citado pelo entrevistado Cícero Silva:

O governador do Estado, no uso de suas atribuições, resolve nomear o 1º Tenente Deocleciano Soares da Rocha para exercer interinamente o cargo de prefeito do município de Caetés criado pela Lei nº 4987 de 20 de dezembro de 1963 (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 31 de julho de 1964, p. n.p).

Nota-se, que no caso do município de Caetés, somente no mês de julho ocorreu a nomeação do prefeito interino que seria um militar que, segundo Cícero Silva, não era da cidade e estava atendendo a pedidos da oposição de Garanhuns. Existe uma menção no Diário de Pernambuco sobre o tenente no ano de 1960, ou seja, 4 anos antes de sua nomeação como prefeito interino de Caetés: “exonerado a pedido, o 1º tenente Deocleciano Soares da Rocha do cargo de delegado de polícia do município de Garanhuns”⁷⁴.

No início do ano de 1964, após a assinatura do decreto-lei que criou os municípios de Paratama e Caetés, o que se esperava a seguir era a nomeação de um prefeito interino para que pudesse esperar a chegada das eleições municipais, e como visto, no caso de Caetés, o fato ocorreu somente em julho. Sobre esta questão novamente o deputado estadual Aloísio Pinto esteve envolto nos trâmites da nomeação:

O deputado Aloísio Pinto espera que os nomes que indicou para os novos municípios de Caetés e Paratama sejam nomeados. Para disputar a eleição de Caetés já escolheu o nome do comerciante pessedista da velha guarda, Luiz Pereira Júnior; para Paratama, o candidato será o vereador João Bezerra Sobrinho. No entanto, admite a possibilidade de haver no

⁷⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01 de julho de 1960, p. n.p.

último caso conciliação em torno do nome do sr. Inácio Bezerra, irmão do vereador. (Diário de Pernambuco, 22 de fevereiro de 1964, p. n.p).

Observa-se que os nomes especulados para obterem o apoio de Aloísio Pinto nos novos municípios são os de personagens recorrentes até aqui: os vereadores Luiz Pereira Junior e João Bezerra Sobrinho. E não só apoio, houve de fato a indicação destes nomes para serem nomeados prefeitos interinos antes da disputa das eleições.

O tenente citado por Cícero Silva, possivelmente foi indicado pelo prefeito Amílcar da Mota Valença do PSD, eleito no fim do ano de 1963 em Garanhuns, e o candidato da UDN que substituiu Aloísio Pinto perdeu. Então é possível ter existido uma disputa pelas nomeações dos interinos nos novos municípios como foi exposto no capítulo anterior.

Em contrapartida, outro ponto interessante de se mencionar é que João Bezerra Sobrinho e Rafael Brasil Pereira foram eleitos vereadores por Garanhuns no ano de 1963. Portanto, esse fato pode explicar o motivo desses nomes não serem indicados de imediato para os cargos de prefeitos interinos, e como os cargos ficaram à disposição, foram alvos de disputas de correligionários e da oposição de Garanhuns.

Em mais um relato de um morador de Caetés, foi exposto mais uma vez essa possibilidade de embates envolvendo a emancipação política destes novos municípios:

O prefeito de Garanhuns era Amílcar da Mota Valença, Amílcar não queria de jeito nenhum que Caetés ficasse independente de Garanhuns, quis entrar na justiça, mas como era uma lei estadual, a justiça achou por bem de manter a lei estadual, Caetés continuou município⁷⁵.

Neste sentido, mais uma vez é apresentado um relato que corrobora com a ideia de que existiu uma disputa política em torno da emancipação, e neste caso, da manutenção ou não da emancipação, partindo do grupo político que venceu o candidato do deputado Aloísio Pinto em Garanhuns no ano de 1963.

Mas algo que chama atenção é ir além do relatado, é perceber que os entrevistados geralmente remetem ao fato de que houve alguma resistência,

⁷⁵ Entrevista concedida por SILVA, Luiz Gonzaga da. Entrevista VII. [05. 2010] entrevistador(a): Giselda Alves, Caetés, 2010.

enquanto outros, como visto nos capítulos anteriores, a exemplo do ex-prefeito Ivo Amaral, afirmou que não houve qualquer tipo de impedimento.

Infere-se que possa ter existido sim algum tipo de processo judicial numa tentativa de atrapalhar os trâmites das emancipações, mas chama atenção a forma como é construída a narrativa dos entrevistados de que houve uma oposição em Garanhuns que parece que queria frear a emancipação das vilas. Uma narrativa que reforça ainda mais a ideia de que o deputado Aloísio Pinto era um personagem que estava ao lado dos caeteenses, enquanto a oposição não queria os avanços das vilas.

É interessante fazer o exercício de análise daquilo que foi lembrado pelo entrevistado e conseguir relacionar ao outros sobre os temas de pesquisa. Isso faz com que se possa transcender o próprio ocorrido e pensar outros pontos dos acontecimentos como bem resumido por Verena Alberti (2008):

A capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia, pois, a percepção histórica - e nesse sentido permite a "mudança de perspectiva". Essa riqueza da História oral está evidentemente relacionada ao fato de ela permitir o conhecimento de experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o pesquisador tem acesso a uma multiplicidade de "histórias dentro da história" (Alberti, 2008 p.166).

Com isso, as falas remetem a uma memória coletiva comum de que o lado político elegível para tal era o que compunha o deputado Aloísio Pinto e Luiz Pereira Junior e que qualquer divergência é narrado como indiferente e que merece pouco prestígio, algo que parece estar ligado à maneira como a história dos acontecimentos foi vivida e revisitada pelos moradores da cidade.

Em contrapartida, a ideia de existir disputas é válida dado o contexto dessas emancipações, visto que foram 61 projetos de emancipação aprovados em dezembro de 1963⁷⁶, mas que alguns deles voltaram a ser distritos dos municípios ao qual pertenciam, a exemplo da vila de Sapucarana, que pertence ao Município de Bezerros, e que constava na lista de municípios emancipados.

Neste aspecto, casos como este corroboram com a ideia de que os municípios sede que perderam suas vilas, poderiam recorrer à justiça para reintegrá-los, fazendo com que o apoio de algum grupo político poderia fazer

⁷⁶ PERNAMBUCO. Lei nº3337 e Lei nº3280. Disponível em: <https://diariooficial.cepe.com.br/diariooficialweb/#!/home?diario=MQ%3D%3D> Acesso em: 06 ago. 2023.

diferença na obtenção do êxito, como pode ser ilustrado no caso do novo município, Paratama, ao destacarmos uma notícia do Diário de Pernambuco sobre a nomeação do interino indicado por Aloísio Pinto:

Há seis meses, o deputado Aloísio Pinto indicou o nome do sr. Inácio Bezerra de Assunção para o cargo de prefeito do novo município de Paratama, como candidato único e de conciliação. Ao regressar de Brasília recentemente, foi surpreendido com a notícia de que o seu candidato havia desistido de concorrer ao pleito e viajado para São Paulo. E mais: que na sua ausência surgiram dois outros candidatos do mesmo partido (UDN) para disputar a prefeitura, isso à sua revelia. Viajando para o novo município, o deputado Aloísio Pinto entrou em entendimentos com os dois candidatos (José Bezerra e Eliziário Francisco da Silva), conseguindo por fim o afastamento de ambos e a indicação do sr. Inácio Bezerra de Assunção, em face de ser o único nome ali, capaz de pacificar a família paratamaense. O candidato aceitou o “sacrifício” e regressou de São Paulo a tempo de registrar sua candidatura. Ressaltou o deputado Aloísio Pinto o espírito de renúncia dos srs. José Bezerra e Eliziário Francisco da Silva, os quais nenhum embaraço ofereceram aquela composição. (Diário de Pernambuco, 14 de março de 1965, p. n.p).

Desta forma, o indicado ao cargo que era irmão do vereador João Bezerra Sobrinho, que somava vários mandatos consecutivos como vereador por Garanhuns, não parecia muito interessado em entrar para a política como o seu irmão. Ele renunciou à indicação de candidatura e foi para São Paulo, possivelmente ter uma vida como um imigrante nordestino em um grande centro urbano, mas, certamente, a influência política e os interesses do deputado Aloísio Pinto marcariam sua trajetória.

Interessante notar que o deputado foi até Paratama para alinhar com os candidatos que surgiram com a ausência de Inácio Bezerra para que estes desistissem, pois ele já tinha seu nome e não queria mudar de ideia. Isso demonstra, mais uma vez, a força política de Aloísio Pinto, que além de ser o autor do projeto que emancipou Paratama, é também o personagem que inicialmente delimita os rumos posteriores da política local daquele recém criado município.

No entanto, localizei no Diário Oficial do Estado de Pernambuco informações que vão ao encontro do que foi relatado por João Ferreira, morador de Paratama, de que o prefeito interino indicado foi Manoel Maurício: “O prefeito interino foi Manoel Maurício Filho, que dia 22 de fevereiro de 1964 ele assumiu”⁷⁷. A informação do Diário Oficial do Estado de Pernambuco é a seguinte:

⁷⁷ Entrevista concedida por FERREIRA, João. Entrevista IV. [03. 2023] ao autor, Paratama, 2023.

N. 1.129 - O governador do Estado, no uso de suas atribuições, resolve nomear Manoel Maurício Filho para exercer, interinamente, o cargo de prefeito do município de Paratama, criado pela lei n. 4944 de 20 de dezembro de 1963. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 27 de fevereiro de 1954).

Neste caso, o noticiário de março do Diário de Pernambuco demonstra que o indicado de Aloísio Pinto havia viajado para São Paulo e o governador na época, Miguel Arraes, nomeou Manoel Maurício no final de fevereiro, tendo o indicado do deputado regressado de São Paulo para assumir o cargo. No entanto, não foi encontrada nenhuma publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco que informasse a troca de nomeado.

Este caso da nomeação chama a atenção pois, oficialmente, seria Manoel Maurício o prefeito interino, mas o deputado Aloísio Pinto fala com confiança e traz seu indicado Inácio Bezerra de São Paulo para assumir o cargo. Dessa maneira, pode-se presumir que com a tomada de poder dos militares no ano de 1964 esse cargo pode ter mudado e não tenha sido registrado nos diários oficiais.

Portanto, é interessante notar que vários fatores influenciaram nas decisões políticas e que nem sempre essas decisões vão ser tomadas a partir do aspecto político partidário. O caso de Inácio Bezerra é quase que uma imposição pessoal para que exercesse a representação política mesmo esse tendo escolhas pessoais que fugiam disso, como destaca René Rémond:

O historiador nem por isso crê que o político mantenha todo o resto sob sua dependência. Seria ingênuo acreditar que o político escapa das determinações externas, das pressões. Das solicitações de todo tipo. Foi - e continua sendo - uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo dos interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar que a decisão política era a resultante de uma multiplicidade de fatores que nem todos eram políticos, podendo ir até a alienação da vontade política e o confisco do Estado. Rémond, 2003, p. 445).

Como destacado acima, as decisões nem sempre serão somente políticas e vários fatores podem contribuir para as ações dos indivíduos e o historiador precisa estar atento a isso, e no caso da política no Agreste pernambucano se destaca justamente que a conjuntura dos anos 1960 no nível pessoal poderia determinar suas escolhas. Inácio Bezerra, irmão de um político tradicional que acumulava

mandatos de vereador em Garanhuns poderia pensar que a política não era para ele e que deveria buscar novos horizontes nas grandes metrópoles, mas, inserido nesta realidade, a importância de ser o representante da cidade pelo partido do seu irmão e do deputado Aloísio Pinto se tornou algo que ia além de seus desejos pessoais e o seu regresso se tornou uma imposição política.

Por isso, a política não pode ser entendida como um campo espontâneo e aberto em que a livre escolha e os determinantes envolvidos na sociedade estejam excluídas. Sobre esse aspecto, Bourdieu (2009) destaca que:

Toda análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os agentes politicamente ativos e os agentes politicamente passivos e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital. (Bourdieu, 2009, p. 263).

Portanto, é interessante trazer estas indagações para que o historiador não naturalize as formas de poder constituídas e que dentro da política representativa brasileira nos anos de 1960 a comunidade que formava o município de Caetés e Paranatama estava sujeita a imposições de quem tomou a frente para representar estas cidades e restando a população escolher entre as opções dadas naquele momento.

Entende-se, assim, que o historiador não pode analisar, problematizar e relatar a história sem levar em conta todos os aspectos sociais e econômicos que englobam a sociedade e, observando o caso dos novos municípios desmembrados de Garanhuns, se observa que o poder dominante é constituído através de uma rede de grupos políticos que vinham atuando até bem antes da efetivação das emancipações e que, após os desmembramentos, a tendência parece ter sido a de continuar buscando se estabelecer de forma permanente nos espaços de poder.

3.4 Os novos municípios após o golpe civil-militar

A emancipação de Caetés e Paranatama ocorreram no final de 1963, e as nomeações feitas no início de 1964, no entanto com o golpe civil-militar e o

fechamento de regime⁷⁸ que veio junto com ele, a questão dessas emancipações ficaram em segundo plano até que os golpistas assumissem de fato as rédeas das instituições e delegassem o que pretendiam para cada setor. Desta forma, a efetivação e instalação dos novos municípios só viria, na maioria dos casos, alguns meses após o golpe.

Desta maneira, a expectativa dos novos municípios era de sua imediata instalação. No entanto, era preciso também certa infraestrutura para instalá-los, e neste aspecto as documentações podem dar uma dimensão de como se encontrava a situação dos mesmos. Em reuniões da Alepe, no início de 1964, os deputados que votaram a favor das emancipações de diversos municípios começaram se a articular politicamente para que se conseguisse o mínimo possível para a manutenção das suas aprovações.

Se trata da apresentação de projetos de abertura de crédito para a construção de infraestrutura para esses novos municípios e demonstra uma demarcação de poder por parte do grupo político que liderou a apresentação do projeto desses novos municípios. Refiro-me a créditos para Caetés e Paratama com o objetivo de equipá-los com posto de saúde e grupo escolar além de ajudar na construção da sede da prefeitura. Quem apresentou a proposta, mais uma vez, foi Aloísio Pinto, demonstrando como este político foi ativo durante todo o processo emancipatório de Caetés e Paratama e através dele conseguiu se consolidar.

A iniciativa, como ficou claro no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, foi do deputado Aloísio Pinto que havia apresentado o projeto que emancipou Caetés e Paratama meses antes e, ao longo de 1964, começou a tentar viabilizar a infraestrutura dessas antigas vilas:

Propõe o deputado Aloísio Pinto, pelo projeto 1106 de sua autoria, a abertura de crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 a fim de atender à construção de um posto de saúde na cidade de Paratama. Alega a ausência de serviço eficiente de assistência médica naquele município. [...] E considerando que Paratama recém emancipado com uma população superior a 10.000 habitantes, necessita realmente de assistência médica, que vinha sendo precária em face de sua condição anterior de simples distrito. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 09 de agosto de 1964, p. n.p).

⁷⁸ O golpe de 1964 foi o movimento político-militar deflagrado em 31 de março de 1964 com o objetivo de depor o governo do presidente João Goulart. Sua vitória acarretou profundas modificações na organização política do país, bem como na vida econômica e social. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/artigos/golpe-1964> Acesso em: 27 mar. 2024.

Percebe-se então que o autor do projeto que emancipou Paranatama não ficou somente neste feito, ele buscou orçamento para possibilitar que o município começasse a funcionar no atendimento à população e tentou manter o contato com o público, possivelmente visando apoios eleitorais. Nota-se que o mesmo procedimento se repete com o município de Caetés:

O município de Caetés recentemente desmembrado de Garanhuns, está realmente carecendo do amparo do poder público estadual. [...] resolvemos apresentar o presente trabalho, que outra coisa não visa senão fazer chegar ao município de Caetés de projeto de lei, um posto de saúde para atender às mínimas necessidades de sua boa e laboriosa gente. O município conta com uma vasta extensão territorial e mais de 14 mil habitantes, notadamente na zona rural, razão por que achamos justo que esta câmara dê a sua aprovação ao projeto em apreço. (Diário Oficial de Pernambuco, 18 de setembro de 1964, p. n.p).

Nota-se que as proposições desses projetos são do segundo semestre de 1964, sendo que a emancipação ocorreu no ato de assinatura do governador em 01 de janeiro daquele ano, mas os trâmites de instalação dos municípios demorou um pouco mais, e é possível ter uma dimensão da questão da saúde desses novos municípios que enquanto pertencentes a Garanhuns não dispunham de nenhuma estrutura de saúde.

Algo que pode ser destacado são os números populacionais que o deputado apresentou em sua justificativa, colocando Paranatama com uma população de 10 mil habitantes e Caetés com 14 mil, mas destacando que seria a população territorial e não a que se encontrava residente na zona urbana. Portanto, essas novas cidades viviam realidades em que sua população, em maioria vivendo na zona rural, não tinha assistência médica.

O deputado Aloísio Pinto, fez aquilo que seria uma demarcação de território, buscando manter forte sua relação com as antigas vilas de Garanhuns para que em ocasiões oportunas pudesse também contar com o apoio da população em votações posteriores. Em outro momento nos debates da câmara dos deputados ele propôs outros projetos para estas novas cidades:

Apresentamos o projeto em apreço para o conhecimento do plenário, a fim de que o município de Caetés seja dotado de uma unidade escolar à altura do seu povo e, bem assim, para atender as necessidades de um número elevado de crianças em idade escolar. O que não se pode conceber é um município com mais de 14000 almas se veja privado de prédio escolar, pois, o que lá existe é da área municipal, o que não chega para atender às

mínimas necessidades do ensino. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 24 de setembro de 1964, p. n.p).

Mais uma vez o deputado justificou o pedido de abertura de crédito para a construção de um grupo escolar em Caetés, afirmando que o município tinha, sua maioria populacional na zona rural e que o que existia de estrutura educacional era para atender moradores da zona urbana. Com esse acervo documental é possível tentar dimensionar como eram alguns aspectos daqueles novos municípios após a conquista de suas emancipações.

No entanto, sobre os números levantados na justificativa do deputado, não seria possível afirmar que de fato condiziam com a realidade da época. Na própria discussão da emancipação isso ficou claro:

Queremos, porém, chamar a atenção desta comissão para as divergências que encontramos entre as informações do prefeito e a sinopse preliminar do censo de 1960. Pois, enquanto o prefeito, através do ofício 9163, informa que há 14.981 habitantes em Caetés, a publicação do IBGE registra 13.593 almas. Há, portanto, uma diferença de 1.388 habitantes. No caso em foco essa divergência não tem influência na emancipação do distrito desde a lei 445 no inciso II do Art. 4º exige, agora, somente sete mil habitantes. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 10 de dezembro de 1963, p. n.p).

Portanto, os deputados poderiam inflar os números de acordo com seus interesses nos projetos ou arredondar para dar ênfase às suas justificativas, mas se tratando por exemplo de Caetés parece que o quantitativo aproximado não estaria fora dos números reais daquele município. E caso fossem números muito divergentes, nem teriam conseguido a aprovação, isso porque nesta mesma discussão foi trazido o projeto de emancipação de Itacatu (São Pedro) que também pertencia a Garanhuns, mas que não conseguiu se emancipar devido aos números que não condiziam com a realidade:

Mas, em se tratando, por exemplo, de Itacatu, do mesmo município e com projeto distritos, tudo indica por saber e conhecer de emancipação. a disparidade entre a informação do prefeito e a publicação do IBGE é simplesmente impressionante. Enquanto o prefeito de Garanhuns informa através do mesmo ofício nº 9163 que a população de Itacatu é de 7.562, o IBGE na sua publicação já citada registra apenas um total de 3.982. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 10 de dezembro de 1963, p. n.p).

Desta maneira, parece que caso os números fossem muito distantes da realidade, não passariam pelo crivo da relatoria dos projetos, não podendo dizer que

não poderia ser sim divergentes, mas somente no caso de Itacatu que estes números foram distantes demais da realidade que se apresentava. Interessante que se nota que na realidade houve a tentativa por parte do deputado Aloísio Pinto de emancipar também o distrito de Itacatu junto com Caetés e Paranatama, mesmo que este não tivesse nem o mínimo populacional exigido para isso.

Sendo assim, no ano de 1964, o deputado passou a atuar no sentido de implementar a infraestrutura para os novos municípios e fez isso tentando abrir crédito do estado. Dessa maneira, estes municípios parecem inicialmente terem conseguido suas emancipações devido a uma conjuntura propícia, mas que não tinham condições estruturais de organização governamental.

Talvez por isso a demora para a efetivação da instalação destes municípios, pois chama atenção as datas dos projetos, vindo a serem pautados no segundo semestre de 1964, essas solicitações poderiam ser demandas cobradas pelos prefeitos interinos que foram nomeados e que se viam sem nenhum meio de atender à população.

Mas algo que chama atenção neste momento é analisar como a configuração de poder destes novos municípios se desenvolve em torno da nova realidade brasileira após os militares tomarem o poder. Como mencionado ao longo do trabalho, a política local em Garanhuns estava muito condensada num conservadorismo e num anticomunismo veemente e com o golpe foi possível perceber que os políticos da cidade tiveram um comportamento de subserviência e condescendência com os golpistas de imediato. E o que mostra Cavalcanti (2009):

Foi o que ocorreu com o título de cidadania de Garanhuns concedido ao general Justino Bastos comandante do IV Exército, sediado na capital do estado. A proposta de autoria dos vereadores José Guilherme e Ivo do Amaral foi aprovada por unanimidade por seus pares. Essa atitude selava a união em termos de apoio, entre as ações das Forças Armadas e o Legislativo Municipal. Se os soldados do exército continuavam executando seus planos desde 31 de março, como demonstraram ao prender dois bancários considerados comunistas em Garanhuns, nada mais justo e oportuno do que homenageá-los com o título de cidadão de Garanhuns (Cavalcanti, 2009 p.150).

Neste sentido, a Câmara de vereadores de Garanhuns ao perceber o que acontecia, com os militares prendendo e estabelecendo um golpe de estado, não mediu esforços para mandar um recado para os mesmos de que estes vereadores do município de Garanhuns os apoiavam. Fatos como esse, servia também para

demonstrar que não são inimigos dos golpistas para não existir nenhuma possibilidade de “enganos”.

Se o título de cidadão de Garanhuns foi aprovado com unanimidade significa que os vereadores que representavam Paranatama e Caetés, João Bezerra sobrinho e Luiz Pereira Júnior, respectivamente, também votaram a favor e delimitaram suas posições de aceno aos golpistas. Portanto, o grupo de poder que vinha desde o início dos anos 1960 se estabelecendo em Caetés e Paranatama não parece ser enfraquecido com os acontecimentos nacionais que estavam sendo vividos.

Desta forma, com a mudança política nacional que o país vivia, os personagens locais não parecem ter mudado, visto que estes foram adeptos ao golpismo e mantiveram assim sua atuação nestes novos municípios. Demonstrando que estes políticos atuantes em Caetés e Paranatama poderiam ser delimitados como sendo do campo conservador.

3.5 Administração e manutenção dos novos municípios

A partir desta nova realidade imposta ao Brasil no ano de 1964, estes novos municípios recém-criados precisavam de condições econômicas e também políticas para suas respectivas manutenções. Sobre este aspecto, destaco a entrevista a mim concedida por José Soares de Almeida, ex-prefeito da Cidade de Capoeiras, que também foi emancipada na mesma época:

Eu fiquei como prefeito numa situação difícil, sem energia, sem água, sem estrada, sem dinheiro, sem máquina, sem nada, só tinha a independência. Buraco nas ruas de todo tamanho [...], mas como tinha recursos aqui, tinha um fundo de participação nessa época muito pequenininho e eu não enchi a prefeitura de funcionários [...] aí eu comecei a construir, não parei, fiz logo o plano da cidade [...] pra poder abrir ruas.⁷⁹

Desta maneira, pode-se analisar a realidade dos novos municípios através dessa fala do ponto de vista que mesmo que o ex-prefeito utilize de uma retórica de que teria poucos recursos, mas que ainda assim fez muito pela cidade, nota-se que existia um pequeno fundo de participação para tocar a prefeitura inicialmente, mas

⁷⁹ Entrevista concedida por ALMEIDA, José Soares de. Entrevista I. [07. 2018] ao autor, Capoeiras, 2018.

que a questão de infraestrutura é um ponto encontrado na fala do ex-prefeito e que parece ter sido uma preocupação comum em relação aos novos municípios.

Desta maneira, a sobrevivência destes novos municípios parecia carecer de articulações políticas com os deputados estaduais. Ainda no ano de 1964, durante sessões na Alepe, o deputado estadual Aloísio Pinto apresentou um projeto para levar energia da então recém-criada Hidrelétrica de Paulo Afonso para o município de Caetés:

A apresentação do projeto acima, onde se procura dotar o novo município de Caetés da energia elétrica de Paulo Afonso é sem dúvida oportuno e de grande interesse para os habitantes daquela cidade. O que existe de proveitoso em se tratando de benefícios para o povo, naquela comuna, foi realizado pelo poder público municipal, na gestão anterior, 1959-1963, quando Caetés era distrito de Garanhuns. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 17 de outubro de 1964, p. n.p).

Portanto, percebe-se que o novo município de Caetés não tinha energia elétrica regular, mais um dos aspectos estruturais da antiga vila podem ser observados com esse projeto, sendo que não possuía nenhuma escola de ensino primário. Como visto anteriormente, se destaca na justificativa do projeto também a retomada da gestão anterior de 1959 a 1963, que é a do ex-prefeito Aloísio Pinto, autor do projeto. Portanto, este político tentava cada vez mais se consolidar na região do Agreste.

Do mesmo autor, ainda em 1964, esteve também em discussão na Alepe outro projeto para ligação de energia elétrica, desta vez para o município de Paratama:

O município de Paratama não possui, ainda, serviço regular de energia elétrica, a não ser o de força motriz que precariamente ali vem funcionando. O seu povo de há muito vem na esperança de ver a sua cidade iluminada com energia de Paulo Afonso. Município novo, de grandes possibilidades e com um futuro promissor, nada mais justo do que a medida que, através deste projeto, estamos pleiteando, de estender a rede de Paulo Afonso até sua próspera cidade. Por este motivo, é que esperamos que esta casa dê a sua unânime aprovação ao projeto em tela. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 02 de outubro de 1964, p. n.p).

Nota-se, mais uma vez, na justificativa do projeto, que o município de Paratama não teria energia, mas neste caso foi destacado que existia uma energia de força motriz, o que possivelmente tratava-se de gerador de energia.

Neste sentido, os dois municípios tinham situação parecida em relação à energia elétrica após as suas respectivas emancipações.

Observa-se que as articulações políticas, particularmente em relação a Caetés e Paratama ocorriam através do deputado Aloísio Pinto que mesmo após a aprovação das emancipações, manteve estreita relação com os novos municípios e articulava projetos que pudessem levar recursos para os mesmos.

As recorrentes iniciativas reforçavam o poder político deste deputado e o de lideranças políticas ligadas a ele nos novos municípios. Em contrapartida, no município de Caetés, algo que chama a atenção é o fato que este não tinha, até o momento de conclusão dessa pesquisa, em 2024, uma barragem de abastecimento de água, e continuava a depender do abastecimento hídrico a partir das águas vindas do município de Garanhuns⁸⁰. Segundo o entrevistado Cícero Silva, somente nos últimos cinco anos (2018-2023) foi que se normalizou de forma definitiva o abastecimento de Água de Caetés a partir das barragens de Garanhuns:

Nós temos água aqui...[...] de 5 anos pra cá que cheguei de Recife, (fiquei três meses internado lá), até aqui não faltou um pingão d'água [...] é de Garanhuns (a água). [...] antes era de Capoeiras mas secava e era aquela briga pra arrumar uma vasilha de água para tomar um banho.⁸¹

Desta forma, muitas questões dessa infraestrutura que foi analisada até então continuaram pendentes durante muitos anos após as emancipações destes municípios e os anseios da população por melhorias na vida após essas emancipações não parecem ter sido atendidas de imediato.

Em mais uma sessão na Alepe, um novo projeto envolveu o município de Caetés, desta vez tratava-se de projeto para construção de uma igreja matriz apresentado novamente por Aloísio Pinto:

Uma das grandes aspirações do povo de Caetés, cuja população é quase toda constituída de católicos, é vê [sic] a sua igreja matriz construída. Grandes esforços têm sido feitos pelos seus habitantes, inclusive o poder público municipal. Porém, a despesa é de grau de vulto e o povo e municípios sozinhos, não pode levar a bom termo o empreendimento. É de se esperar, portanto, a ajuda do poder público estadual para a consecução desta grande obra, como uma dádiva ao povo católico de Caetés. Assim,

⁸⁰ Caetés(PE) Instituto Água e Saneamento. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/pe/caetes#:~:text=N%C3%A3o%20p,ossui%20fundo%20municipal%20de,n%C3%A3o%20t%C3%AAm%20acesso%20%C3%A0%20C3%A1gua>. Acesso em: 04 mar 2024.

⁸¹ Entrevista concedida por SILVA, Cícero. Entrevista III. [04. 2023] ao autor, Caetés, 2023.

esperamos que esta casa dê a sua aprovação ao presente projeto. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 03 de outubro de 1964, p. n.p).

Neste sentido, o projeto agora se referia a algo de caráter religioso e não mais de suporte infra estrutural do novo município. O projeto, de outubro de 1964, previa a necessidade de 3 milhões de cruzeiros para a realização da obra de construção da igreja matriz de Caetés, entrelaçando-se, assim, interesses públicos e religiosos, visando manter e possivelmente ampliar o apoio político de uma maioria católica no município, como citado na justificativa.

Desta forma, os novos municípios no primeiro ano de suas criações passaram por esse momento de buscar meios de manutenção, construindo os mecanismos institucionais, tais como a criação de escolas, postos de saúde e instituições religiosas. Mas, é interessante notar que as discussões na Alepe ocorriam por dias e até meses e as suas aprovações ou rejeições também levariam um tempo na pauta fazendo com que esses projetos só viessem se efetivar com muito mais tempo à frente após um período de discussões na Assembleia.

3.6 O poder no novo espaço administrativo

A partir do momento em que uma vila se emancipa, novos significados podem ser dados ao local, o que era parte de um “todo”, no caso, uma vila, se desfaz e torna-se sede de um novo “todo”, o que estava distante se aproxima, mas o que constitui a representação anterior, como visto até então não parece ter sido algo novo. Sobre isso, percebe-se que a questão do poder está permeada a esses acontecimentos.

Desta maneira, nota-se que nas sessões da Alepe houve pronunciamentos e debates sobre censos populacionais e regras de emancipação e é interessante perceber que esses números representam mais que uma simples estatística:

Contudo, é por esse número que a organização que realizou o recenseamento dispõe de uma representação da população. Sem dúvida é uma representação abstrata e resumida, mas já satisfatória para permitir uma intervenção que busca a eficácia. O Recenseamento permite conhecer a extensão de um recurso (que implica também um custo), no caso a população. Nessa relação que é o recenseamento, por meio da imagem do número o Estado ou qualquer tipo de organização procura aumentar sua informação sobre um grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele. (Raffestin, 1993, p. 67).

Portanto, aquilo que fez com que existisse a emancipação e as discussões, foi a ideia de dimensionar o território, de dar sentido numérico a ele e de elencá-lo como apto a se enquadrar na lei, com as informações, e não menos importante, a validação destes números, foi possível levar adiante, e quem o fez, buscou administrar essa localidade no sentido de obtenção de poder para si e para seus apoiadores. Desta forma, o poder local, a partir da ideia de recenseamento parece se enquadrar no caso da emancipação de municípios.

Desta forma, não bastava afirmar um dado para corroborar, sem uma agência de recenseamento separada de imediato desse poder local o simples recenseamento também não teria essa validação, que é necessária para ter a credibilidade de utilizar estes números com objetivos de obtenção de poder.

Portanto, como visto, ao longo de 1964 os municípios que se emanciparam tiveram dificuldades de instalação e também de representação inicial, devido ao conflito de nomeações. Na esteira dessa afirmação, chamou-nos a atenção um discurso durante uma sessão legislativa da Alepe pronunciado pelo deputado Aloísio Pinto:

Segue-se com a palavra o sr. Aluizio Pinto que apresenta e demoradamente justifica três proposições: a primeira requerimento de voto de pesar pelo falecimento do sr. Luiz Pereira Júnior, ex-presidente da Câmara Municipal de Garanhuns. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 21 de outubro de 1964, p. n.p).

Neste sentido, o vereador Luiz Pereira Junior era um nome muito presente no cenário político local na cidade de Caetés e que tinha certo favoritismo de vitória eleitoral na primeira eleição majoritária devido ao fato de ter tantos mandatos acumulados de vereador por Garanhuns e, como citado acima, ter sido presidente do poder legislativo da cidade de Garanhuns.

Mas é interessante notar que o vereador que faleceu antes de ser realizada a primeira eleição no município de Caetés exerceu um cargo de comissário de polícia de Caetés até agosto de 1964, conforme consta no Diário Oficial do Estado, de 06 agosto de 1964: “[...] Nomear Antonio Azevedo de Moraes, para exercer o cargo de

comissário de polícia da cidade, do município de Caetés, ficando exonerado o atual, Luiz Pereira Tôta”⁸².

Sendo assim, o vereador que segundo os entrevistados tinha o apelido de “Júnior tôta” exerceu o cargo de comissário de polícia do município enquanto o cargo de prefeito ficou com um de seus amigos como foi relatado no capítulo anterior. Desta forma, inicialmente o novo município de Caetés foi aparelhado por esse grupo político da cidade.

Nota-se que tanto no novo município de Caetés como em Paratama o poder estava relacionado ao passado destes enquanto vila de Garanhuns, pois os grupos políticos que foram representantes das vilas como vereadores por Garanhuns aparecem envolvidos ao poder nos municípios emancipados. E não só nos cargos do executivo, como também no domínio da polícia do novo município, como no caso citado acima.

3.7 A primeira eleição dos novos municípios

Passado o primeiro ano turbulento da instalação dos novos municípios e do estabelecimento de fato dos mesmos, era preciso agora a realização de eleições municipais para a escolha dos comandantes do executivo municipal e também do legislativo com o sufrágio dos vereadores que representariam a população do município.

Se no primeiro ano após as emancipações a preocupação parece ter sido a de se estabelecer como município emancipado, com a confirmação das eleições isso poderia representar um firmamento de que realmente o risco de regressar à condição de vila seria descartado.

Portanto, no final do ano de 1964, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco o seguinte trecho:

Art. 1º - Fixar o dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e sessenta e cinco (1965) para a realização das eleições de prefeito e dos vereadores dos novos municípios que são: Afranio, Brejinho, Buenos Aires, Caetés, Calçado, Calumbi, Camutanga, Capoeiras, Cedro, Chã de Alegria, Chã Grande, Cumaru, Feira Nova, Ferreiros, Frei Miguelinho, Granito, Iati, Ibimirim, Ibirajuba, Iguaracy, Ingazeira, Itacuruba, Itaquitinga, Lagoa de Itaenga, Machados, Orocó, Paratama, Passira, Pombos, Primavera, Sairé, Salgadinho, Saloá, Santa Maria do Cambucá, Santa Terezinha, São Benedito

⁸² Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 6 de agosto de 1964, p. 5028.

do Sul, Sítio dos Moreiras, Solidão, Tacaimbó, Terezinha, Tracunhaem, Trindade e Tupanatinga.⁸³

Desta maneira, ficou marcada a data das eleições dos novos municípios pernambucanos para a data de 05 de abril de 1965. Nota-se que os municípios de Caetés e Paranatama estão inclusos na lista e que o volume de município mudou em relação aos projetos aprovados anteriormente, sugerindo que alguns retornaram à condição de vilas.

A partir da análise no site do IBGE⁸⁴ voltado às cidades, é possível notar que a maioria destes novos municípios estão distribuídos no interior do estado de Pernambuco, em sua maioria no Agreste, sertão e zona da mata, então houve uma reconfiguração administrativa no estado em que territórios denominados de rurais passaram a ser urbanos e a representação política, teoricamente, estaria mais próxima dos eleitores.

Em 25 de outubro de 1965, o Diário de Pernambuco noticiou as primeiras eleições municipais dos novos municípios com a seguinte manchete “Pela 1ª vez, 41 municípios escolhem seus prefeitos e vereadores”⁸⁵. Nesta matéria foram citados os nomes dos candidatos à prefeitura, sendo os de Caetés, Rafael Brasil Pereira, pela UDN, e Deocleciano Soares da Rocha, pelo PSD, enquanto que em Paranatama o candidato foi Inácio Bezerra, pela UDN, que não teve concorrente.

Portanto, após as disputas pela nomeação do prefeito interino e na busca por conseguir criar uma infraestrutura mínima para se tornar sede do poder Executivo e do Legislativo, os municípios de Caetés e Paranatama estavam com seus candidatos decididos para as eleições. Sobre esse contexto, em entrevista concedida a Giselma Alves, Luiz Gonzaga da Silva relembrou nomes e acrescentou informações importantes:

Em 1965, no dia 30 de abril, foi realizada a eleição para prefeito no município de Caetés. Concorreram Rafael Brasil Pereira, pela UDN e o tenente Diocleciano, ex-prefeito interino de Caetés, pelo PSD. Rafael teve seiscentos e poucos votos e o Tenente Diocleciano teve duzentos e poucos. Foi eleito Rafael com a Câmara de vereadores, nove vereadores [...] naquela época não havia vice-prefeito não, era só prefeito.⁸⁶

⁸³ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 21 nov. 1964.p. 3270.

⁸⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe> Acesso em: 16 mar. 2024.

⁸⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 25 de abril de 1965, p. n.p.

⁸⁶ Entrevista concedida por SILVA, Luiz Gonzaga da. Entrevista VII. [05. 2010] entrevistador(a): Giselma Alves, Caetés, 2010.

Neste sentido, no município de Caetés a disputa que ocorreu durante a nomeação do prefeito interino prevaleceu até a primeira eleição municipal, onde o interino Diocleciano disputou contra o candidato Rafael Brasil que abriu mão do seu mandato de vereador por Garanhuns para disputar o executivo do município de Caetés, sendo este filho de Luiz Pereira Júnior que faleceu um ano antes.

Desta maneira, segundo o entrevistado, Rafael Brasil venceu as eleições com larga vantagem de votos em relação ao tenente. No entanto, no caso do município de Paranatama, a disputa pelo cargo de prefeito na primeira eleição não ocorreu, tendo somente o candidato Inácio Bezerra como chapa única, como reforça o entrevistado João Ferreira: “Em 1965 houve a primeira eleição, houve a primeira eleição, Inácio Bezerra chapa única, ele era amigo de Manoel Mauricio”⁸⁷. Neste caso, diferente de Caetés, a primeira eleição em Paranatama ocorreu como um mero formalismo para confirmar um candidato preterido ao cargo desde a emancipação daquele município. Já em Caetés, houve a insistência de disputa, apesar de também existir um apoio consolidado e um favoritismo do grupo político que esteve junto com o deputado Aloísio Pinto durante a aprovação da emancipação.

Sendo assim, foram realizadas as primeiras eleições municipais em Paranatama e em Caetés, como programadas alguns meses antes, e esses foram os números do município de Paranatama:

Tabela 05. Primeira eleição para Prefeito em Paranatama (1965)

Candidatos	votos
UDN - Inácio Bezerra de Assunção	586
Votos em branco	115
Votos nulos	23
Total	724

Fonte: Pernambuco T.R.E eleição municipal de 25/04/1965⁸⁸.

⁸⁷ Entrevista concedida por FERREIRA, João. Entrevista IV. [03. 2023] ao autor, Paranatama, 2023.

⁸⁸ Pernambuco T.R.E Eleição municipal 1965. Disponível em: <https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleic-oes-de-1963-1964-1965-1966> Acesso em: 10 ago. 2023.

Portanto, Inácio Bezerra, irmão de João Bezerra Sobrinho venceu as eleições com 586 votos. Segundo os dados do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, existiam 1000 eleitores aptos, sendo assim, o candidato vencedor teve pouco mais da metade dos votos mesmo sendo candidato único. Nota-se na eleição para vereador do referido município que o vereador mais votado foi José Bezerra Irmão, que teve 173 votos enquanto o segundo mais votado, José Cesário dos Santos teve 78, uma diferença notável.

Neste sentido, a eleição de Paratama, nas palavras que o deputado Aloísio Pinto utilizou quando indicou Inácio Bezerra para a disputa, foi “pacificadora”. Já no município de Caetés existiram dois candidatos concorrendo na primeira eleição, Rafael Brasil, que representava o grupo político do pai dele, Luiz Pereira Junior, que foi representante na Câmara de Vereadores de Garanhuns, e o tenente Deocleciano Soares que foi delegado na cidade de Garanhuns, mas que aparentemente não tinha nenhuma vinculação anterior com o novo município:

Tabela 06. Primeira eleição para Prefeito em Caetés (1965)

Candidatos	votos
UDN - Rafael Brasil Pereira	526
PSD - Deocleciano Soares da Rocha	198
Votos em branco	20
Votos nulo	10
Total	754

Fonte: Pernambuco T.R.E eleição municipal de 25/04/1965⁸⁹.

Percebe-se que, na eleição de Caetés, os números foram parecidos em relação à eleição de Paratama, com o candidato Rafael Brasil tendo apenas 26 votos acima da metade do total de 1000 (mil) votantes, e o candidato Deocleciano

⁸⁹ Pernambuco T.R.E Eleição municipal 1965. Disponível em: <https://acervo.tre-pe.jus.br/index.php/eleic-oes-de-1963-1964-1965-1966> Acesso em: 10 ago. 2023.

obtendo uma votação expressiva para um candidato que vinha de outra cidade e mesmo que tendo uma diferença para o candidato eleito.

Desta maneira, como havia dois candidatos para a eleição majoritária, a relação de candidatos a vereador foi maior que a de Paranatama que era chapa única, conseqüentemente os eleitos tiveram votações menos expressivas, o candidato a vereador mais votado foi Luís Bernardino de Melo, com 89 votos, e um dos vereadores eleitos obteve apenas 30 votos.

No entanto, assim como na eleição de Paranatama como também na de Caetés, o número de votantes aptos foi de 1000 (mil), justamente o número mínimo exigido a um município para obter sua emancipação. Entretanto, o total de votos de ambas as eleições foi de pouco mais de 700 votos, isso pode indicar que de fato esses municípios não tinham ainda naquele momento o mínimo exigido de eleitores e mesmo assim conseguiram se emancipar, ou ainda a população estava pouco mobilizada para a participação eleitoral. Ficou constatado que, mais de 20% do eleitorado não compareceu no dia das eleições.

Portanto, passada a eleição dos novos municípios, dá-se início de fato, pelo menos formalmente, à vida política e administrativa dos mesmos, desligados de suas antigas sedes e sendo agora responsáveis pela administração dos recursos e pela criação de leis direcionadas à sua localidade. Durante sessão na Alepe, no dia 01 de maio de 1965, o deputado Aloísio Pinto fez um requerimento: “Pelo sr Aloísio Pinto, requerimento de congratulações com o povo de Paranatama, pela eleição do primeiro prefeito constitucional”⁹⁰.

Dando seguimento, o deputado faz o mesmo com o município de Caetés: “pelo sr. Aloísio Pinto dois requerimentos: o primeiro solicitando um voto de congratulações com o povo do município de Caetés, pela eleição do seu primeiro prefeito, Sr. Rafael Brasil Pereira, dando-se conhecimento ao referido edil”⁹¹. Percebe-se que o deputado, ao fazer estes requerimentos, tentou passar a mensagem de que os seus candidatos venceram as eleições após o mesmo apresentar o projeto de lei que os emancipou, e demonstrar sua força política na sua zona eleitoral.

⁹⁰ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 01 mai. 1965, p. 274.

⁹¹ DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 30 abr. 1965, p. 265.

3.8 O município se estabelece: as des(continuidades) do novo

Passado todo o processo, desde a aprovação da lei no fim de 1964 até a primeira eleição, o caminho estava trilhado para que os prefeitos começassem seus mandatos e, formalmente, o que se espera de uma emancipação é que traga mudanças para a população em geral. Em entrevista concedida a Giselma Alves, o filho do primeiro prefeito eleito da cidade de Caetés falou sobre o início do governo do seu pai:

O meu pai me falava, era que... ele juntou, justamente, pegou um galpão, comprou dois ou três birôs em Garanhuns, máquinas de escrever, uma ou duas máquinas de escrever, chamou Neves e Pôpô e o pessoal já pra trabalhar na prefeitura né? Começou traçar as ruas, né? Primeiro pra fazer a praça principal da cidade [...] Isso eu me lembro até com um jegue, o jegue da prefeitura, que ele fez a primeira praça principal, né? E depois, o jegue não só fez a prefeitura, como começou o hospital que era a maternidade.⁹²

Desta forma, o filho do primeiro prefeito, relata que o pai começou estabelecendo um local e alguns materiais que constituíam a prefeitura do município. Em seguida, nomeou alguns funcionários, e posteriormente iniciou algumas obras de abertura de vias, como a construção da praça principal, ele também destacou o uso de um animal para auxiliar durante a construção da praça. Percebe-se que a fala do filho do prefeito almeja demonstrar que no início a administração municipal ocorreu de maneira muito rústica e com recursos mínimos.

Sendo assim, no ano de 1965 os novos municípios estavam iniciando suas administrações e buscando viabilizar as mesmas montando o funcionalismo público e administrando esses recursos, mas em meio a essas emancipações o governo do estado mesmo que timidamente tentou viabilizar a questão básica desses municípios:

O sr. diretor da Comissão Executiva do Programa de Educação Elementar e Básica de Pernambuco (CEPEPE) faz saber a todos quantos possa interessar que se acha aberta no setor de compras e concorrências da

⁹² Entrevista concedida por BRASIL, Rafael. Entrevista VI. [05. 2010] entrevistador(a): Giselma Alves, Caetés, 2010.

CEPEPE [...] concorrência pública para construção de cinco (5) unidades escolares nos municípios de Garanhuns, Saloá, Paranatama, Caetés e Águas Belas neste Estado. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 18 de julho de 1965, p. n.p).

O projeto visava a contratação de uma empresa por licitação para construir um grupo escolar em cada uma das cinco cidades listadas. Para os casos de Caetés, Paranatama e Saloá, seriam três salas de aula, dado as estimativas apresentadas de que as populações de Caetés e Paranatama passavam dos 10 mil habitantes. Apenas um grupo escolar com três salas não atenderia de forma adequada à população destes municípios.

Além de ser somente o ensino básico, fazendo com que, para a população dos novos municípios precisassem se deslocar até a cidade de Garanhuns caso quisessem seguir adiante nos estudos, e como foi visto nos capítulos anteriores, a cidade de Garanhuns sequer tinha um ginásio para tal finalidade. Portanto, a questão da educação após a emancipação parece não ter tido a mudança significativa que se demandava.

Apesar dessas questões, localizei durante a pesquisa um interessante texto, de perfil propagandístico, no jornal Diário de Pernambuco sobre o município de Caetés após alguns anos da emancipação, mais especificamente no dia 29 de setembro de 1967, cuja manchete era “Emancipação proporcionou desenvolvimento de Caetés”. Segue um trecho:

Caetés, que há três anos emancipou-se politicamente, conseguiu uma série de melhoramentos e já começa a ter vida de cidade, graças ao trabalho desenvolvido pelo prefeito e vereadores. Estes, sem medirem esforços ou sacrifícios, estão superando os problemas que não eram equacionados pela municipalidade garanhuense. Durante 51 anos de jugo administrativo, ganhou Caetés um grupo escolar, um açougue e uma cadeia, além de promessas. Hoje, encontramos uma série de realizações que coloca o município em situação destacada. Em três anos, os poderes públicos ofereceram um grupo escolar dotado dos requisitos exigidos pela pedagogia, eletricidade, maternidade e prédio para coleta, sob responsabilidade do governo do estado, enquanto prefeitura fez construir prédios para prefeitura, Câmara de Vereadores, postos de saúde, cadeia, grupo escolar, além de dez escolas na zona rural.

Desta maneira, a matéria no maior jornal do estado de Pernambuco noticia que a cidade de Caetés apresenta melhorias após o êxito de sua emancipação. Com

um teor comemorativo, o autor da matéria ainda faz comparações afirmando que durante mais de 50 anos como vila de Garanhuns nunca havia conseguido tanto quanto em 3 anos de municipalidade. Certamente era um texto encomendado, o que não significa que não tinha vinculação com a realidade.

O texto exalta a administração do prefeito e vereadores, e constrói uma ideia de que Caetés só necessitava da emancipação para progredir. Nota-se que uma matéria como essa num jornal cuja circulação em sua maioria se dava na capital, e em menor medida em algumas cidades do interior, serviria como peça de propaganda para o grupo político local, a fim de ganhar prestígio.

Portanto, a construção da narrativa que saía de dentro do município para fora é de que a emancipação foi positiva para a população como um todo, mas que em contrapartida, ela foi ainda melhor para os grupos dominantes naquelas localidades que não precisavam mais concorrer com outros políticos na cidade de Garanhuns e travaram suas próprias disputas, com bem menos concorrentes que antes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final de 1963, o Estado de Pernambuco sofreu alterações políticas, administrativas e geográficas com a aprovação da emancipação de diversos distritos na maioria das regiões, mas esse fenômeno não foi somente em Pernambuco, ocorrendo em grande parte ou praticamente todo o território nacional, que redefiniu os espaços administrativos brasileiros.

A maioria dos municípios brasileiros foi criado durante o período pós-1945, ritmo que foi travado a partir da Constituição de 1988 que passou a dificultar esse tipo de prática. O movimento emancipatório brasileiro, parece estar ligado a um movimento de redistribuição de poder político, onde o que se construiu socialmente como o interior passa a ser delineado após anos de emigrações e imigrações. Interessante notar também que este movimento emancipatório ocorre em um período que está inserido entre ditaduras (1945-1964), justamente um momento de maior abertura democrática do país, o que pode representar uma tentativa de participação popular mais acentuada, apesar de seus limites e sem de fato democratizar as escolhas, mas ainda assim uma aproximação maior da representatividade nas bases locais da população.

Tanto é que, pelo menos no Estado de Pernambuco, na segunda metade do século XX, essas emancipações são evidentemente mais interioranas, ou seja, a formação e divisão administrativa dos territórios que ficam mais próximos do litoral pernambucano já haviam se consolidado em uma configuração que o movimento dos anos 1960 analisado na presente pesquisa não os afetou como afetou o chamado Agreste, sertão e zona da mata.

Um exemplo prático disso, é a emancipação da vila de Nossa Sra. da Conceição desmembrando-a do município de Paulista. O projeto foi aprovado na Alepe, mas não se efetivou a instalação do mesmo, retornando ao município de Paulista que fica no litoral do estado. Portanto, a correlação de forças, a aceitação institucional e a efetivação da emancipação estavam ligadas a diversos fatores e o geográfico parece ser um deles, sendo que nenhum novo município foi criado onde hoje se encontra a região metropolitana do Recife.

Outro ponto interessante, que passou a ser analisado e refletido ao longo dessa dissertação foi o fato de que o desmembramento desses distritos poderia ser

um movimento de consolidação do poder de Miguel Arraes, que precisou costurar uma grande coalizão para vencer as eleições para governador do estado na época, e após todo o processo que desencadeou nas emancipações o que se mostrou foi que os conservadores e opositoristas a Miguel Arraes se consolidaram ainda mais com todo este processo.

O que demonstra que o fenômeno emancipatório ocorre muito mais como uma demanda do local para fora dele do que o contrário. Foi um processo que apresentou uma demanda criada de espaços de poder nesses distritos que apesar de todas as dificuldades existentes na época foram se estabelecendo, em sua maioria existentes desde o início do século XX ou até antes.

E os distritos refletem também a política existente em seus antigos municípios sede, não sendo exclusividade dos distritos a consolidação de partidos tradicionais como UDN e PSD, e que, com a tomada de poder pelos militares os indícios da pesquisa apontam que os políticos que iniciaram sua consolidação vencendo as primeiras eleições continuaram, em alguns casos, como interventores federais quando deram baixa nos atos institucionais típicos do regime militar. No entanto, estes são só alguns caminhos que podem ser traçados a partir da leitura do presente trabalho.

Neste sentido, vindo na perspectiva do cenário da época, o processo de reconfiguração do chamado interior brasileiro foi um fenômeno nacional, que merece uma atenção maior e tem uma pluralidade de caminhos a serem trilhados. Os aspectos religiosos, políticos e econômicos, é um momento chave também para entender a formação e construção do território e divisão política nacional. Algo que poderia ser melhor explorado em outros trabalhos é o paradoxo das migrações entre regiões do Brasil e o crescimento desses locais que eram marcados por serem a origem desses imigrantes.

Portanto, a presente dissertação tratou de um fenômeno que tem como objeto o passado, mas fala muito do presente, até porque se trata de um passado não tão longínquo, fala do presente porque faz pensar as viabilidades municipais, o municipalismo brasileiro pensado fora da dicotomia de coronéis e o voto de cabresto, pensado a partir do republicanismo da segunda metade do século XX, da participação e do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMORIM, Helder Remigio de. **Entre a Mercearia e o Supermercado: Memórias e Práticas Comerciais no Portal do Sertão**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 mar 2024.

BEZERRA, Josineide da Silva. **Novos municípios, velhas políticas: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965)** Recife: CFCH. História, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BORGES, S. A. D. **História e Historiografia nos séculos XIX e XXI: do Cientificismo à História cultural**. Congresso de história de Ajataí-GO, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 153 páginas. Tradução Nilo Odalia.

Burke, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo. Editora Unesp, 2011. p. 135-164.

CARVALHO, M. J. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3a ed. Companhia das letras, 2004.

CAVALCANTI, Alberto Leite. **História de Garanhuns**. Centro de estudos de História Municipal. Garanhuns-PE, 1983.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **Construções do medo: a ameaça comunista em Garanhuns PE (1958-1964)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

CIGOLINI, Adilar Antônio. Ocupação do território e criação de municípios no período republicano brasileiro. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XIX, n. 1101, 2014. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-1101.htm>. Acesso em: 8 jun. 2024.

CRISTINO JUNIOR, P. E. R. **Política, religião e educação: relações de poder em Garanhuns (1955-1967)** Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2016.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: ABREU, L. A. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 129-153.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: discutindo conceitos e pensando na prática. **XI Encontro Nacional de História: O histórico das produções no Brasil**. Rio Grande do Sul, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. GIOIA, Lilian de Cássia Miranda de. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24 ed. São Paulo. Edições Graal, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África. Vol. I. Brasília: Unesco, 2010.

GOMES JUNIOR, H. DE C. As eleições pernambucanas de 1962 e a violação da soberania brasileira. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 14, n. 27-28, p. 32-52, 24 fev. 2017.

GONÇALVES, Márcia de A. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

MATTA, Giuliana de Cássia Pinto da. **Os modos de fabricação das campanhas eleitorais: Pernambuco (1950-1958)**. Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2013.

MASSEY, Paulo. **Na política não há lugar para o vazio**. IFCE. Ceará. 2011.

MOTTA, Rodrigo. P. S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte. UFMG. 1999.

MONTEIRO, José Marciano. O poder das famílias e as famílias do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: LiberArs, 2018. p. 219-242.

MELLO, Diogo Lorderllo de. **A moderna Administração Municipal**. Escola Brasileira de Administração Pública, FGV. Rio de Janeiro, 1960.

Elane Ribeiro Peixoto; Pedro P. Palazzo; Maria Fernanda Derntl; Ricardo Trevisan; (orgs.) **Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo**. XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo . Brasília: Editora FAU–UnB, 2014. ISBN 978-85-60762-19-4.

NUNES, Marco Antonio. Criação de municípios no Brasil: motivações, vantagens e desvantagens. **Revista Espinhaço**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 11-20, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/149>. Acesso em: 6 abr. 2024.

PEREIRA, M. C. C. .; RESES, E. S.. Mulheres e violência no cangaço: breve história de vida de Maria Bonita e Dadá. Linguagem: Estudos e Pesquisas, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 61–70, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/71659>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SILVA, José Eduardo da. **Além do litoral: escravidão no Agreste Meridional de Pernambuco (Garanhuns, 1800-1850)**. Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2020.

SILVA, Jefferson Evânio da. **Religião e Política na Terra da Mazuca: Discursos, Práticas e Palanques Eleitorais (1960-1980)**. 2. ed. São Paulo: Editora Exemplo, 2023.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9o ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, T. M. **Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964)**. Recife 2009.

SANTOS, Fabrício Oliveira. **A memória de uma cidade sem futuro: uma análise sobre a construção de estigma na cidade de Paranatama-PE, a partir da desconjuração de Frei Damião**. Monografia do curso de História - Universidade de Pernambuco-UPE. Garanhuns, p.51. 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. Orgs. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. 1o ed. São Paulo: editora expressão popular, 2009.

SANTIN, J. R.; MARCANTE, S. Microfísica do poder e poder local. **Revista Brasileira De História Amp; Ciências Sociais**, v. 6, n. 11, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10552>.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **A construção de um líder político: Francisco Heráclio do Rêgo Limoeiro, 1945 a 1955**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2008. – Recife. p.188.

ENTREVISTAS

AMARAL, Ivo. Entrevista VI. Entrevista concedida a Lucas Bezerra Vilela. [2023]. 1 arquivo .mp3 (38 min.).

BRASIL, Rafael. Entrevista III. Entrevista concedida a Lucas Bezerra Vilela. Caetés, maio 2023. 1 arquivo .mp3 (38 min.).

FERREIRA, Maria. Entrevista I. Entrevista concedida a Lucas Bezerra Vilela. Caetés, março 2023. 1 arquivo .mp3 (58 min.).

FERREIRA, João. Entrevista IV. Entrevista concedida a Lucas Bezerra Vilela. Paranatama, abril 2023. 1 arquivo .mp3 (111 min.).

SILVA, Cícero. Entrevista II. Entrevista concedida a Lucas Bezerra Vilela. Caetés, março 2023. 1 arquivo .mp3 (69 min.).

SOARES, José. Entrevista V. Entrevista concedida a Lucas Bezerra Vilela. Capoeiras, novembro 2018. 1 arquivo .mp3 (70 min.).

ANEXOS

PROJETO N. 164

EMENTA: — Cria o município de Brejão.

A Assembléa Legislativa do Estado de Pernambuco:

D E C R E T A:

ART. 1º — Fica criado o município de Brejão, desmembrado do município de Garanhuns.

ART. 2º — O novo município terá por séde o atual Distrito do mesmo nome, e, por limites, os que o separam atualmente dos demais distritos de Garanhuns e dos Municípios que lhe são limitrófes.

Foto 01. projeto de lei que cria o município de Brejão

1958 — PARECER N. 365

A Comissão de Redação de Leis, tendo presente o projeto n. 111, já aprovado em 3ª e última discussão, é de parecer que se lhe dê a seguinte redação final:

EMENTA: — Cria o Município de São João, desmembrado do de Garanhuns.

A Assembléa Legislativa do Estado de Pernambuco:

D E C R E T A:

ART. 1º — Fica criado o Município de São João, desmembrado do Município de Garanhuns.

ART. 2º — O novo Município terá por séde o atual Distrito do mesmo nome, e, por limites, os que o separam atualmente dos demais distritos de Garanhuns e dos Municípios que lhe são limitrófes.

ART. 3º — A presente lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1959, revogadas as disposições em contrário.

Foto 02. projeto de lei que cria o município de São João

COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS

1963 -- PARECER N. 558

AO PROJETO N. 574

EMENTA: -- Cria o Município de Paranatama.

O projeto n. 574, de autoria do ilustre deputado Alcísio Souto Pinto, cria o município de Paranatama; atende às exigências constitucionais e legais estabelecidos para a criação de município.

Contando com uma população de 15.650 habitantes, 276 (duzentos e setenta e seis) prédios de alvenaria, renda tributária de Cr\$ 359.435,30 (Trezentos e cinquenta e nove mil

Foto 03. projeto de lei que cria o município de Paranatama

LEI N° 4987 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1963

Cria o Município dos Caetés.

9 GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

ART. 1° -- Fica criado o Município dos Caetés, desmembrado do Município de Garanhuns, cuja sede será a do atual distrito do mesmo nome, que fica elevado a categoria de Cidade.

Foto 04. projeto de lei que cria o município de Caetés

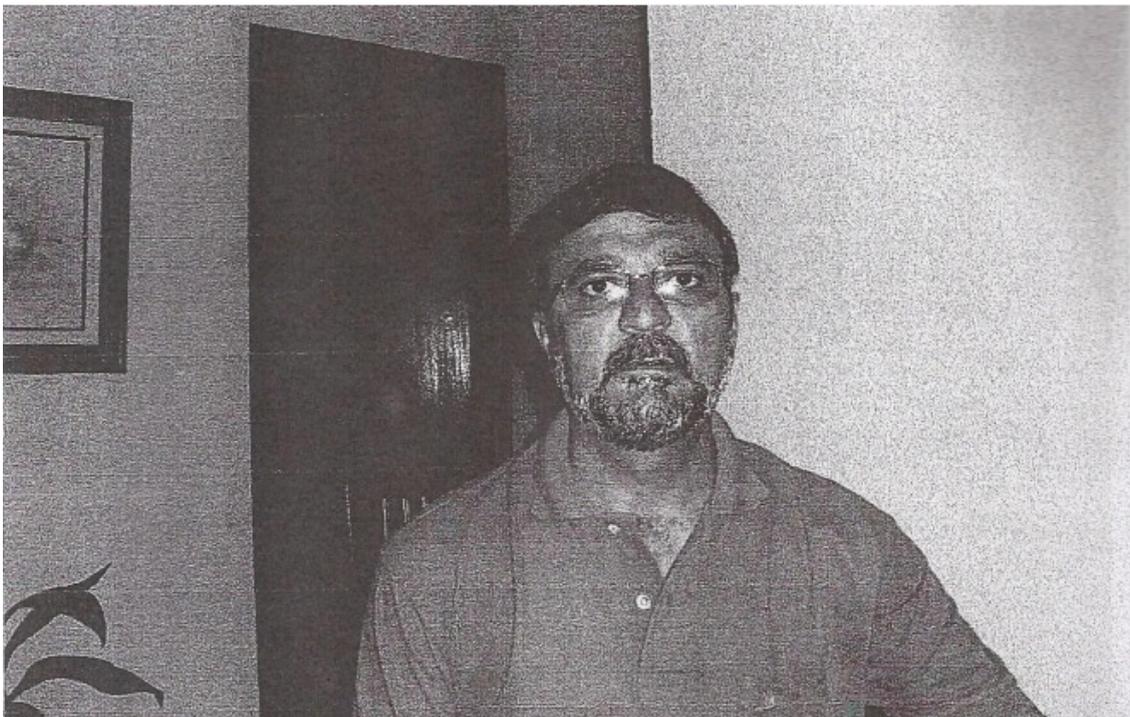


Foto 05. José Josimário dos Santos Wanderley. Foto retirada por Giselma Alves.

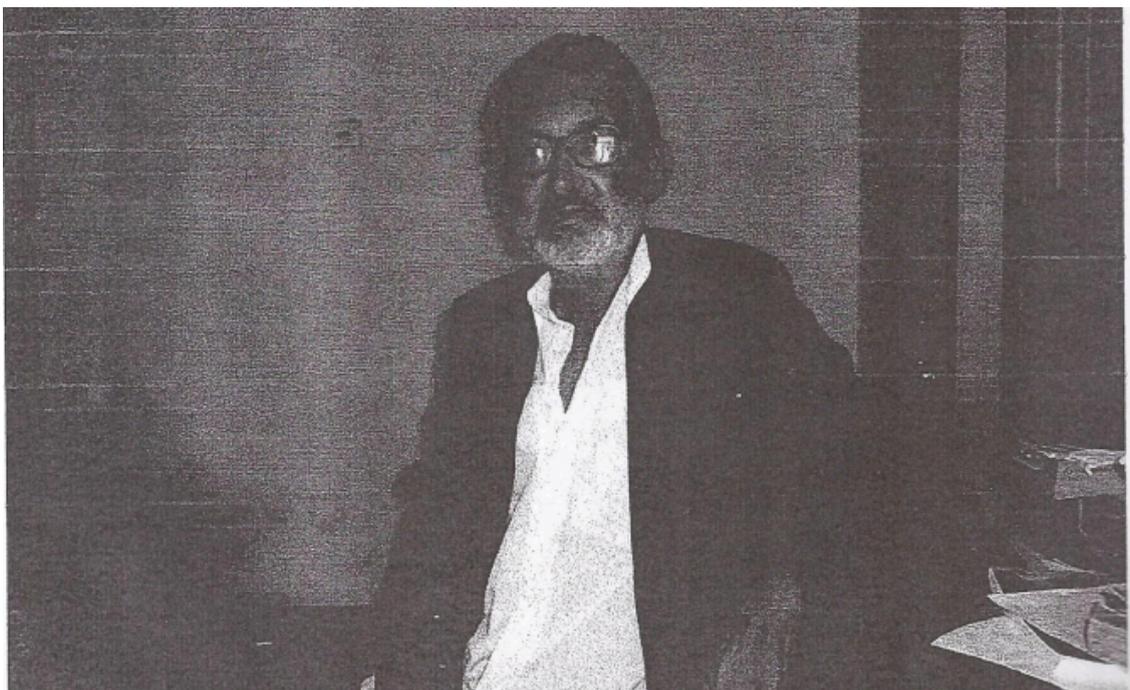


Foto 06. Luiz Gonzaga da Silva. Foto retirada por Giselma Alves



Foto 07. Maria Ferreira. Foto retirada por Giselma Alves



Foto 08. Beatriz Bezerra Barros. Foto retirada por Giselma Alves.



Foto 09. Rafael Brasil. Foto retirada por Giselda Alves

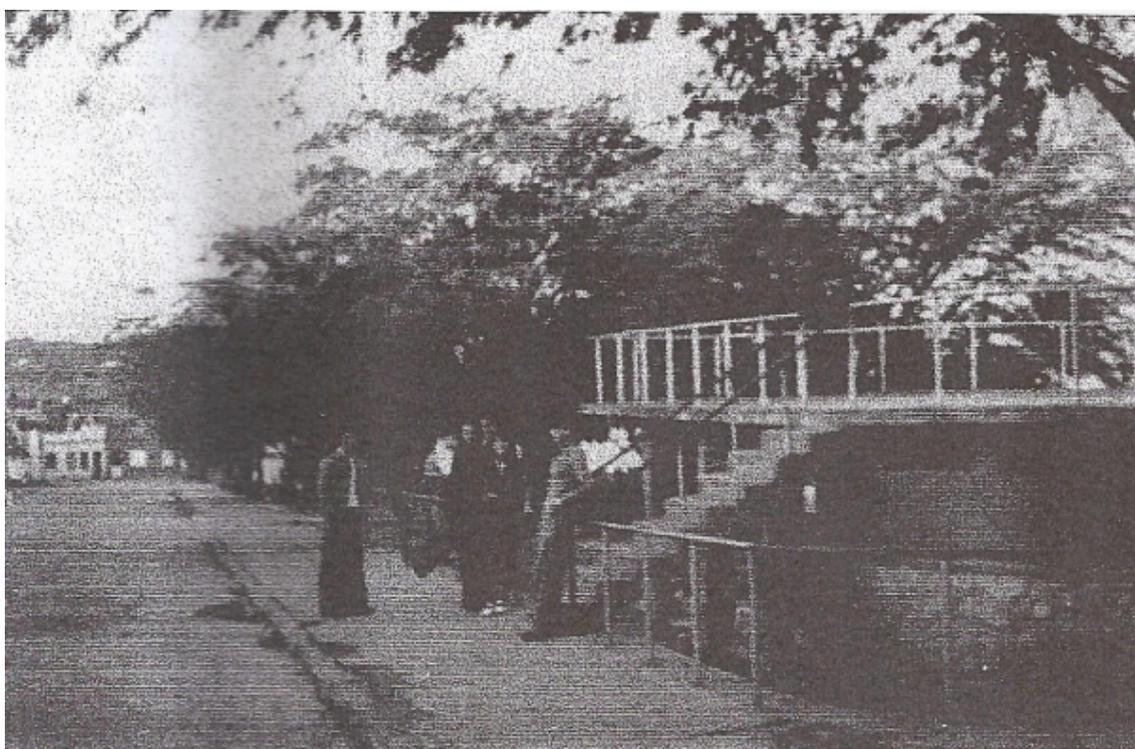


Foto 10. Avenida Luiz Pereira Junior, década de 1960. Arquivo cedido à Giselda Alves por José Josimário dos Santos Wanderley.



Foto 11. Respectivamente da esquerda para direita: Professora Rosely, Cícero Silva, Lucas Bezerra Vilela e professor Emanuel. Foto de Lucas Bezerra Vilela.

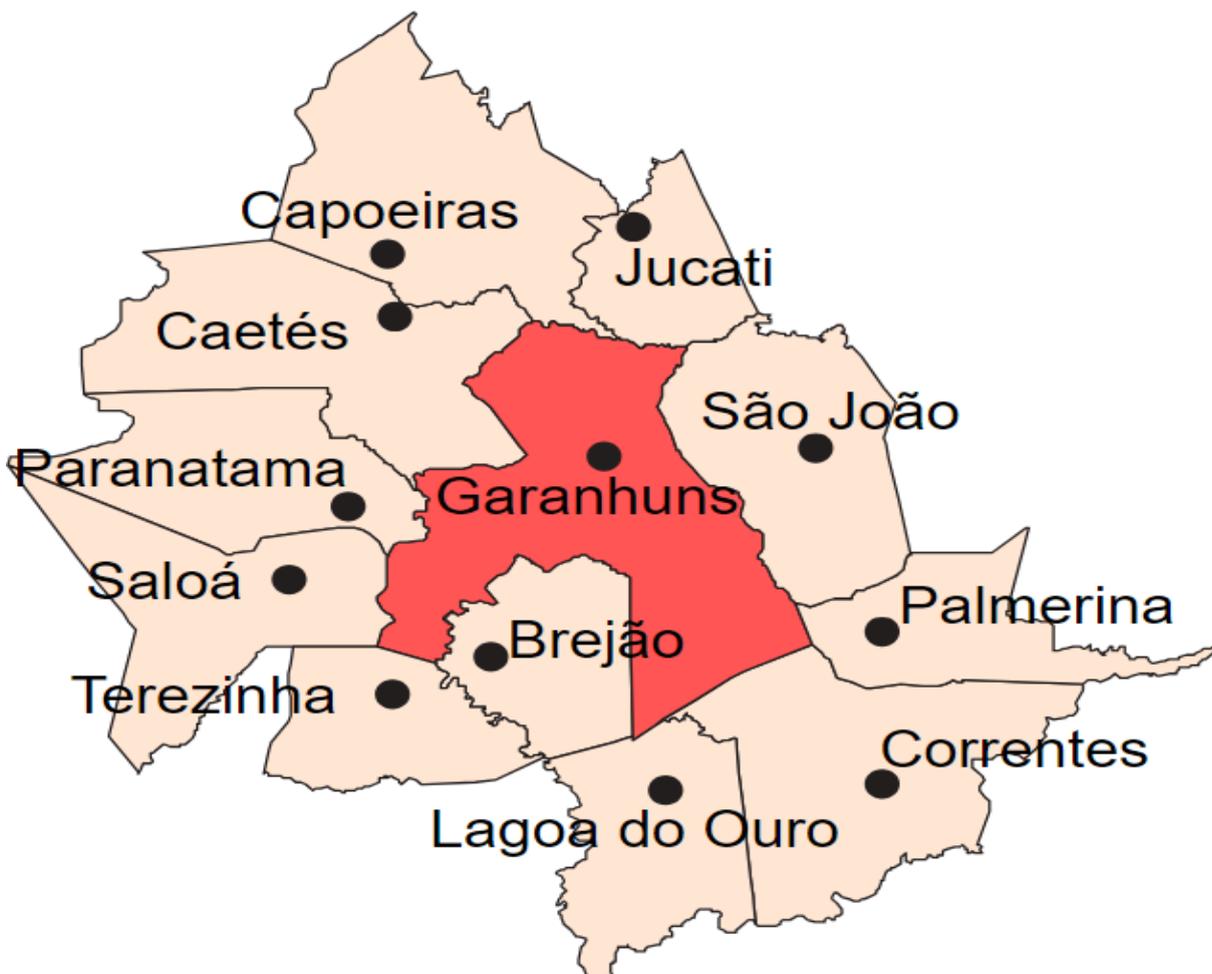


Foto 12. Divisão territorial do Agreste Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Garanhuns> Acesso em: 14 jun 2024.



Foto 13. Mapa do Agreste Meridional. Disponível em:
<https://blogdoronaldocesar.blogspot.com/2011/01/as-prefeituras-do-Agreste-meridional-e.html> Acesso em: 14 jun 2024.